

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**PARAÍSO TERREAL:
A REBELIÃO SEBASTIANISTA NA SERRA DO
RODEADOR. PERNAMBUCO, 1820**

FLAVIO JOSÉ GOMES CABRAL

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCUS J. M. DE CARVALHO

RECIFE - 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**PARAÍSO TERREAL:
A REBELIÃO SEBASTIANISTA NA SERRA DO
RODEADOR. PERNAMBUCO, 1820**

FLAVIO JOSÉ GOMES CABRAL

**Dissertação apresentada por Flavio José
Gomes Cabral ao Programa de Pós-
Graduação em História da UFPE, como
requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em História.**

RECIFE - 2002

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos, que me possibilitou concluir o curso de mestrado e financiar a pesquisa em torno do sebastianismo na Pedra do Rodeador.

Ao professor Marcus Carvalho, não apenas pela orientação e acompanhamento da pesquisa, mas sobretudo pelas palavras amigas de incentivo à faina de pesquisador. Aos professores Carlos Miranda, Ana Maria Barros, Alice Aguiar, Sílvia Cortês, pela amizade rara, empréstimo de livros e sobretudo por terem acreditado em meu trabalho e me estimulado a ingressar no Mestrado.

Aos prestimosos funcionários do Arquivo Público Jordão Emerenciano (Recife-PE), do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – RJ), da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro – RJ), do Gabinete Português de Leitura (Recife – PE), da Biblioteca setorial do CFCH (UFPE) e da Biblioteca do Mestrado e Doutorado do Departamento de História, Carmem Lúcia de Carvalho dos Santos.

Sou extremamente grato ao pessoal do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, pelo incentivo, e sobretudo, pela compreensão. No momento de minha ausência entenderam que eu estava trabalhando em torno do curso e desta pesquisa. Em especial, a Mariângela de Castro, que com grande desvelo soube de alguma forma preencher essa lacuna.

Enfim, aos grandes amigos Alessandro Calzavara e Nadia Brunetto, pelas preciosas contribuições de textos sobre o messianismo, e ao historiador Napoleão Barroso Braga, dileto companheiro do Centro de Estudos de História Municipal da FIDEM, pelo empréstimo da *Memória Justificativa*, de Luís do Rego Barreto, sem a qual este trabalho ficaria a necessitar de alguma coisa. Todos foram importantes e constituíram parte de um grande universo.

ABREVIATURAS

ABNRJ - Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

ACNB – Arquivo do 1º Cartório de Notas de Bonito (Bonito – PE)

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife – PE)

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IAHGP- Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife)

RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

RESUMO

O trabalho se propõe analisar um movimento de inspiração sebastianista organizado por uma comunidade de homens livres, em sua maioria mulatos, trabalhadores rurais, arrebanhados próximo à Serra do Rodeador, em Bonito, Província de Pernambuco, nos primeiros anos do século XIX. Numa conjuntura marcada por conflitos sociais e políticos na passagem do período colonial para a construção do regime imperial, algumas insatisfações com a ordem são denunciadas pelos habitantes da *Cidade do Paraíso Terreal*. Nessa comunidade sonhos foram arquitetados na expectativa de que com o retorno de Dom Sebastião uma nova ordem seria instaurada. Entendeu-se que tais pensamentos eram perigosos para a segurança do Estado, uma vez que esses e outros intentos de rebeldia transitavam em várias esferas coloniais às vésperas da Independência. O medo de que ali se disseminava um cisma religioso e sobretudo político induziu a Coroa, em 1820, a amordaçar de forma arbitrária a referida comunidade.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS.....	13
CAPÍTULO 2 – EM BUSCA DO PARAÍSO.....	20
2.1. O Chão dos Devotos.....	20
2.2. O Despertar dos Oprimidos.....	23
2.3. À Espera do Desejado.....	32
CAPÍTULO 3 – COTIDIANO NO PARAÍSO TERREAL.....	43
3.1. “Ritos da vida Privada”.....	43
3.2. Vivências Religiosas.....	66
3.3. O Dia do Milagre.....	72
CAPÍTULO 4 – A EXPULSÃO DO PARAÍSO.....	75
4.1. Desconfianças e Denúncias.....	75
4.2. Planos de Operações.....	79
4.3. O Cerco.....	85
4.4. Em Torno do Primeiro Tiro.....	86
4.5. O Corpo-a-Corpo.....	89
4.6. As Perseguições.....	91
4.7. Entre Mortos e Feridos.....	93
4.8. A Retirada das Tropas.....	98
4.9. Qual o Crime dos Prisioneiros.....	103
CONCLUSÃO.....	109
FONTES.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
SITES.....	124
CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES, FONTES E BIBLIOGRAFIA DA ICONOGRAFIA.....	125

INTRODUÇÃO

O pensamento científico coloca questões, o pensamento mítico dá as respostas, as explicações que, evidentemente, não se situam no mesmo, registro da interrogação culta.

Balandier¹

Por ocasião dos festejos de Momo na Capital Bandeirante em 1999, a Escola de Samba Gaviões da Fiel saía na avenida evocando a figura legendária de Dom Sebastião, mito português dos séculos XVI e XVII, que segundo a letra do samba havia se encantado na paradisíaca Ilha de São Luís do Maranhão após a tragédia de Alcácer Quibir. Os autores da letra do enredo, provavelmente após rastrear as pegadas da lenda, entraram em contato com a história, o que demonstra o quanto ela é capaz de se infiltrar na cultura popular. Felizes com o provável campeonato, os componentes da referida escola cantaram o sambanredo, que entre as principais estrofes escritas pelos autores, Zé Rifai, Alemão do Cavaco e Ernesto Teixeira, despertou-nos atenção a seguinte:²

*A busca pelo mito continua
E se espalhou pelo Nordeste do Brasil
Canudos, Serra do Rodeador,
Pedra Bonita, quanto sofrimento e dor
Praia dos Lençóis no Maranhão
Vem viver a lenda da ressurreição*

Não é de nosso empenho analisar aqui a referida letra tampouco reescrever o fenômeno sebastianista, cujo desafio foi feito com grande desvelo e maestria pela professora Jacqueline Hermann em livro de grande fôlego.³ Nossa proposta é aproveitar a lembrança dos sambistas como pontapé inicial para uma análise sobre a força do mito sebástico entre os sertanejos nordestinos que se prepararam para receber seu rei

¹ BALANDIER, Georges. *A Desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 17.

² Gaviões da Fiel. <http://www.cliquesites.com.br/muhp/gavioes.htm>

³ Cf HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

imaginário no vale da Serra do Rodeador, zona rural do antigo Povoado de Bonito, rincão pernambucano dos princípios do século XIX. Transportado de Portugal para os trópicos brasileiros, o sebastianismo aqui assumiu novas cores e tons, distanciando-se das antigas aspirações lusitanas. Isso porque, como explica Balandier,⁴ o mito é irredutível e sua explicação é inesgotável, seu discurso se impõe pela autoridade, dispensando a hermenêutica (interpretação) e a exegese (explicação). Nesse sentido, percebeu Vainfas⁵ que o mito é rebelde, mutável, espraia-se por vários espaços, troca de roupagem e adentra vários tempos. Filtrado entre diversos povos, é sempre escrito e reescrito várias vezes, circula de boca em boca, multiplica-se, quando então assume outras tonalidades e versões.

Para os camponeses sebastianistas, que sob a liderança de um ex-soldado do 12º Batalhão de Milícias, Silvestre José dos Santos, fundaram no vale da Serra do Rodeador um arraial dito Cidade ou Reino do Paraíso Terreal, era talvez a primeira experiência de vida sedentária numa terra que sonharam um dia possuir. Ali arquitetaram sonhos e planejaram mudança de vida. Esta pesquisa trata desses sonhos, que para Philippe Ariès⁶ são tão importantes quanto a história demográfica e econômica. Além de tentarmos detectar essas fantasias, procuramos observar o fascínio que a liberdade desperta sobre o ser humano, tornando-se mais latente nos períodos em que esse mecanismo é cerceado pelos grupos hegemônicos que tendem a todo custo sobrepujar os demais em detrimento de seus interesses. Nestes momentos de aflição, as *vítimas de um poder opressivo pedem, antes de mais nada, liberdade. Diante de um poder arbitrário, pedem justiça.*⁷

O desejo de felicidade, sempre presente nos povos ao longo da História, foi acalentado pelos deserdados do reino nos carrascais do Sítio da Pedra do Rodeador. Nesse sítio essas aspirações seriam instauradas com o retorno de Dom Sebastião, uma espécie de herói, que canalizou em torno de sua imagem todos os fervores da esperança da referida comunidade. Por ocasião de seu portentoso regresso, a ordem seria invertida: os pobres enriqueceriam; alguns daqueles líderes se transformariam em príncipes, aumentando a fortuna do lugar; o abominável sistema de recrutamento seria abolido; muitas das injustiças sociais deixariam de existir. Nesses desejos, está a quebra do *status quo*, significando uma ruptura das permanências, descortinando-se um horizonte novo através de mudanças. Todos esses rugidos demonstravam quanto inquieta estava essa camada de

⁴ BALANDIER, Georges. Op. Cit., pp. 18-19.

⁵ VAINFAS, Ronaldo. Introdução. In: HERMANN, Jacqueline. Op. cit. p. 11.

⁶ ARIÉS, Philippe. A História das Mentalidades. In LE GOFF (org.). Jacques. *A História Nova*. 4ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 155.

povo no período que antecede a Independência. Neste momento, tudo faz crer, segundo podemos deduzir após a leitura de um sugestivo artigo escrito pelo professor István Jancsó,⁸ sob o título *A Sedução da Liberdade*, que algo novo surgia em todos os rincões da Colônia para além de motins de soldados indignados com atraso de soldo, dos saques a armazéns, diante a crise de abastecimento, de revoltas contestando o exagero de impostos. O novo que emergia, ensina o renomado professor, era a sedição, uma ação que desde os fins do século XVIII objetivava a revolução. A partir dessa leitura podemos sugerir se estariam os camponeses do Rodeador ensaiando uma sedição sebastianista naqueles confins da província. A esta e outras suspeições tentaremos responder, apesar das dificuldades com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa.

Pensar em um modelo de mundo novo significava desatar os nós do Antigo Regime. Sistema que, como um dragão apocalíptico, suscitava o surgimento dos excluídos, depois os responsabilizava, os eliminava, tratando-os como inimigos. Foi estudando um pequeno raio de luz filtrado no cotidiano dos camponeses do Paraíso Terreal que percebemos como as vítimas de um poder arbitrário não se intimidam em gritar e encorajam-se para ver a realização de seus sonhos. A rebeldia daqueles sertanejos chamou a atenção das autoridades. Isso porque a idéia do novo amedronta, surgindo daí a repressão que sobre aquela comunidade foi inclemente. Pernambuco naquele momento mal havia se curado dos ferretes provenientes de seus atos rebeldes advindos da insurreição de 6 de março de 1817, quando os insurretos permaneceram no governo da *República* por 74 dias, fato inédito na história luso-brasileira. Isso representou, no dizer de Carlos Guilherme Mota, o *primeiro traço realmente significativo de descolonização acelerada e radical*.⁹

Nesse universo podemos notar que a sociedade dos fins dos séculos XVIII e princípios do século seguinte não estava estruturada apenas por senhores patriarcais e escravos. Um grande contingente de homens livres – mulatos, índios, negros forros e toda a horda de homens brancos pobres - era marcante. Extremamente inquietos, principalmente no momento de crise, podiam ou não estar na dependência da grande propriedade. Não podemos negar que o sistema de escravidão tirava-lhes oportunidade de trabalho, quando então, para não morrer de fome, viam-se obrigados a vagarear pelos lugares à procura de

⁷ BOBBIO, Norberto. *Igualdade e Liberdade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p. 7.

⁸ JANCÓS, István. *A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII*. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. 4ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 388-437.

⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e comportamentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 2.

colocação. Essa intensa mobilidade causava medo e inquietação. Eis o motivo pelo qual eram quase sempre acusados de propagar doenças, de estarem envolvidos em arruaças, de se infiltrarem em revoltas sediciosas. De um modo geral eram vistos como desagregadores da ordem. A contestação dessa ordem naqueles anos turbulentos dava-se em outras esferas: nos setores dominantes, ligados à propriedade, mesmo que para isto não pensassem em mudanças em torno do sistema do trabalho escravo; e na escravaria, cujas inquietações seriam mais latentes a partir da segunda década do século XIX.¹⁰

Um dos grandes desafios com que nos deparamos por ocasião das pesquisas foi a documentação. Por se tratar da história de homens e mulheres simples, das margens, o ideal seria trabalhar as fontes produzidas por eles. Mas na inviabilidade de tal fato, porque os setores excluídos, dada sua condição de vida, não registraram seu cotidiano, tivemos que procurar nas entrelinhas do discurso oficial os gritos dos deserdados. Para Jean-Claude Schmitt,¹¹ é nos arquivos e na documentação que emanam do *centro* que se pode ouvir melhor a voz dos excluídos. Ou seja, é os salões de tortura, os tribunais, a exemplo da intendência da Marinha recifense, para aonde os camponeses que escaparam do cerco promovido pelo governo foram levados, que permitem reconstituir a imagem e a linguagem dos deserdados de outrora. Ademais, além de se ter nas entrelinhas do discurso oficial a história dos marginais, nada impede uma releitura da História do próprio centro.

Na esperança de tentarmos desvendar o referido cotidiano, tivemos que mergulhar em fontes, algumas das quais inéditas, que em suma se referem a cartas, ofícios do capitão-general para a corte, e vice-versa, mapas de baixa do efetivo, observações do serviço de espionagem que apuravam o cotidiano dos referidos deserdados, atas, assentadas, acareações, interrogatórios etc. Esses importantes documentos em seu todo compõem os acervos do Arquivo Público do Estado de Pernambuco e do Arquivo Nacional. Ao lado dessas fontes, foram de grande valia algumas cartas de Luís do Rego Barreto que compõem o acervo do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro), as quais felizmente foram transcritas pelo historiador Evaldo Cabral de Mello na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.¹² Essas missivas foram destinadas a Tomás Antônio Vila Nova Portugal, o mais poderoso ministro de Dom João VI, no dizer do referido historiador, que à época

¹⁰ Idem, p. 21.

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: LE GOFF, Jacques. Op, cit. pp. 284-285.

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. *RIAHGP*. Recife: vol. LII, 1979, pp. 81-215.

ocupava, separada ou cumulativamente, as pastas da Marinha e Ultramar, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, do Reino e Fazenda.¹³ Por ocasião em que achamos pertinentes transcrever trechos desses documentos, optamos pela modernização da ortografia e pontuação.

Todo esse material ficaria num grande vácuo se não fossem as observações teóricas de alguns autores, a exemplo de Jean Delumeau, Emanuel Araújo, Riolando Azzi, Georges Balandier, Marilena Chauí, Michel de Certeau, Georges Duby, Mary Del Priore, Mircea Eliade, Michel Foucault, Carlo Ginzburg, Jacqueline Hermann, Eduardo Hoornaert, Glacyra Leite, Carlos Guilherme Mota, Eni Orlandi, Cristián Parker, Geraldo Pieroni, René Ribeiro, Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Maria Isaura Pereira de Queiroz e tantos outros. Optamos para o que Peter Burke¹⁴ chama de mistura de coquetéis teóricos. O ecletismo neste caso foi à fórmula importante para as várias perguntas que foram aparecendo no decorrer da pesquisa.

Um evento da magnitude dos deserdados do Rodeador é de estranhar não ter despertado atenção dos historiadores, sendo alvo de estudos de folcloristas e antropólogos. Alguns escritos sobre o referido povo pouco esclareceram. Alguns desses ensaios procuraram mostrar principalmente sua religiosidade e quase sempre vista como uma realidade dos homens incultos, uma espécie de crise de pobres fanáticos comum ao *modus vivendi* do nordestino. São essas questões que tentamos esboçar no 1º capítulo deste trabalho. Ao adentrarmos a intimidade dos deserdados, observamos seus anseios e estratégias de vida para driblar os diversos métodos de exclusão, como também seus anseios com relação às crises sucessivas que infernizavam a província. Procurando a felicidade, os homens e mulheres livres encontraram nos diversos movimentos sociais, a exemplo do Rodeador, sua idade de ouro e animação para movimentar sua miserável vida. Foi sobre esses anseios que o capítulo 2º, *Em Busca do Paraíso*, procurou retratar.

Encontrando na raiz do Rodeador a verdadeira felicidade através do amanhã da terra, os camponeses ali arrebanhados, levados pela crença do retorno do rei Dom Sebastião, prepararam a sedição sebastianista. Naquela comunidade, gritaram contra o sistema na medida em que questionavam o problema da posse da terra, a carestia, o sepultamento de ricos no solo sagrado dos templos católicos e sobretudo o famigerado sistema de recrutamento militar, que tirava o sono da população masculina pobre de então.

¹³ Idem, p. 81.

Ali se entendia que esses e outros métodos não iam mudar a não ser com o regresso do desejado rei morto em combate com os muçulmanos nos areais marroquinos de Alcácer Quibir em 1578. No arraial do Rodeador seu povo se preparou para este maravilhoso retorno, quando então a ordem das coisas mudaria. Se diretamente a autoridade de Dom João VI não foi contestada, os camponeses em tela não se sentiam súditos de um monarca que nada fazia para atenuar o sofrimento das massas deserdadas. Esta é a questão que tratamos no capítulo 3º, *O Cotidiano no Paraíso Terreal*. Essas idéias e alguns aspectos do cotidiano daquela gente puseram de sobreaviso as autoridades provinciais, que entenderam que ali se maquinava contra el rei e se preparava um cisma religioso. Para corrigir esses intentos de rebeldia, foi promovida a repressão do lugarejo. Para tal finalidade, uma rede de espionagem foi acionada para averiguar o dia-a-dia da comunidade. A coação foi inclemente. Os que se salvaram foram arrastados até o Recife como troféus de guerra. O processo judicial que se abriu contra aquela gente serviu de estudo para o entendimento do caso que trazemos à baila. Foi coibição que o capítulo 4º, *A Expulsão do Paraíso*, procurou dar conta.

A história dos deserdados do Paraíso Terreal nos revela a possibilidade que tem a massa excluída de conseguir fabricar um novo ser, uma nova história, uma nova urbe, onde as aspirações, as expectativas, podem ser concretizadas. Na ilusória fragilidade de seus corpos percebemos o caráter da resistência e o exercício da dependência recíproca. Invisíveis para uma historiografia oficial, conseguiram rabiscar um protótipo de mundo novo embalado na experiência da vida cotidiana, fato que os pseudo-heróis não foram capazes de concretizar. O pouco material iconográfico aqui utilizado procura aproximar os tempos. Os mapas se destinam a reconstruir os caminhos e os diferentes sertões por onde transitou aquele povo. As fotografias se destinam a dar uma idéia do paraíso que era o referido sítio, além de nos permitir um pequeno fito do cotidiano dos deserdados de um reino tão vasto, tão rico, entretanto excludente.

¹⁴ Apud PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 209.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

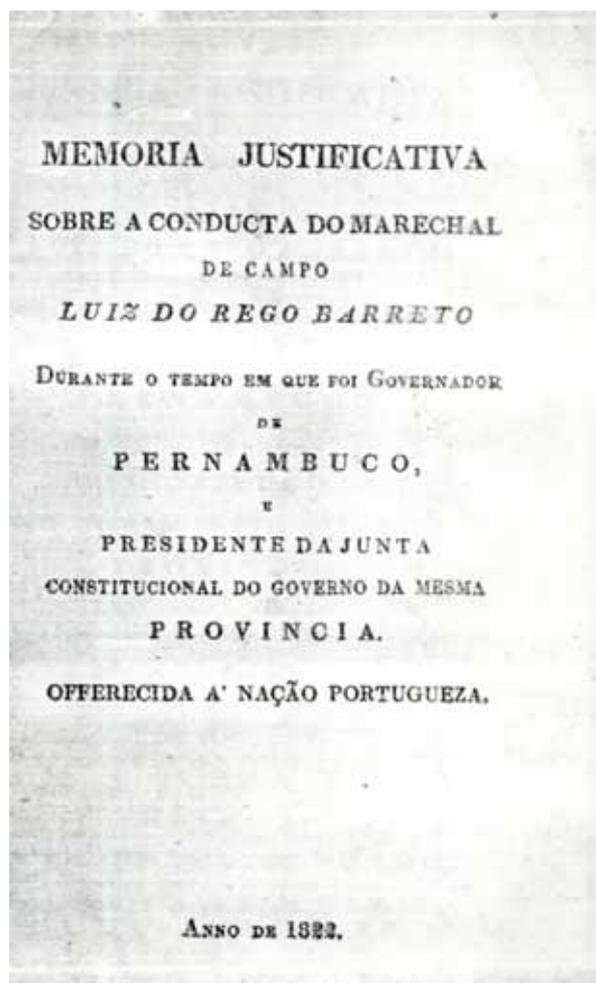
*Tantas histórias,
Tantas Perguntas.*
Brecht¹⁵

O episódio da Serra do Rodeador foi um movimento, a priori, de caráter messiânico e milenarista inebriado de grande apelo social. Nele, que foi o primeiro surto coletivo sebastianista do País, envolveram-se mulatos e outras esferas de homens e mulheres livres e pobres. Por ser um evento tão significativo, é de se estranhar que não tenha merecido a devida atenção dos historiadores, sendo alvo até então de folcloristas e antropólogos. Foi o que percebeu a historiadora Jacqueline Hermann.¹⁶ O caminho parece ter sido aberto pelo próprio artífice da repressão daquela comunidade, o capitão-general Luís do Rego Barreto, derradeiro governador régio, que administrou a província pernambucana no período de 1817 a 1821. Rego Barreto publicou em 1822, na cidade de Lisboa, sua famosa *Memória Justificativa*,¹⁷ espécie de documento oficial sobre o referido episódio.

¹⁵ Apud QUATTROCCHI, Ângelo, NAIRN, Tom. *O Começo do Fim*: França de 68. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 85.

¹⁶ HERMANN, Jacqueline. Op. cit. p. 308. Segundo a referida autora, a antropóloga Leonarda Musumeci desenvolve trabalho sobre o caso em tela para seu doutoramento em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ. HERMANN, Jacqueline. A Cidade do Paraíso Terrestre, o movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, LIMA, Eli Napoleão de (org.). *De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados*. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2001, pp. 243 e 260.

¹⁷ BARRETO, Luiz do Rego. *Memória Justificativa sobre a conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma Província*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822, p. 16 (reedição fac-símile do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, 1971).



1. Frontispício da Memória Justificativa de Luís do Rego Barreto (Lisboa, 1822). Nela seu ator se defende no Reino de acusações feitas nas cortes liberais contra sua administração em Pernambuco (1817-1821).

Esta obra foi escrita para que o governador se justificasse, como se pressupõe pelo próprio nome do trabalho, perante a opinião pública do Reino de inculpações feitas nas cortes liberais contra sua administração no Brasil. No intróito deixou claro que, diante do cobiçado cargo que exerceu, teias de intrigas contribuíram para torná-lo *persona non grata*, porém adiantou que era seu dever refutá-las, esclarecendo ao público seu compromisso com a Coroa. Dando traços de modéstia, o que evidentemente poderia convencer, os patrícios, dizia reconhecer falhas em sua administração, todavia, *o haver desagradado a muitos indivíduos não faz prova que me continua culpado*.¹⁸ Ao reportar-se à repressão sobre a referida comunidade, chamava atenção do leitor sobre o risco de sua conservação, uma vez que ali se infiltraram salteadores, bandoleiros, desertores das fileiras militares e

¹⁸ Idem, p. 4.

toda horda de mendigos, que segundo sua impressão preparavam um cisma religioso e maquinavam contra o rei. O referido trabalho, apesar de ser uma obra voltada para a manutenção da monarquia absoluta, não pode deixar de passar despercebido daqueles que estudam o período da história que antecede a Independência, pois em cujas entrelinhas se descortina a própria história do centro.



2. Narrativa referente a um ataque contra Bonito de suposta autoria de José de Melo Moraes (c.1860), BNRJ.

Guarda a Biblioteca Nacional, em seu valioso acervo, uma interessante *Narrativa referente a um ataque contra Bonito, onde havia um ajuntamento suspeito ao tempo de Luiz do Rego Barreto*, de suposta autoria de José de Melo Moraes,¹⁹ escrita conforme seu autor para que a posteridade tomasse conhecimento dos eventos ocorridos em Pernambuco em 1820 (figura 2). Em 1880, sob o título *Expedição do Rodeador*, J. Augusto da Costa

publicava na Revista Brasileira de História artigo sobre o episódio em tela, o qual infelizmente não nos foi possível conhecer. Entretanto, René Ribeiro, que teve a oportunidade de o ler, assevera que o autor teve familiaridade com as fontes recolhidas no Arquivo Nacional, mas que lamentavelmente o deixou inacabado.²⁰

Em 1884, publicava Francisco Pacífico do Amaral *Escavações: Fatos da História de Pernambuco*,²¹ obra de fôlego, cujo autor se debruçou em fontes inéditas para trazer à lume episódios antigos da história pernambucana, passando por política, aspectos sociais e literários. A obra sai das rodas palacianas para descrever o cotidiano da província, o que se passava nas ruas, botequins, lojas ou na zona rural. No capítulo A Santa da Pedra, trazia à tona os desencontros de opiniões então existentes entre alguns cronistas que pelos fatos do Rodeador se interessavam. Diante da efervescência em que se encontravam os ânimos pernambucanos contra os atos tirânicos de Luís do Rego Barreto, o episódio de 1820 foi encarado como mais uma das ações despóticas do governador. A opinião do autor é que os camponeses do sítio do Rodeador não passavam de ingênuos dirigidos por um astucioso conhecedor das trovas de Bandarra, que, tido como o papa do sebastianismo, de quem falaremos oportunamente, conseguia um meio de vida. Essa versão tomou vulto e constituiu em verdade, se expandindo mascarada com pequenas alterações. O autor chegou a adotar esta última corrente. A obra traz um interessante poema de autoria de Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, até então inédito, sob o título *Horroroso Massacre do Bonito*, em que cria situações entre as camponesas Mileta e Aurila, prisioneiras de guerra, que denunciavam os crimes e a sagacidade voraz dos soldados em soterrar o arraial do Rodeador e a lamentável sina iniciada após a soltura.²²

Francisco Benício das Chagas, comendador e homem de prestígio em Bonito,²³ em interessante artigo publicado em 1890 na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano sobre o município de Bonito em 1881,²⁴ expôs alguns comentários sobre as ocorrências bonitenses na Pedra do Rodeador. Convicto de que as

¹⁹ BNRJ. *Narrativa referente a um ataque contra Bonito, onde havia um ajuntamento suspeito ao tempo de Luiz do Rego Barreto*. Autoria suposta de José de Melo Moraes, data (?). II – 33,5,35.

²⁰ RIBEIRO, René. *Antropologia da Religião e outros Estudos*. Recife: Editora Massangana, FJN, 1882, p. 243.

²¹ AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: fatos da história de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974, p. 108.

²² Idem, pp. 113 a 115.

²³ CABRAL, Flavio José Gomes. *Bonito; das caçadas às Indústrias*. Recife: FIAM-CEHM, Prefeitura Municipal do Bonito, 1988, pp. 265-266. (coleção biblioteca municipal).

²⁴ CHAGAS, Francisco Benício das. *Descrição do Município do Bonito no anno de 1881*. In *RIAHGP*. Recife, no 37, pp. 71-82, 1890.

reuniões do Sítio do Rodeador tinham caráter político, acreditava que Silvestre, líder da comunidade em evidência, não era um simples aventureiro, tampouco um impostor ou salteador, conforme a imagem que se tentou imprimir dele. Segundo se extrai de seu artigo, a legenda da santa foi explicada logo após a Independência pelos bonitenses que tiveram maior contacto com aquele líder como sendo a *santa liberdade, era a sonhada independência tão aspirada naqueles tempos em toda a América.*²⁵ Diferentemente de outros autores que beberam informações no autor dos Anais Pernambucanos, Francisco Benício das Chagas procurou construir a imagem de Silvestre como um homem alfabetizado, resoluto e perspicaz. Não encontrando naquela figura nenhum vínculo com embustes.

Sob o título *Combate do Rodeador ou da Pedra (1820)*,²⁶ artigo assinado pelo General J. I. de Abreu e Lima, publicado na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, procurou o articulista, através de algumas fontes, detalhar as operações militares preparadas em Recife para atacar o reduto sebastianista. Para tal esforço, como verdadeiro garimpeiro, buscou descobrir a data exata do cerco, mas nada conseguiu, abrindo conjeturas de que o fato devia ter ocorrido em meados de outubro de 1820. Varnhagen, o fundador de nossa historiografia, em sua *História Geral do Brasil*,²⁷ em Rodeador, para cuja narrativa se abeberou nos escritos de Benício das Chagas e de Abreu e Lima, mostrou-se pouco simpático a esse tipo de movimento. Segundo ele, talvez para quem escrevia sob um modelo elitista, movimentos formados pela raia miúda da sociedade poderiam atrapalhar a integridade nacional.

Francisco Augusto Pereira da Costa, primeiramente utilizando a tribuna de o Jornal do Recife dos dias 29 e 30 de janeiro de 1902, se reportou aos acontecimentos em estudo sob o título *Uma Seita Sebastianista na Serra do Rodeador* e posteriormente fazendo consignações em seu *Folk-Lore Pernambucano*.²⁸ Quando escreveu A Crença Sebastianista da Pedra do Rodeador, fez relevante comentário sobre o *modus vivendi* dos camponeses em questão, cujos informes seriam ampliados nos famosos *Anais Pernambucanos*,²⁹ no qual, além de detalhar parte do cotidiano daquela gente, procurou

²⁵ Idem, pp. 79-80.

²⁶ LIMA, General J. I. de Abreu e. *Combate do Rodeador ou da Pedra (1820)*. In: *RIAHGP*, Recife, nº 57, pp. 126-257, 1903.

²⁷ VARNAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953, p.181, vol. 5.

²⁸ COSTA, Pereira da. *Folk-Lore Pernambucano: subsídios para a historia da poesia popular em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974, pp.50 a 52.

²⁹ COSTA, Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2ª ed. Recife: Fundarpe, 1984, pp. 57 a 64 e 91 a 99, v.8.

observar seus ritos e vivências religiosas. Sobre o líder daquele povo, endossou as velhas teorias de que se tratava de um aventureiro que com seus embustes conseguiu reunir adeptos de várias partes da província, os quais à comunidade do Rodeador chegavam atraídos pela devoção e superstição. Seguindo trilhas de autores anteriormente citados, Sebastião de Vasconcellos Galvão reservaria espaço em seu *Diccionario Chorographico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*,³⁰ no verbete Bonito, para descrever alguns aspectos do comportamento dos camponeses da Serra do Rodeador.

Diferentemente de alguns autores citados, o antropólogo René Ribeiro, munido da devassa processada em Bonito em 1820 e de alguns outros documentos compilados que estão sob a guarda do Arquivo Nacional, escreveu sob o título *O Episódio da Serra do Rodeador (1817-20): um movimento milenar e sebastianista*,³¹ um texto inovador, no qual o autor procurou oferecer esclarecimentos, abordando os eventos dentro de uma perspectiva socioantropológica, deixando à margem toda a aura de conceitos construídos sobre a figura de Silvestre e seus apaniguados. Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O Messianismo no Brasil e no Mundo*,³² apoiada nos estudos de Pacífico do Amaral e de René Ribeiro, encara o evento como reação das camadas populares, que, marginalizadas diante da falta de emprego, do alto custo de vida e da exploração em que viviam, procuram contestar a ordem, se apoiando em crenças que são temperos de suas desafortunadas vidas. Usando parte desse acervo bibliográfico e de alguns conceitos anteriormente assinalados, alguns textos sobre a saga dos camponeses do Rodeador povoam as obras de Waldemar valente,³³ Nelson Barbalho³⁴ e Flavio José Gomes Cabral.³⁵

Ronaldo Vainfas, em seu *Dicionário do Brasil Colonial*,³⁶ no verbete sebastianismo, fez algumas referências ao movimento em destaque. A antropóloga Leonarda Musumeci vem ultimamente estudando sobre a referida comunidade para

³⁰ GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario Chorographico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, pp. 26-27, vol. 2.

³¹ Em primeira mão, como esclareceu o autor, o texto foi originalmente publicado na Revista de Antropologia, v. 8, nº 8, São Paulo, dez. 1960, e posteriormente em sua *Antropologia da Religião*, pp. 243-252.

³² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2ª ed. São Paulo: Alfaômega, 1976, pp. 220 a 222.

³³ VALENTE, Waldemar. *Misticismo e Região*. 2ª ed. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1986, pp. 49-51.

³⁴ BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana; subsídios para a história do agreste e do sertão (1818-1821)*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, FIAM, 1983, pp. 109, 125, 172-177.

³⁵ CABRAL, Flavio José Gomes. Op. cit. pp. 68-83.

³⁶ VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 523-526.

compor sua tese de doutoramento, aproveitando a oportunidade para debater o assunto em seminários, além de escrever algumas nótulas sobre as mulheres que participaram daquela comunidade para o *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade*.³⁷ Atualmente, a historiadora Jacqueline Hermann vem se debruçando sobre o tema, promovendo alguns colóquios e publicando textos de grande relevância à temática em revistas especializadas. O artigo *A Cidade do Paraíso Terrestre – o movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX*³⁸ procurou de forma criteriosa observar os disfarces do mito sebastianista em Portugal e os complexos matizes que ele assumiu na Serra do Rodeador em um momento agudo de crise do antigo regime. Em *Sebastianismo e Sedição: os rebeldes do Rodeador na “Cidade do Paraíso Terrestre”, Pernambuco – 1817-1820*,³⁹ procurou refletir, a partir das propostas de mudanças reivindicadas pelos camponeses da Cidade do Paraíso Terrestre, a possibilidade de se pensar que ali se preparava uma sedição sebastianista, cujo momento de grandes incertezas propiciava rupturas e reações advindas de várias partes da Colônia.

³⁷SCHUMACHER, Schuma, VITAL BRAZIL, Érico. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, pp. 292-293.

³⁸ HERMANN, Jacqueline. *A Cidade do Paraíso Terrestre – o movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, LIMA, Eli Napoleão (orgs.). Op. cit. pp. 243-260.

³⁹ HERMANN, Jacqueline. *Sebastianismo e Sedição; os rebeldes do Rodeador na “cidade do paraíso terrestre”, Pernambuco – 1817-1820*. In *Tempo*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, v. 6, nº 11, pp. 131-142, 2001.

CAPÍTULO 2

EM BUSCA DO PARAÍSO

*Quero de fundo d'alma a el rei D.
Sebastião! Mas onde está ele que não volta
a seu reino?*

Por que nos faz esperar tanto?

Que havemos de fazer?

Faustino da Fonseca⁴⁰

2.1. O Chão dos Devotos

Conquistadas as terras litorâneas dos índios e espalhando-se pelas várzeas dos seus rios o domínio da empresa açucareira, esta se esbarrou muito abaixo da Serra das Russas, em Santo Antão, onde também se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar. Para além daquelas serrarias ficavam os terrenos apartados do litoral, então denominados de sertões, que segundo o imaginário dos primeiros desbravadores tudo não passava de um grande deserto, isto é, um *desertão*. A vida naqueles terrenos não era brincadeira. Trabalhava-se duro. O cotidiano gravitava em torno do sol causticante e solo ingrato. O sertão, a exemplo do que o oceano exerceu sobre o imaginário do europeu, propôs atração e ao mesmo tempo medo. Medo de seres reais e imaginários. De plantas, dos índios considerados bárbaros, dos caminhos e grotões. Empreender a conquista desses mundos significava impor a ordem e a dominação sobre o território e os viventes, para transformar estes em súditos de el rei. Para os olhos dos primeiros colonizadores, terras como essas não interessavam, pois sua, cobiça tinha como alvo os terrenos que beijavam o mar, por serem adequados à lavoura canavieira.⁴¹

As terras distantes eram desprovidas de estradas, o que dificultava a comunicação. Por mais férteis que parecessem, perdiam o valor. Eram de segunda categoria em relação àquelas que se espraiavam pela costa, que, por isso se encontravam em mãos de pessoas abonadas. A terra era disputada palmo a palmo, não apenas porque representava sinal de

⁴⁰ FONSECA, Faustino da. *Alma Portuguesa: a Restauração de Portugal*. Lisboa: José Bastos Livreiro Editor, 1902, p. 53, vol. 1.

prestígio para os que as possuíam, mas também devido ao tipo de economia vigente: era vista como sinal de garantia para novos investimentos. Essas práticas foram utilizadas muitas vezes como forma de incorporação de patrimônio ainda inexplorado ou conquistado por moradores sem título ou, ainda, de terras ocupadas por índios.⁴²

O Agreste pernambucano, à época incorporado ao vasto mundo sertanejo, foi tardiamente ocupado. Ensina Manoel Correia de Andrade⁴³ que o reconhecimento daquela região se tornou mais sistemático com a expulsão dos holandeses e a destruição do Quilombo dos Palmares⁴⁴ e por ocasião das quizilas da chamada Confederação dos Cariris. Quando rechaçados os aborígenes nas chamadas *Guerras Justas*, foram suas terras tomadas e aquinhoadas entre os pecuaristas, motivando a fuga do indígena para terras inóspitas e menos cobiçadas até certo ponto pelo colonizador. Na região em pauta, em um extenso vale entremeado pelos rios Sirinhaém e Una, embalado por diversas serras, as quais ainda fazendo parte do sistema orográfico da Cordilheira das Russas, foi fundado em fins do século XVIII o Povoado do Bonito. Foi neste espaço, na zona rural, que foi fundado o arraial sebástico do Rodeador que muito movimentou a província em fins dos anos de 1820 (ver figura 3).

Dominados aqueles campos bravios e conquistada a terra pelo sistema sesmarial, implantava-se naqueles ermos o criatório como elemento associado, em um primeiro momento, à produção canavieira, como fonte fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço. Voltada para o mercado interno, escreveu Darcy Ribeiro,⁴⁵ foi a economia sertaneja sempre pobre e dependente. Assim sendo, acabou incorporando ao criatório uma fração ponderada da população nacional, ocupando áreas mais extensas que qualquer *outra atividade produtiva*.

Alimentando a cobiça dos senhores patriarcais que exploravam na zona da mata a agroindústria açucareira, muitas terras interioranas eram-lhes doadas para o crescimento de seus negócios. Em 1691, por exemplo, os capitães João Cavalcanti de Albuquerque,

⁴¹ KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Brasileira, 1942, p. 438 .

⁴² LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundaj-Editora Massangana, 1988. pp 49-50.

⁴³ ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. p. 138.

⁴⁴ Muitos dos sertanistas que integraram as colunas que destruíram o referido quilombo foram agraciados com datas sesmarias nas terras palmarinas, a exemplo do capitão André Furtado de Mendonça, que foi beneficiado em 22 de julho de 1917 com três léguas de terra em quadro sem pagar pensão alguma, exceto o dízimo de Deus. DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA, SESMARIA. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Biblioteca Pública, 1954, pp 231, vol. 1.

Cristóvão Paes Cavalcanti, Gaspar de Mendonça Bandeira, João de Magalhães e Manoel Alves de Azevedo pediram e foram contemplados pela Coroa com 16 léguas de terra contíguas aos rios Sirinhaém e Ipojuca, para que eles pudessem lavrar suas lavouras e trazer seus gados.⁴⁶ Destarte, o que se pode perceber é que durante os séculos XVI, XVII e XVIII os senhores proprietários de então preferiam os centros urbanos ao interior. Só em outro momento, quando essas terras seriam valorizadas, se inauguraria o estilo patriarcal rural, consolidando o poderio dos senhores patriarcais.⁴⁷



3. Os sertões. Detalhe do Mapa topográfico da parte das Províncias e Pernambuco, Alagoas e Paraíba (1823). ANRJ.

⁴⁵ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 340.

⁴⁶ Documentação Histórica, pp. 16-17.

⁴⁷ MOOG, Viana. *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1955, p. 233.

2.2. O Despertar dos Oprimidos

Valorizando-se as terras interioranas, já nos princípios do século XIX, avolumaram-se pelas repartições públicas processos de litígios de demarcação de terra para a obtenção de títulos legais. As pendengas se tornavam intrincadas quando as referidas solicitações partiam, geralmente, de ambas as partes contestantes, que reclamavam possuir direitos comprovados.⁴⁸ Nesse quadro, o que se vê é que o próprio modelo fundiário concorreu para o agravamento das contendas. Isso porque não havendo uma rígida fiscalização e controle sobre as concessões tudo contribuía para que um requerente fosse contemplado com o mesmo quinhão. Nas quizilas judiciárias, não apenas se envolveram ricos proprietários. Não se pode ocultar nesse processo o interessante número de moradores, que, morando em terras devolutas e ali vivendo do suor do seu trabalho, havia ali estabelecido sua posse, há muito tempo, e por não serem portadores de título legal nunca apareceram nas contestações e nos litígios.⁴⁹

Trabalhando nas propriedades dos senhores patriarcais vamos encontrar, segundo testemunho de alguns cronistas, uma população bastante expressiva formada de homens e mulheres livres pobres. Estes, impedidos de serem senhores de suas terras, trabalhavam de forma marginal nos engenhos ou fazendas cultivando para a própria subsistência, pagando, evidentemente, foro ao proprietário em dinheiro ou por meio de serviços ou produtos colhidos. Vivendo de forma humilhante, grande hostilidade havia entre os moradores e os senhores. Isso apesar de os proprietários escolherem seus capangas e empregados dentre aquela massa de excluídos.

Todo esse contingente móvel de pessoas livres era no início do século XIX uma população bastante expressiva no Brasil. Segundo Koster em suas viagens pelo Nordeste, o mencionado contingente populacional no século em estudo era maior que os escravos.⁵⁰ Em 1819 os dados demográficos pernambucanos revelaram que 65,42% da população era livre enquanto 34,58%, escrava.⁵¹ Os números, como se sabe, não exprimem uma total

⁴⁸ Fato que corrobora com essa assertiva vem do Engenho Ilha de Flores, quando em 1820, querendo Henrique Marques Lins aumentar seus negócios conseguiu a título de sesmaria um trecho de terra contíguo ao referido engenho, que à época era de propriedade do padre Rodrigues Teixeira, que também apresentava diploma legal de posse da mesma terra. Imediatamente arregimentou o cura uma legião de homens armados compostos de afilhados, compadres e agregados, que de armas em punho ameaçavam quem resistisse contrariar o sacerdote. APEJE, JO, códice 1, 1818-1822, fls. 28 e 28v.

⁴⁹ LEITE, Glacyra Lazzari. Op. cit. p. 52.

⁵⁰ KOSTER, Henry. Op. cit. p. 541.

⁵¹ LEITE, Glacyra Lazzari. Op. cit. pp. 38-39.

realidade, visto que o contingente pardo passava por um processo de *branqueamento*. À época, muitos mulatos, após conseguirem a dispensa do *defeito da cor*, conseguiam algum cargo militar, civil e eclesiástico, que, por lei, só poderiam ser ocupados por brancos. Dessa forma, diante das colocações exercidas, branqueavam os pardos, que, em número real, nos arrolamentos populacionais, eram sempre considerados brancos.⁵²

Mediante grande estado de tensão, os pobres viviam em constante mobilidade, aninhando-se em uma ou outra fazenda. Era uma constante procura de trabalho ou de outro padrinho que lhes oferecesse vantagens. Mas também porque muitas vezes eram expulsos da terra, ocorrendo vinganças desastrosas para ambos os lados. Se para os homens era dificultoso arranjar trabalho nesse mundo hostil, para as mulheres a situação era embaraçosa. Na cidade do Pará em 1780, perante um notário comparecia a liberta Joana Batista, órfã de pai e mãe, alegando não ter ninguém para cuidar dela. Sem nenhum meio para *poder viver em liberdade*, havia ajustado com Pedro da Costa *vender-se a si mesma por sua escrava, como se tivera nascido de ventre cativo, e nunca tivesse sido livre*, reservando, entretanto, a liberdade dos futuros filhos que viesse a ter. Na empreitada aceitou a quantia de 80\$000 réis pela sua venda, uma parte em espécie e a outra em fazendas e algumas jóias.⁵³

A montagem do trabalho escravo concorreu em termos óbvios para a exclusão das massas livres. Desempregado e sem terra, o contingente excluído passou a vagarear constantemente, passando a ser rotulado de indolente e vadio.⁵⁴ Destarte, em 1707 a Igreja se pronunciava através das Constituições Primeiras quem era o vagabundo: aqueles que deixando totalmente, de fato e no ânimo, o lugar de sua origem, anda de uma parte para outra e em nenhum lugar têm domínio permanente.⁵⁵ Séculos antes, o Estado através do Livro 5º das Ordenações Filipinas, item 68, também definiu o vadio como sendo:

⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Estrutura Social. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império Luso-Brasileiro; 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 224, vol. VIII. Diz a referida autora que quando o Marquês de Lavradio passou por Pernambuco em 1768 com destino à Bahia, onde iria assumir o governo da referida capitania, comentou que raro era o verdadeiro branco existir no Brasil porque os que ali chamavam branco *não passam entre nós com muito favor por mulatos*, comentou. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Idem, ibidem.

⁵³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 263.

⁵⁴ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 28 a 31.

⁵⁵ Constituições Primeiras. Apud ARAÚJO, Emanuel. Op. cit, p. 150.

*Qualquer homem que não viver com senhor ou com amo, nem tiver ofício nem outro mister, em que trabalhe ou ganhe a vida, ou não andar negociando algum negócio seu ou alheio.*⁵⁶

Perseguidos desde remotos tempos, os pobres sempre estiveram associados à desordem, às sedições, à baderna, à rebeldia, além da mendicância. O medo desse povo esteve presente na Inglaterra de Henrique VIII e de Eduardo VI, onde revoltas eclodiam, contribuindo para que as autoridades inglesas acreditassem, erradamente, que os rebeldes eram sobretudo os mendigos. Era crença na Europa, ante a mobilidade dos setores marginalizados, serem eles os responsáveis pela transmissão dos pecados, da heresia, da libertinagem, da peste e a sublevação.⁵⁷ Esses predicativos estão ligados ao campo religioso. Se eram errantes, automaticamente os deserdados passaram a ser acusados de paganismo. Criava-se, assim, a idéia de que estes se recusavam a batizar os filhos e de que raramente se aproximavam dos sacramentos, preferindo o concubinato ao matrimônio. Desse modo, na visão da época, caíam em pecado, uma vez que optavam pela união livre, infringindo o sacramento do matrimônio instituído pela igreja.⁵⁸

Foulcault observou que no medievo o louco e o pobre eram como peregrinos de Deus. Esse conceito, no entanto, mudou no período seguinte, quando passaram a ser vistos como seres degenerados, suspeitos e inquietos, que perturbam a paz pública.⁵⁹ Eles já não eram considerados, como nos tempos de São Francisco, *uma dialética da humilhação e da glória, mas uma certa relação da desordem com a ordem que encerra na culpabilidade.*⁶⁰

Todos esses conceitos são transportados para o Brasil. Não é à toa que o general governador Luís do Rego Barreto, em face de sua visão de mundo, ao tomar conhecimento de que no Povoado de Bonito homens e mulheres haviam se arranchado pelos grotões da Pedra do Rodeador, ficou convencido de se tratar de um

*ajuntamento (...) mui perigoso, e que tendia a formar grandes desordens na sociedade. [Por isso] ordenei os meios que mais eficazes me pareceram para surpreender toda a multidão sem experimentar resistência.*⁶¹

⁵⁶ LARA, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas. Livro V.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 216.

⁵⁷ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente. 1300-1800, uma cidade sitiada.* São Paulo: Companhia das Letras. 1999, pp. 197 e 201.

⁵⁸ Idem, p. 413.

⁵⁹ Apud DELUMEAU, Jean. Op. cit. p. 413

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 413.

⁶¹ BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 16.

Em Pernambuco dos primeiros anos do século XIX, muita gente excluída quando não conseguia arrumar emprego nas propriedades dos senhores patriarcais às vezes arranjava algum trabalho esporádico, que consistia na derrubada das matas de madeira-de-lei, a exemplo do pau-brasil. Toros dessa madeira eram desembarcados no Recife trazidos do interior pelos camponeses, que cuidavam também do seu beneficiamento, recebendo pelo trabalho 1\$600 por quintal de peso. Alarmado com o constante contrabando da citada madeira, Luís do Rego Barreto, em carta dirigida em 27 de maio de 1819 ao Ministério do Reino alertava que o único recurso para evitar-se tais transtornos seria dar mais dinheiro aos homens do campo pela sua carga.⁶²

Ainda nesse mesmo período, algumas novidades interessantes chegaram a Pernambuco. A abertura dos Portos em 1808 foi uma medida bastante favorável para a capitania, que tomou novos rumos com o famoso decreto joanino. Isso sem contar que o tratado de 1810 também contribuiria para a abundância de artigos importados ingleses no Brasil e privilégios que atendiam à classe dominante. O porto recifense, um dos mais expressivos do Brasil, era bastante ativo e se constituía num importante centro exportador de algodão para a Inglaterra.⁶³ Por aquele setor portuário não apenas escoavam os produtos locais, como também desembarcavam os produtos de outras capitanias nordestinas. O comércio pernambucano era um dos três mais importantes da Colônia, superando o da Bahia no ramo exportador e importador. Aliás, a província de Pernambuco, a exemplo da do Rio de Janeiro, que tinha exponência sobre o Centro-Sul, exercia influência sobre o Nordeste.⁶⁴

Por ser uma das províncias mais prósperas, Pernambuco era bastante requisitado, principalmente com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, momento em que numerários foram para ali remetidos a fim de contribuir com os gastos reais. Ademais, diante do agravamento da crise, o problema fiscal punia indistintamente todos, principalmente a população livre não proprietária, que vivia à margem da sociedade, contribuindo para suscitar reações sociais. Isso esteve presente por ocasião das comoções de 1817, quando o

⁶² Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. pp. 107, 1979.

⁶³ No período em evidência a cultura algodoeira estava a todo vapor na capitania e em todo o Nordeste. Em 1814 o produto alcançava no mercado londrino invejável cotação, superando todos os congêneres de procedência brasileira. Entretanto, no ano seguinte decaía, recuperando nos anos imediatos, quando atingia o produto interessantes margens de lucros. KOSTER, Henri. Op. cit. pp. 237 e 555.

⁶⁴ LEITE, Glacyra Lazzari. Op. cit. pp 136, 137, 143 e 144.

novo governo coibiu certos impostos, a exemplo do da carne, objetivando conseguir adesão popular.⁶⁵

Enquanto a Vila do Recife,⁶⁶ com seu comércio e porto movimentados, vivia dias agitados, a crise atingia involuntariamente as relações de produção.⁶⁷ A carestia dos gêneros de primeira necessidade, agravada pelas fortes estiagens que se prolongaram entre os anos de 1815 a 1819,⁶⁸ não apenas atingia a alimentação dos escravos como também a dos homens livres. Algumas munições de boca passaram a vir de fora, pelo fato de a província não ter olhos para outras culturas, principalmente para aquelas relacionadas à alimentação, como a mandioca.⁶⁹ O algodão atraía para si todas as atenções. E foi nesse quadro de penúria e de expectativas que ávidos atravessadores, como de hábito, monopolizavam os carregamentos, repassando os produtos a preços desonestos. Nesse tipo de gente tentou Luís do Rego Barreto pôr freios mas na realidade nada conseguiu, pois se tratava de uma tarefa difícil de ser consertada.⁷⁰

A crise era tamanha que nos quartéis suas despesas se encontravam diminuídas. A carne era insuficiente e a farinha, de péssima qualidade. Faltavam, além desses, o feijão e os legumes. A soldadesca reclamava dos baixos soldos, que quando pagos eram realizados com grande atraso e não davam para suprir seu roto fardamento.⁷¹ Se nos quartéis a miséria era iminente, a situação dos excluídos não ficava por menos e este estado

⁶⁵ ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo. Editora Ática: 1980, pp. 211, 212, 228 e 622.

⁶⁶ Apesar do desenvolvimento do Recife, a capital era a cidade de Olinda, que à época encontrava-se decadente e abandonada pela maioria das autoridades que habitavam o Recife. Nesta vila estavam localizados os principais edifícios públicos da capitania, lojas comerciais, e gente ia e vinha, acompanhando o ritmo frenético do progresso que a vila alcançava. IAHGP. Cópia autêntica de manuscrito existente no Arquivo Público Nacional sobre a elevação do Recife a cidade, 1820. Estante A. Gaveta 10, 1818-20.

⁶⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estrutura e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 85.

⁶⁸ Presenciou Spix e Martius grande desolação no sertão nordestino por ocasião das estiagens que se prolongaram no período citado, quando lugarejos ficaram despovoados, roçados queimados e o sertanejo obrigado a nutrir-se de certo tipo de farinha de caules de certas plantas cozidos na água. SPIX, G.B. & MARTIUS, C.F.P. *Viagens pelo Brasil (1817-1820)*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [19..?], pp. 222, 230, 231, vol. 2.

⁶⁹ Escreveu Mário Melo que a farinha de mandioca sempre foi a alimentação básica das camadas pobres e que desde tempos coloniais a cana-de-açúcar fez guerra a esta e a outras culturas de subsistência. Desprezada, diz o autor, continuou a ser beneficiada *a braço negro ou de caboclo, mas sempre a braço, como as primitivas engenhocas, num enorme distanciamento técnico dos processos de moer cana e fabricar açúcar*. MELO, Mário Lacerda de. *Pernambuco: traços de sua geografia humana*. Recife: Jornal do Commercio, 1940, pp. 109-110. Lembra Josué Castro que o trigo importado nos primeiros anos da colonização era de péssima qualidade, chegando-se a preferir o pão da terra (a mandioca) ao mofado pão de trigo. Até mesmo os holandeses, habituados aos seus velhos hábitos, acostumaram-se também ao uso da mandioca. CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema do brasileiro, pão ou aço*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 137.

⁷⁰ APEJE. J.F, códice 2, 1817-34, fl. 9.

⁷¹ APEJE. O. E, códice 1, 1816-20, fls. 194-95.

evidentemente era motivo de reclamações, pondo em alerta as autoridades. Ainda nos anos que se aproximavam da Independência, a má distribuição dos víveres assomada aos baixos soldos dos soldados não era coisa boa naqueles tempos turbulentos. Os soldados inferiores reclamavam constantemente e muitas vezes furtavam para se manter.⁷²

Se economicamente a situação era aviltante para o povo pobre, também era lastimável a segurança pública. Estando este setor nas mãos dos proprietários de terra, era grande o abuso imposto por esses senhores à população e não raro, para atender aos seus interesses pessoais, faziam vista grossa a muita coisa.⁷³ No Recife, tão próximo do governo, a situação não ficava por menos. Constantemente ocorriam assassinatos e toda sorte de crime, que se davam à revelia e à falta de repressão e execução das leis.

De vários rincões da província, apelos chegavam até o monarca pedindo providências para este e outro estado de coisas. Em 2 de janeiro de 1813, os moradores de Cimbres, diante do estado de penúria daquela vila, pediam ao regente que não criasse outra vila em Brejo da Madre de Deus, o que de certa forma evitaria o empobrecimento daquele povo.⁷⁴ Nesse mesmo ano, os goianeneses pediram ao regente que ordenasse a volta de uma antiga feira de gado que outrora ali existia e que consistia numa importante fonte de renda daquele povo.⁷⁵ Esses são alguns dos aspectos do estado de empobrecimento das vilas e povoados pernambucanos dos princípios do século XIX, e isso era reconhecido pelo capitão-general. Tanto que ao se dirigir ao rei, em 1º de março de 1818, ratificava o estado de decadência de vários lugares de sua província.⁷⁶

Já em 1818 a situação parecia insustentável. Pasquins eram espalhados pelas ruas recifenses, insuflando o público leitor a reagir contra esses estados de coisas.⁷⁷ No interior, a indignação foi talvez maior, principalmente quando o governo pôs em execução o plano de abertura de estradas, que objetivava ligar alguns pontos da província, intento com que todos deviam colaborar. As câmaras municipais passaram a contribuir com ferramentas e outros misteres; os moradores dos lugares, com a força compulsória do seu trabalho.⁷⁸ Para os negros a discriminação era vil: caso fosse liberto, o trabalho era de graça e se constituía

⁷² MOTA, Carlos Guilherme. Op, cit, pp. 114-115.

⁷³ Em Garanhuns, suas autoridades reclamavam em 15 de março de 1821 que haviam perseguido o bando de José Joaquim Ferreira da Silva e que não haviam posto todos os elementos na cadeia porque eles tinham a seu favor pessoas influentes que dificultavam tal tarefa. APEJE. O.C, códice 1, 1819-21, fl. 281.

⁷⁴ ABNRJ. p. 246.

⁷⁵ Idem, p. 246.

⁷⁶ Idem, p. 460.

⁷⁷ Carta de Luís do Rego Barreto datada de Janeiro de 1819 ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. pp. 89-90.

de um dia por mês; sendo escravo, dois dias. Aos capitães-mores cabia observar todas as normas e outras regulamentações baixadas pelo governo.⁷⁹ Durante a execução de tais determinações, insurgiram-se alguns senhores de escravos que sentiam a falta de seus negros no eito como também reclamavam pela abertura de caminhos que invadiam suas propriedades.⁸⁰ No Povoado do Bonito, alguns elementos do povo insurgiram-se em agosto de 1819 contra capitão-de-cavalaria João Luís da Cunha, que se excedia diante de sua posição e obrigava os humildes a abandonarem seus empregos e roçados para coadjuvarem nas referidas obras públicas.⁸¹

Ao lado dos descontentes enfileiraram-se as populações pobres. Ante a participação de alguns negros e mulatos no abortado movimento de 1817, o governo fazia-lhe pertinazes perseguições. Um vendedor de peixe dizia que estava na cadeia porque era pobre, chegando a declarar que os poderosos que possuíam soldados e engenhos e aderiram à revolução não foram molestados. Isso porque, segundo ele, *o pobre é a espinha do rico*.⁸² Além desse teatro não muito simpático, o que mais atormentou as populações marginais foi o recrutamento militar forçado e este foi uma das tarefas prioritárias do governo de Luís do Rego Barreto.⁸³ A falta de efetivo nos quartéis, o baixo soldo e outras degradações pelas quais passavam os soldados levaram a coroa apelar para esta alternativa. Nessa empreitada os escolhidos eram os pobres desamparados, que a partir dos 16 anos não escapavam do sistema.⁸⁴ Na prática, o recrutamento consistiu numa estratégia sutil de coerção social, configurando-se num mecanismo enérgico para controlar a população pobre e afastá-la de seus intentos e ações sediciosas, além de torná-la útil ao Estado.

Por ocasião de um recrutamento, Koster⁸⁵ presenciou muitos rapazes arrimo de família serem levados para o serviço, enquanto outros, vivendo na ociosidade, eram resguardados, até apontavam companheiros para livrarem-se do incomodo. Asseverou o referido viajante que nenhum indivíduo poderia sair de casa sem o certificado do capitão de seu distrito, que atestava seu estado civil e ocupação. Nenhum homem estava a salvo na

⁷⁸ APEJE. OG, códice 18, 1819-20, fl.2.

⁷⁹ Idem, idem, fls. 42v e 43.

⁸⁰ BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 10.

⁸¹ Ofício do capitão Manoel Gomes Cabral de 13 de agosto de 1819 ao capitão-mor João Luís da Rocha. APEJE. Ord. Códice 2, 1819-22, fls. 88 e 89.

⁸² Apud LEITE, Glacyra. Op. Cit, p. 102.

⁸³ Carta do governador ao Ministério do Reino datado de 31 de julho de 1817. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 83.

⁸⁴ Dos 22 homens recrutados para a divisão de artilharia do Recife em 7 de junho de 1819, três eram casados. Dessa forma percebemos que a referida prática recaía não apenas nos homens solteiros. APEJE. R. Pro, 7/4, 1819-21, fl. 13

sua casa por ocasião em que os recrutadores chegavam. Tudo era devassado. A pancadaria reinava e quando havia resistência os habitantes do lugar eram castigados para se obter maior número de recrutas. A vida na caserna deveria ser um inferno. Tanto que de diversos pontos da colônia tem-se notícia de evasões de soldados que, usando de diversos métodos, conseguiam driblar à vigilância a procura da liberdade.

Observando os problemas causados pelo recrutamento, Glacyra Leite⁸⁶ apontou, entre outros, a deserção. Fugindo desse sistema, os indivíduos eram obrigados a viver na clandestinidade. Uma vez na ilegalidade os fugitivos procuravam proteção dos proprietários de terra e como retribuição se comprometiam a prestar-lhes determinado serviço. Percebendo esse, a Coroa procurou solucionar o problema, desde promessas de perdão, autorização para que retornassem aos regimentos, pena de morte, confisco de todos os bens – tudo em vão.

A presença de considerável número de desertores vivendo na comunidade rural do Rodeador, como iremos observar nos capítulos subseqüentes, pode ser entendida como ato de resistência ao sistema. Os desertores perceberam que eram livres, mas não iguais àqueles que pela origem foram poupados do recrutamento. Se seguirmos as pistas do paradigma indiciário formulado pelo grande Ginzburg,⁸⁷ tudo leva-nos a crer existir naquele momento uma crise de relação metrópole-colônia. Queixando-se da pobreza, da injustiça, do desemprego, dos serviços que prestavam, escreveu Peter Burke,⁸⁸ o motim pode ser uma resposta ao modelo opressor. Para Jacqueline Hermann,⁸⁹ o problema da deserção, tão corriqueiro na Colônia, excede dos limites do Rodeador e quiçá os de Pernambuco. O reduzido soldo, a disciplina militar, os castigos, as prisões, o medo dos cercos a delinqüentes e a despreensão pela carreira militar contribuíram para a indisciplina, sinalizando uma ruptura com os laços de sujeição que ligavam esses homens ao rei.

Diante dessa situação, os deserdados vão se identificando nos movimentos messiânicos, algumas vezes contestadores, propondo esperanças, melhorias de vida, e

⁸⁵ KOSTER, Henry. Op. cit. pp. 70,388, 390 e 392.

⁸⁶ LEITE, Glacyra Lazzari. Op. cit. p. 160.

⁸⁷ GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

⁸⁸ Cf. BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 198.

⁸⁹ HERMANN, Jacqueline. *Sebastianismo*, p. 140.

tornando-se, na visão de Vittorio Lanternari,⁹⁰ a religião dos oprimidos. Koster⁹¹ em suas andanças e estada pelo Nordeste do século XIX percebeu que as crenças em encantações, relíquias e outros símbolos da mesma natureza adotados pelo homem simples surgiram das prédicas dos frades, quase sempre fermentadas de tons proféticos, porém apropriadas para chamar ao seio da ordem os transgressores. Todo esse arcabouço de incertezas criou situações para afirmação do retorno de Dom Sebastião trazendo ao povo arrebanhado no Rodeador venturas e riquezas.

Longe das regras e das autoridades, o cristianismo montado na colônia e vivido pelo povo foi aquele que desconheceu certas doutrinas do catolicismo. A atuação do clero secular se limitou à aplicação de alguns sacramentos. Isso porque, devido aos restritos recursos enviados pelo rei, o trabalho apostólico foi quase que negligenciado. Por outro lado, as ordens religiosas que até certo ponto eram mais organizadas para esse tipo de trabalho não conseguiram chegar a todos os colonos. Diante desses problemas, os leigos conseguiram se infiltrar em vários espaços coloniais disseminando uma religiosidade bastante afastada das normas tridentinas.⁹² Assim sendo, observou Laura de Mello e Souza,⁹³ o colono desconheceu os dogmas, não compreendia muito bem o sentido da liturgia e da própria missa. Referindo-se à organização catequética tridentina, a autora sublinha que, dentre outros resultados, o que ocorreu foi um aprendizado por memorização de alguns ensinamentos religiosos que, passado algum tempo eram esquecidos.

Quando a província pernambucana se encontrava em ebulição, mormente com as conseqüências advindas das comoções de 1817; quando também facinorosos invadiam os sertões saqueando ou fazendo justiça pelas próprias mãos,⁹⁴ ou até mesmo quando religiosos de ordens regulares mais perceptíveis ao sofrimento popular procuravam acalantar os mais miseráveis, alertando-os que a natureza de seus sofrimentos não era

⁹⁰ Cf LANTERNARI, Vittorio. *As Religiões dos Oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁹¹ KOSTER, Henry. Op. cit. p. 206.

⁹² ESTEVES, Martha de Abreu. A Cultura da Festa no Século XIX: religiosidade, tolerância e controle social – os casos do Rio de Janeiro e México. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares, QUEIROZ, Tereza Aline P. *América Latina: imagens, imaginação e imaginário*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo, EDUSP, 1997, p. 168.

⁹³ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 90-91.

⁹⁴ Uma das tarefas de Luís do Rego Barreto como governador foi pôr em prática a extinção das várias teias de facinorosos que perturbavam o sossego da capitania. Em sua *Memória Justificativa* reconheceu que a tarefa seria amarga, porque os bandoleiros além de conhecerem a geografia dos sertões tinham apoio de protetores. BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 8.

culpa de Deus, mas dos poderosos,⁹⁵ o governador chamava o clero diocesano para que, como interessado pelo bem do Estado, acalmasse o povo a seguir as determinações do Estado.⁹⁶ Diante dessas evidências, Weber citando Marx era de opinião que a religião tinha inclinação para conservar a ordem social, contribuindo com sua linguagem para legitimar o poder e para a reprimir os dominados.⁹⁷

A carência de sacerdotes na Colônia teria concorrido, segundo Luis Mott,⁹⁸ para a indolência e indiferença às cerimônias religiosas comunitárias. Entretanto, observa ainda o autor, essa carência teria incentivado a vida religiosa privada, concorrendo para os afastamentos e heterodoxias. O homem simples do campo, por estar diretamente envolvido com os elementos da natureza e com as pressões da sociedade, sente-se à vontade de se dirigir à divindade e em muitos dos casos, como no Rodeador, sem a interferência de uma cura. Nos tempos turbulentos, sem grande embaraço, procuram os elementos de sua comunidade. Em 1895, um canudense teria gritado que não precisavam de padres para os salvar por terem o seu Conselheiro.⁹⁹ Aliás, a figura de certos líderes, do tipo profético, constitui uma, entre outras, das características dos movimentos messiânicos. Segundo Eliade, nesses movimentos se cristaliza o milênio, entretanto este nunca será instaurado sem cataclismos cósmicos ou catástrofes históricas.¹⁰⁰

2.3. À Espera do Desejado

O século XIX foi um período rico em manifestações milenarista. Estas eram acompanhadas, como em outros tempos, de um tempero messiânico, da promessa de um salvador que concretizaria a felicidade de uma comunidade, quiçá, transformá-la numa terra afastada do mal. Se na Europa esses movimentos foram porta-vozes de camponeses traumatizados com as inovações que perturbavam as velhas tradições, no Brasil eles foram

⁹⁵ Nos sertões de Cabrobó e de Tacaratu, em 1817, quem utilizava deste discurso era o franciscano Frei Antônio de Santa Maria Madalena, de Penedo, o qual foi denunciado pelo frei Bento de São José ao governo pernambucano. APEJE. OC, códice 4, 181, fl. 32.

⁹⁶ APEJE. OG, códice 18, 1819-20, fl. 140.

⁹⁷ Apud BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 32.

⁹⁸ MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 163, vol. 1.

⁹⁹ HOORNART, Eduardo. *Os Anjos de Canudos: uma revisão histórica*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 51.

latentes ao longo dos séculos XIX e XX e constituíram em reações que objetivam a reorganização das sociedades camponesas.¹⁰¹

Alguns viajantes estrangeiros, os quais serão mencionados no final deste capítulo, que visitaram o Brasil dos primeiros anos do século XIX perceberam a presença do sebastianismo, crença espreada na Colônia pelos portugueses, que serviu de base a dois movimentos de cunho coletivo: o da Pedra do Rodeador, alvo desta pesquisa, e o do sangrento episódio do Reino da Pedra Bonita,¹⁰² ambos em Pernambuco. O último recebeu de Ariano Suassuna¹⁰³ e José Lins do Rego,¹⁰⁴ uma visão romanceada. Cultivada e amada no imaginário popular, a figura de Dom Sebastião foi invocada naqueles movimentos, mostrando, apesar das diferenças de tons entre Portugal e Brasil, o quanto sua crença se tornou irredutível com o passar dos tempos e inesgotáveis sua interpretação. Nesse sentido, Balandier¹⁰⁵ ensina que o mito para manter-se trabalha duro, e com vários disfarces, consegue estar presente em todos os espaços.

Os movimentos messiânicos são em geral uma forte expressão dos deserdados que neles buscam os direitos que lhes são negados pela sociedade dominante. Nada tendo, portanto, de exótico ou extravagantes. Conduzidos por um guia, dito messias, constitui-se em uma figura poderosa apropriada a fortalecer a luta reivindicatória de seus afilhados. Uma figura bastante determinada, que auxilia a combater a situação de penúria, marginalização e de injustiças. Foi numa imagem importante como a que descrevemos que os camponeses da Galiléia e de outras regiões circunvizinhas da antiga Palestina bíblica reconheceram em Jesus o Messias prometido pelos profetas e outros homens probos. Desse modo, observou Hoornaert¹⁰⁶ que o sertanejo sem grande embaraço reconhece em seus diversos líderes que aparecem vez ou outra o seu salvador.

¹⁰⁰ Apud, VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 36.

¹⁰¹ DELUMEAU, Jean. Op. cit. pp. 155-56.

¹⁰² Por ocasião que o pastor Kidder visitou a província pernambucana teve conhecimento do referido episódio registrando em suas crônicas alguns comentários. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Província do Norte)*. São Paulo: Martins Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 23. Maior esclarecimento sobre o referido episódio, leia-se: LEITE, Antônio Attico de Souza. *Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na comarca de Vila Bela, Província de Pernambuco*. *RIAHGP*, Recife, vol. XI, p. 221, 1903.

¹⁰³ SUASSUNA, Ariano. *Romance D'A Pedra do Reino e o Príncipe do Vai-e-Volta*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

¹⁰⁴ REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

¹⁰⁵ BALANDIER, Georges. *A Desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 17.

¹⁰⁶ HOORNAERT, Eduardo. Op. cit. p. 63.

O discurso profético quase sempre está presente nesses movimentos. Um indivíduo religioso é levado a vaticinar, apresentando-se como um enviado ou, até mesmo, como uma encarnação do verbo. Com isso torna-se um arauto das boas-novas ou do fim do mundo, atraindo em seu derredor chusma de discípulos e colocando-se, dessa forma, acima da hierarquia eclesiástica. Essas lideranças, a exemplo do Silvestre do Rodeador, chamado pelos seus afilhados de Mestre Quiou, são figuras carismáticas. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz,¹⁰⁷ o importante nos movimentos dessa natureza é que eles não são uma crença passiva na medida que diante do quadro de grandes crises eles reagem, destinando-se a consertar o que está errado.

Em Portugal foi Dom Sebastião, o rei Desejado, cujo cognome se deve à expectativa em torno do seu nascimento, que permitiu viabilizar a sucessão masculina por portugueses. Foi esperado no ventre materno de maneira afã como aquele que sucederia ao avô, Dom João III, o rei Piedoso. Em sua figura se concretizou a esperança de afastar uma possível união com Castela. Naqueles momentos de expectativas a imaginação popular criou em volta do berço do futuro rei uma nuvem de milagres.¹⁰⁸ Por ocasião das contrações do seu parto, procissões percorreram algumas ruas lisboetas levando sob o pátio o relicário de São Sebastião. Ao ser o seu nascimento anunciado pelas primeiras horas da manhã do dia 20 de janeiro de 1554, foram gerais os regozijos.

Ao assumir o trono, os estímulos guerreiros herdados são impulsos para a retomada bélica no ultramar. O jovem monarca herdara um país mergulhado em intensa nostalgia, cujo projeto expansionista induzido também pela fé parecia ter minguado. Camões, talvez influenciado por este clima, compôs seu famoso épico em 1572, por sinal dedicado ao jovem Sebastião a quem devotou ser a esperança do reino e do crescimento da cristandade,¹⁰⁹ não deixou de invocar o Portugal antigo cujas naus infiltraram por mundos desconhecidos e *por mares nunca dantes navegados*. Invocou um Portugal glorioso, conquistador e dilatador da fé. Parece que o jovem monarca se abeberou desses ensinamentos quando decidiu retomar os velhos empreendimentos e de combater, apesar da oposição de alguns setores palacianos, no norte da África, os seguidores da fé maometana, chefiando *in loco* a cruzada santa. Para tal empreitada, que teve a anuência do papa Gregório XIII, contou com ajuda em dinheiro dos católicos portugueses e de

¹⁰⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 29

¹⁰⁸ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1964, p. 34.

¹⁰⁹ CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 32. (Série Bom Livro).

cristãos-novos, que assim o fizeram sob a condição de não lhes serem confiscados os bens pelo espaço de 10 anos.¹¹⁰



4. Dom Sebastião, o Desejado, nascido em 20 de janeiro de 1554 no dia do santo de seu nome. Aclamado rei em junho de 1557, começou a reinar aos quatorze anos de idade, em 1568.

Nesta jornada desastrosa veio o jovem monarca a sucumbir nos areais de Alcácer Quibir, em 4 de agosto de 1578, deixando órfã uma nação inteira. O infortúnio da guerra significou uma derrota dupla para os brios portugueses: mouros e espanhóis se tornaram fantasmas a assombrar a gloriosa soberania do reino. Os mais sensíveis se puseram a falar sobre os sinais que apareceram no Reino alertando o futuro infortúnio português. Um ano antes da morte de Dom Sebastião, um grande cometa riscou o céu lusitano, cuja cauda

¹¹⁰ AMEAL, João. *História de Portugal: das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins: 1962, p. 314 e 321.

apontava em direção da África, *onde prometia fazer seus efeitos*.¹¹¹ Comentou-se que no dia antes da partida do rei para a África este foi até a Sé de Lisboa benzer o estandarte. Após a bênção da bandeira, presenciou Dom Sebastião hasteando-a de modo que a imagem de Cristo ficou com a cabeça para baixo.¹¹² Também se presenciou no dia da partida do monarca quando este se destinava partir para Arzila, pousar na tenda real três corvos.¹¹³ Houve aqueles que perceberam no dia da fatídica batalha o sol ficar da cor de sangue, de aspecto temeroso, *mostrando o presságio da crueldade ou paixão*.¹¹⁴

Nesse cenário de melancolia e expectativa, foram surgindo em torno da volta do rei e dos integrantes do seu exército manifestações que brotaram por diferentes rincões do país. Tido por muitos como um inconstante, um louco por abandonar os negócios relativos à administração em detrimento da fé, Sebastião teve nas poesias do grande Fernando Pessoa¹¹⁵ direito de defesa, quando se reportando às convicções do inditoso rei escreveu o poeta:

*Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?
É o que eu me sonhei que eterno dura
É esse que regressarei.*

Ninguém viu o jovem monarca tombar, por isso sobre o destino de Dom Sebastião tudo se disse: desapareceu, estava escondido para não ser preso e em última instância morreria ao lado de seus bravos guerreiros.¹¹⁶ A derrota de Alcácer Quibir produziu no dizer de Delumeau¹¹⁷ um choque psicológico sobre a nação portuguesa, que se recusou a acreditar na morte trágica de alguém tão amado e sobretudo tão aguardado. Sebastião, o jovem heróico cruzado, tornou-se um rei *perdido* ou *encoberto*, como antigamente haviam sido Balduino de Flandres, Frederico Barba-Ruiva ou Frederico II. Aliás, a própria elite letrada viveu esse clima em forma de expectativa, eis o caso do padre Antônio Vieira que em sua *História do Futuro*, iniciada por volta de 1649, preconizava vir ser Portugal um reino que assumiria a vinda do Reino do Senhor. A imaginação popular explodia a cada

¹¹¹ CRUZ, Frei Bernardo da.. *Chronica de El Rei D. Sebastião*. Lisboa: Imprensa de Galhardo e Irmãos, 1837, p. 307.

¹¹² Idem, p. 307.

¹¹³ Idem, p. 398.

¹¹⁴ Idem, p. 308.

¹¹⁵ Pessoa, Fernando. <http://www.insite.com.br/art/pessoa/mensagem3.html>

¹¹⁶ HERMANN, Jacqueline. *1580-1600: o sonho da salvação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.23.

passo em que o retorno do rei se prolongava. A tragédia marroquina passou a ser vista como o local em que Dom Sebastião havia apontado a espada ao coração da seita de Maomé:

*Ele devia surgir no horizonte de nova era da história portuguesa, moço como desaparecera, rei como tinha sido, português como nascera, cristão como fora levado pelo entusiasmo da fé até a entrada do sepulcro.*¹¹⁸

Por ocasião das exéquias, a falta do corpo do rei alimentou as desconfianças do povo, que passou a acreditar no seu breve retorno. Dom Sebastião voltaria, profetizava a lenda, galopando seu cavalo branco numa nevoenta manhã. Segundo Malheiro Dias não foi uma pátria próspera que se desequilibrou com os adventos ocorridos nos areais de Alcácer Quibir, mas uma pátria enferma de energia gasta que o rei cavaleiro pretendeu vitalizar no contato com o perigo e reanimar com os estimulantes de glória.¹¹⁹ A expectativa da espera do rei ficou mais latente por ocasião da União Ibérica, o cativo espanhol, quando se acreditou que ele retornaria para restaurar a soberania lusitana. Nessa imensa lacuna, em que as expectativas afloraram, quando toda uma nação se sentia órfã de um rei tão aguardado, a figura do desafortunado monarca lusitano passou a ser confundida ou identificada com o Encoberto¹²⁰ da vizinha Espanha. Um rei de grande nobreza até então nunca visto e que construiria um grande império cristão. Todo esse sentimento, escreveu Charles Boxer, tomou fôlego durante o domínio espanhol quando deram a muita gente a esperança de que aquela era a hora mais escura antes da madrugada.¹²¹ Encontrando-se Portugal em fase de transição entre o medievo e o moderno, a figura de Dom Sebastião se transverteu em herói e mártir, profeta e messias.

¹¹⁷ DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 184.

¹¹⁸ BRADO AOS PORTUGUESES OPUSCULO PATRIOTICO CONTRA AS IDEIAS DA UNIÃO DE PORTUGAL COM A HESPANHA. Lisboa: Editor Thomaz Quintino Antunes, 1860, p. XXII.

¹¹⁹ DIAS, Carlos Malheiros. *O “Piedoso” e o “Desejado”*. Lisboa: Sociedade Portugal-Brasil, 1925, p. 168.

¹²⁰ A crença no Encoberto é originária da Espanha. A princípio se falou de um imperador que de comum acordo com o papa conquistaria Jerusalém e combateria o anticristo, advindo neste momento a fundação do milênio. Foi tão forte a espera do encoberto que, por volta de 1520, quando insurretos de Valença se levantaram contra o regime monarca-senhorial, logo se identificou entre os líderes do movimento os *encubiertos*. No período de 1587-90 madrilenos e toledanos hostis a Felipe II, em torno de uma visionária, anunciaram a morte do monarca e a queda da Espanha. Toledo seria poupada partindo dela a *restauração* do país e um novo rei, o encubierto, sensível à aflição dos pobres e que acabaria com as injustiças após cingir a coroa. DELUMEAU, Jean. *Mil Anos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 192-93.

¹²¹ BOXER, C. R. *O Império colonial Português: texto de cultura portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 408.

Nas múltiplas teias da cultura popular, a figura do herói circula com grande frequência e é assimilada pelas nações travestida de santos, guerreiros, governantes e forada-lei. Esses arquétipos às vezes são alterados para se adaptar às novas necessidades. A imagem do governante como Dom Sebastião não foge à regra: mesmo derrotado, se heroificou por ter combatido o inimigo pagão. Nesse contexto, chama-nos atenção o historiador inglês Peter Burke¹²² quando ensina que *a estória mais conhecida de todas sobre o governante como herói popular é aquela em que ele não está realmente morto*. Está apenas escondido em algum lugar, dormindo mas que retornará a seu antigo domínio pronto para vencer seus inimigos, libertar o povo do cativeiro da opressão, devolver ao povo a justiça e introduzir uma idade de ouro. Para o referido autor, Cristo seria o protótipo dessa história, sendo bastante significativa a assimilação entre o governante e Cristo em sua segunda vinda.¹²³ Dessa forma, em Portugal grande parte do povo esperou o rei e a este rol se enfileiraram padres, membros de ordens religiosas, teólogos, nobres e pregadores. Destarte, incorporando essas expectativas, escreveu Fernando Pessoa:¹²⁴

*Quando virás, ó Encoberto,
Sonho das eras português,
Tornar-me mais que o sopro incerto
De um grande anseio que Deus fez?*

Geraldo Pieroni¹²⁵ ao pesquisar incansavelmente os arquivos lusitanos percebeu diante de vários processos inquisitoriais algumas nuances do sebastianismo dos quais se detecta a ânsia dos investigados pela libertação nacional. O reino cada vez mais fragilizado estimulou o messianismo cuja crença atravessou o Atlântico, encontrando no Brasil atmosfera para se desenvolver diante dos momentos conturbados. Como também é lícito pensar terem aqui chegado indivíduos que conheciam as trovas de Bandarra.¹²⁶ Após a

¹²² BURKE, Peter. Op. cit. pp. 174, 175 e 177.

¹²³ Idem, p. 177.

¹²⁴ PESSOA, Fernando. Site citado.

¹²⁵ PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 190.

¹²⁶ Bandarra foi o nome pelo qual ficou conhecido o sapateiro Gonçalo Annes, natural de Troncoso, conhecido como papa do sebastianismo. Suas trovas foram interpretadas de maneira múltipla e retratavam o retorno de um rei encoberto que viria salvar o reino. Seus escritos encontraram em Portugal terreno fértil especialmente depois do sucesso das conquistas marítimas e, por outro lado, do infortúnio de Alcácer Quibir. Acusado de interpretar livremente as Escrituras Sagradas e de anunciar a volta de um rei salvador, foi preso pela inquisição, que o fez abjurar seus erros além de proibi-lo de ler e de divulgar coisas tocantes à Bíblia. HERMANN, Jacqueline. *No Reino*, pp.41 a 72.

Restauração de Portugal, o jesuíta Antônio Vieira¹²⁷ se convenceu de que Dom João IV era o rei encoberto que anunciaram as trovas de Bandarra. O inaciano assim o proclamou num sermão que proferiu perante o novo soberano e sua corte na capela real em Lisboa por ocasião da passagem do Ano-Novo em 1642. Vieira perseverou suas convicções em que as profecias tanto bíblicas como as de Bandarra aplicavam-se ao rei Restaurador e não a Dom Sebastião.

No colonial Rio de Janeiro que Fernão Cardim conheceu, o povo vivia procurando uma nova identidade, identificando-se fervorosamente com a imorredoura figura do rei desaparecido em Alcácer Quibir. Mas Sebastião era também o santo romano,¹²⁸ representado em uma estátua desnuda em cuja cidade construía-se uma nova igreja onde deveria abrigar a relíquia do referido santo trazida por um visitador. A crença no jovem monarca lusitano fundiu-se com a do santo guerreiro, provocando ebulição de fé religiosa. E ainda hoje, por ocasião da passagem do seu dia (20 de janeiro), centenas de milhares de pessoas acompanham a procissão do padroeiro da cidade.¹²⁹ Torna-se bastante complicado seguir o palmilhar da crença sebástica no Brasil colonial. Quiçá, um desses canais esteja entre a circulação de religiosos que faziam a parte entre a Metrópole e a Colônia, principalmente se identificarmos o sebastianismo como resistência dos clérigos à presença da casa castelhana no trono português.

No século XVIII, conheceu o Brasil mais uma nova expressão sebástica. Rosa Egipcíaca da Vera Cruz, negra da Costa da Mina, cujo caso mereceu estudo de Luiz Mott,¹³⁰ foi vendida para Minas Gerais. Após a alforria, se dedicou à prostituição e logo em seguida se tornou beata dizendo-se encarnar o messias. No Rio de Janeiro se dedicou à caridade, granjeando o respeito dos brancos, negros e de parte do clero. Em suas visões dizia, também, fazendo-se acompanhar de quatro evangelistas, quando saía de uma

¹²⁷ Com este inaciano pode-se pensar na difusão das trovas de Bandarra no Brasil e tudo está a indicar que antes de voltar a Lisboa, Vieira já revelava suas inclinações sebásticas. No sermão de São Sebastião (1634), o jesuíta mostrou a semelhança da vida e da morte do santo que em vida lutou pela glória do cristianismo com a saga do jovem monarca de mesmo nome, embora que essa relação não se desse de forma direta. HERMANN, Jacqueline. *A Cidade*. Op. cit. p. 250.

¹²⁸ Na pestilenta Europa medieval, São Sebastião era invocado na piedade popular contra as mazelas que à época dizimavam o povo. Rezas e procissões eram vistas como antídotos destinados a proteger as coletividades contra as forças e espinhos do mal. Delumeau, Jean. *História do Medo*. pp. 116 e 148.

¹²⁹ RIBEIRO, Darcy. Op. cit. p. 190. Em Bonito, que teve no sítio do Rodeador um palco sebástico, a crença em São Sebastião é latente nos bonitenses desde os primórdios da terceira década do século XIX. Segundo informe do Diário de Pernambuco que circulou no dia 29 de janeiro de 1884, no dia do glorioso santo, transcorrido nove dias antes, acompanharam o andor do homenageado para mais de 2.000 devotos, além de bandas de músicas que percorreram várias artérias da localidade. Apud CABRAL, Flavio José Gomes. Op. cit. p. 205.

¹³⁰ Apud HERMANN, Jacqueline. *No Reino*, p. 308. HERMANN, Jacqueline. *A Cidade*, p. 255.

embarcação ao encontro de Dom Sebastião. Sobre este rei profetizou seu matrimônio com dele, que aconteceria antes do seu regresso à Terra momento em que quando se daria a reformação do mundo.

Em datas que se perdem nas brumas do tempo, é crença no Maranhão, principalmente entre os pescadores, que no dia de São João, 24 de junho, à meia-noite aparece na paradisíaca Praia de Lençóis um touro negro que porta na testa uma estrela. Dizem que esse animal que expele fogo pelas narinas encarna Dom Sebastião, soberano daquelas terras. Reza a lenda que o rei só poderá ser desencantado se alguém tiver a coragem de desferir um golpe na estrela que o animal traz à testa. Com o desencanto do legendário rei, São Luís será sorvida pelas águas, quando então das praias dos Lençóis ressuscitará a corte de Queluz, uma nova Jerusalém. No caso do sebastianismo maranhense, há ausência de um profeta, de um corpo de doutrinas e de rituais tão comuns nos casos messiânicos. Entretanto, percebe-se a existência de uma ação mágica alicerçada a um ato de coragem e uma impressão de mundo embasado na fé de que é possível haver mudanças¹³¹. Uma coisa é comum tanto no Maranhão e em outros casos aqui arrolados: a espera de Dom Sebastião está ligada à possibilidade de melhoria de vida e à aquisição de fortunas para quem o aguarda. O poema que se declama na terra de Gonçalves Dias é uma prova dessa assertiva:

*Sebastião tem tesouro
Na sua mina de ouro
Ele pode, ela manda
Amansa [sic] seu touro.*¹³²

Ao que tudo leva-nos a crer, no século XIX as cores do sebastianismo parecem estar mais latente. Viajantes que percorreram o Brasil são perceptíveis ao identificá-lo principalmente na que hoje se constitui a Região Sudeste, apesar de que os dois maiores surtos coletivos, como nos explicamos alhures, ocorreram em Pernambuco.

John Luccock¹³³ em visita ao Rio de Janeiro, em 1816, percebeu vestígio da crença infiltrada em alguns elementos do povo. Ferdinand Denis¹³⁴ observou em Minas Gerais haver ali a maior concentração de crentes sebasticos e no Rio de Janeiro chegou a

¹³¹ BRAGA, Pedro. *O Touro Encantado da Ilha dos Lençóis: o sebastianismo no Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 29, 47 e 80.

¹³² Idem, p. 48.

¹³³ Apud CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. p. 700.

conhecer um comerciante que concedia crédito à larga, para que lhe pagasse quando regressasse Dom Sebastião. Nos sertões das Minas Gerais, Spix e Martius em 1817 conheceram o minerador e guarda-mor Inocêncio, que procurou a todo custo convencê-los, através de um velho manuscrito que guardava entre os cacarésus, que antevia a grandeza que haveria de ser um dia o Brasil.¹³⁵ Em São Jorge dos Ilhéus, Charles Expilly chegou a conhecer um seguidor da referida seita.¹³⁶

Diante da impressão dos viajantes e cronistas é possível crer que Waldemar Valente tem razão quando escreveu que o caso dos sebastianistas da Pedra do Rodeador é

*o primeiro surto coletivo do sebastianismo. (...)Os sebastianistas porventura existentes no Brasil, antes da manifestação coletiva de Pernambuco, formavam apenas uma minoria. Não há tradição nem documento escrito que provem terem os sebastianistas brasileiros, antes de 1819, se organizado em seita.*¹³⁷

O que podemos identificar entre as duas crenças sebastianistas é que em Portugal, como bem salientou o escritor Joel Serrão,¹³⁸ a crença emergiu como forma de resistência popular contra o terreno senhorial lusitano, todo inebriado em trovas, como sublinhou Boxer,¹³⁹ que se adaptaram aos anseios daqueles que desejavam compor canções que falavam daquelas aspirações. Para Ribeiro Sá, a crença significou o desengano em que se finava o povo, sem haver quem lhe levantasse a campa do sepulcro em que jazia.¹⁴⁰

No Brasil, de um povo cercado injustiça, a crença que chegou trazida pelos colonizadores serviu como fonte terapêutica para os anseios, esperanças e sonhos desse povo. Ao observarmos alguns dos sonhos dos camponeses do Rodeador, podemos perceber a adaptação que sofreu o mito português nos trópicos brasileiros. Nesse aspecto, sublinhou Maria Isaura¹⁴¹ que nos primeiros anos do século XIX *não tinha mais sentido para os brasileiros a recondução de Portugal à liderança entre as nações*. O que interessava

¹³⁴ Apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 219.

¹³⁵ SPIX, J.B. Von & MARTIUS, K.F.F. Von. Op. cit. p. 268.

¹³⁶ Apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 218.

¹³⁷ VALENTE, Waldemar. Op. cit, pp. 49-50. Quanto à data da fundação do arraial sebastico do Rodeador, que até então se presumia ter sido fundado por volta de 1817 a 1819 as pesquisas revelam, como iremos aqui observar no momento oportuno, que aquele povo começou a migrar para ali por volta dos anos de 1811 a 1812. Entretanto, com o grande surto de gente que advinham de várias regiões à procura do referido arraial, despertou a atenção das autoridades que de imediato promoveram o aniquilamento do lugar em 1820.

¹³⁸ SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo*. Lisboa: Livros Horizontes, 1983, p. 16.

¹³⁹ BOXER, C.R. Op. cit. p. 108.

¹⁴⁰ Apud BRADO, p. XXII.

¹⁴¹ QUEIROZ, Maria Isaura. Op. cit. p. 219-220.

naquele momento era o enriquecimento e a ascensão social. Apesar das diferentes nuances assumidas pelo sebastianismo em Portugal e no Brasil, a figura central nunca deixou de ser o Rei Desejado. O que aparece de novidade, tanto no Rodeador quanto em Pedra Bonita, é a valorização as rochas, de onde o rei desencantaria e instauraria a felicidade plena de seus seguidores. Para melhores esclarecimentos sobre o motivo de tanto apego aos rochedos, o capítulo subsequente procurará discutir tais apegos.

CAPÍTULO 3

COTIDIANO NO PARAÍSO TERREAL

*Eu acredito que o paraíso terrestre
esteja onde existiam gentis-homens que
possuem muitos bens e vivem sem se cansar.*
Domenico Scandela, dito Menocchio¹⁴²

3.1. “Ritos da Vida Privada”

As terras que receberam o batismo de Rodeador desde tempos pretéritos vinham sendo cultivadas pelo sargento de ordenanças João Francisco da Silva e sua mulher, Ana José de Jesus,¹⁴³ pessoas influentes no Povoado do Bonito e prováveis desbravadores daqueles ermos. Após a derrubada da cobertura vegetal, construíram a casa-grande, a engenhoca e outros estabelecimentos necessários ao desenvolvimento da propriedade agrícola. Somente em 1º de abril de 1816, alguns anos depois de haverem se apossado daquelas terras, seriam contemplados com o diploma de título de sesmaria, documento que foi passado pelo então governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Confrontavam aquelas terras ao norte com terrenos devolutos, que por sinal estavam sendo ocupados por Manoel Bezerra de Melo, ao leste com as sesmarias de José Pereira Guimarães e José Vitoriano de Vasconcelos, ao sul com terras realengas e ao oeste com a propriedade da viúva de Francisco Santos Borges *ou quem mais confinar*.¹⁴⁴ Segundo uma das cláusulas do referido documento, pelo uso daquelas terras cabia-lhes pagar à fazenda real o foro de 2000 réis.¹⁴⁵ Uma sesmaria como esta, na maioria dos casos, observou o inglês Koster,¹⁴⁶ possuía mais terras do que seu proprietário pudesse gerir ou trabalhar. Nestes terrenos havia ainda as chamadas sobras, onde geralmente se alojava o contingente livre sem

¹⁴² GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 157.

¹⁴³ Coadjuvou com outros homens de posses na construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Povoado do Bonito, hoje Matriz da referida cidade. CABRAL, Flavio José Gomes. Op. cit. pp. 56-57.

¹⁴⁴ DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA, p. 23, vol. IV.

¹⁴⁵ DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA, p. 23.

¹⁴⁶ KOSTER, Henri. Op. cit. pp. 440-441.

nenhuma segurança ou documento escrito do senhor daqueles mundos para explorá-las. Tudo era formalizado verbalmente. Na maioria dos casos, por ocasião da convenção verbal, ficava acertado que o morador, como nos reportamos alhures, prestaria alguns serviços ou pagaria certa quantia em espécie referente ao foro. As argutas observações do célebre viajante Koster nos fazem perceber uma das faces das relações sociais do trabalho em consequência da centralização de terras em mãos de particulares.

Silvestre César, este era o nome pelo qual seus familiares interpelavam o ex-soldado do 12º Batalhão de Milícia do Bonito, Silvestre José dos Santos ou Mestre Quiou, como era conhecido o fundador do arraial da Cidade do Paraíso Terreal, entre os seus seguidores. Foi ele o primeiro a chegar naquelas terras fazendo alguns acertos com o senhor da referida sesmaria. Ali se estabeleceu, em companhia do cunhado Manoel Gomes das Virgens, desertor do mencionado batalhão de milícias. Os forasteiros chegaram por ali entre os anos de 1811 e 1812, segundo disse João Francisco da Silva em seu depoimento.¹⁴⁷ Os novos moradores, pelo uso do pequeno trecho de terra pagam-lhes foro. Depois, com o adensamento de povo que para lá afluía, resolveram não mais pagar coisa alguma, dizendo *que as ditas terras eram realengas*. O dito sesmeiro sentiu receio de reclamar tal compromisso, porque ali em seus domínios havia muita gente em derredor de um oratório, que servia de capela, erguido próximo à Pedra do Rodeador.¹⁴⁸

Antes de se enraizar naqueles mundos, Silvestre, segundo se comentou em Bonito, vinha corrido de Laje do Canhoto, Alagoas, impedido pelas autoridades daquele lugar de ventilar as profecias sebastianistas.¹⁴⁹ Por ocasião em que foi construído o referido oratório, a maioria dos depoentes que no Rodeador viveram afirmou que o proprietário daquelas terras colaborou muito na construção do referido mocambo-capela que sob as expensas dele adquiriu alfaias e outros objetos de culto.¹⁵⁰ O depoimento de João Francisco da Silva em momento algum incrimina Silvestre. Os investigadores desconfiados de que o referido proprietário proporcionasse ajuda suspeita, quiçá do tipo que alterasse a ordem das coisas, procuraram arditamente pistas sobre seu envolvimento. João Francisco, entretanto, em seus argumentos relatou que manteve diálogos com Manoel Gomes das Virgens, do qual recebeu convite para ingressar no grêmio de uma irmandade ali

¹⁴⁷ ANRJ. Devassa, p. 60.

¹⁴⁸ Depoimento de Manoel Pereira da Silva, pai de João Francisco da Silva, viúvo, 81 anos. ANRJ. Devassa, pp. 68-69.

¹⁴⁹ ANRJ. Devassa, pp. 57v e 60.

¹⁵⁰ Idem, p. 22v.

organizada, cujo convite havia recusado. Adiantou a comissão investigadora que a referida irmandade se fundamentava na crença do retorno do poderoso

*Dom Sebastião, Dom João de Deus, do Príncipe Dom Antônio, Imperador da Divina Majestade, Dom Francisco e Dom Pedro e que a Senhora que estava na [capela] da [lapa da] pedra conversava com ele e lhe determinava o que havia de fazer.*¹⁵¹

Granjeando sucesso no amanho da terra e provavelmente intencionado em propagar suas convicções religiosas, resolveu Silvestre que era o filho mais velho de uma família de cinco irmãos, gente sofrida, trabalhadores braçais, filhos de Luís César Falcão, naturais do termo do Una. Assim sendo ao encontro do irmão acorreram Felipe, João José (o João Carapina), Luís Antônio, Francisca Maria de Santa Ana (25 anos, casada com Antônio Pereira) e Manoela Maria (26 anos, casada com Manoel Pereira Pinto). Seguiram-nos outros parentes: Manoel da Paixão, Antônio Gomes, Antônio Pereira Salvador.¹⁵² À parentela se juntou o sogro de Silvestre, Francisco Gomes, além dos filhos deste, Manoel Antônio e Francisco.¹⁵³ Segundo o sesmeiro João Francisco da Silva, essa família era temível, entretanto membros dela *não furtavam, não faziam mal a ninguém de que conste.*¹⁵⁴ O depoimento do referido sesmeiro é bastante dúbio, abrindo a possibilidade para se pensar que se ele não se envolveu diretamente com aqueles camponeses em suas idéias revolucionárias, talvez se tenha sentido atraído pela religiosidade deles, uma vez que, como homem de fé, vinha desde 1812 construindo, em parceria com outros ricos bonitenses na sede da povoação de Bonito, a capela da padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição.¹⁵⁵

O povo, que a cada dia chegava ao referido sítio, atraído por histórias de milagres, principalmente seduzidos pelo surgimento de Nossa Senhora e Dom Sebastião, foi se instalando num arraial ali fundado, nomeado de Cidade ou Reino do Paraíso Terreal.¹⁵⁶ Além dessas promessas criam-se que com o retorno do famoso rei morto em Alcácer Quibir os habitantes daquele arraial lograriam sua graça no momento oportuno. Até Dom João VI, segundo se comentou, seria agraciado caso se convertesse à seita.

¹⁵¹ Idem, pp. 60 e 60v .

¹⁵² Idem, pp. 60, 125 e 125v.

¹⁵³ Idem, p. 68v.

¹⁵⁴ Idem, p. 60v.

¹⁵⁵ CABRAL, Flavio José Gomes, op. cit. pp. 56-57.

¹⁵⁶ ANRJ. *Devassa*, p. 88.

Diante dessas prédicas, pessoas iam sendo admitidas na comunidade, sendo uns dos primeiros, além dos familiares de Silvestre, Antônio Lucas, Rufino Cardoso, Félix José e seus filhos, que após arregaçarem as mangas esmeraram-se na construção de um mocambo de palha que fazia as vezes de capela, dito oratório, onde foram introduzidas algumas imagens para o serviço do culto.¹⁵⁷

A idéia de se batizar aquele lugar de Paraíso Terreal vem não do fato de se esperar que dali surgiria Dom Sebastião, mas também porque o lugar oferecia um quadro de beleza indescritível, mormente suas belezas naturais – rochedos, florestas, flores e frutos silvestres, água, ar puro, além de animais propícios à caça. Também estava infiltrado no inconsciente popular o que Mircea Eliade¹⁵⁸ chamou de nostalgia do paraíso. Para o autor, a cosmogonia é um espelho de todas as estruturas. Ao se construir uma cidade, uma nova casa, plagia-se a representação da criação do mundo. Destarte, as diversas reações simbólicas assimiladas pelo homem levam a crer que o ser humano só pode habitar dentro de um espaço sagrado; quando este não se revela através de uma hierofania, ele procura criá-la aplicando os preceitos cosmológicos.¹⁵⁹

A visão do paraíso remonta ao jardim perfeito, diz Marilena Chauí.¹⁶⁰ A Bíblia a ele se reporta quando faz alusão à terra de leite e mel, serpenteada por quatro rios, localizado no Oriente. A partir dos relatos bíblicos procurou-se localizar tal jardim, em cujas montanhas cobertas de metais e pedras preciosas, habitadas por gente destemida, afetuosa e pura como Deus o havia concebido no momento da criação. O cristianismo medieval editou uma literatura cujo tema procurou descrever e localizar o paraíso terrestre, tema que seria retomado durante a Renascença sob o impacto das correntes milenaristas e proféticas. Ainda no medievo, chegou-se a pensar num lugar perfeito, terra de fartura, ócio, prazeres, juventude eterna e prosperidade, era o país da Cocanha,¹⁶¹ lugar imaginário onde inexistiam instrumentos, utensílios e máquinas. Todos os dias eram domingos e feriados. Por trás desta ociosidade, explica Le Goff, contestava-se o calendário.¹⁶²

¹⁵⁷ Idem, p. 60.

¹⁵⁸ ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 308.

¹⁵⁹ Idem, p. 308.

¹⁶⁰ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 61.

¹⁶¹ Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁶² LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: Franco Júnior, Hilário. Op. cit. p. 10.

Para os teólogos medievais o Paraíso Terreal não era apenas um mundo intangível e disperso nos primórdios dos tempos, tampouco uma quimera ou fantasia piedosa. Tratava-se de uma realidade presente em um sítio oculto, quiçá acessível. Cartógrafos se debruçaram em incansáveis estudos tentando mapear o local preciso onde viveu o primeiro casal criado por Deus. A descoberta do Novo Mundo insere-se neste contexto quando os conquistadores, embebidos dessas teorias, começaram a enxergar na América o velho clichê proposto sobre o paraíso edênico.¹⁶³ Colombo, ao relatar aos reis católicos sua terceira viagem à América, tinha a convicção de ter encontrado o paraíso cujas deduções foram retiradas da obra *Imago Mundi*, de Pierre d'Ailly, que focalizava o referido Éden em algum ponto das regiões temperadas além do Equador.¹⁶⁴

No Brasil colonial, navegadores, cronistas e religiosos, diante da beleza dos trópicos, não se cansaram de apontar e reconhecer os sinais que imprimiam ser aquela terra o outrora país de Adão e Eva.¹⁶⁵ Pedro de Rates Henequim, lisboeta, em Minas Gerais se fixou na esperança de enriquecer. Trabalhou na extração de minérios e diante das belezas brasileiras era de opinião de que aqui era o paraíso edênico, que os índios eram descendentes de antigas tribos perdidas de Israel e que o Dilúvio não foi universal e poupou o Brasil. Chamado ao Santo Ofício, acabou sendo excomungado e condenado por heresia e apostasia.¹⁶⁶ Diante de tantas visões sobre o paraíso, o que se pode perceber era o desejo incontido dentro do ser humano de encontrar mais do que nunca a presença ativa de Deus e o desejo de morar num mundo puro, com a perfeição dos princípios da criação da Terra.

Aqueles que passaram a residir definitivamente na Cidade ou Reino do Paraíso Terreal construíram suas casas à maneira das pessoas que viviam à margem das atividades econômicas. Eram casas de barro e estacas de madeira entrelaçadas para dar sustentação às paredes recobertas de reboco de argila, cuja cobertura era de palha de catolé, árvore que existia em quantidade na flora do referido sítio. O número de habitação ali

¹⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. X.

¹⁶⁴ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 19.

¹⁶⁵ Pero de Magalhães Gandavo ficou impressionado com a presença do sagrado nas bananas. Ao cortá-las percebeu uns pontos pretos que achou semelhantes à cruz em que Cristo foi sacrificado. AZZI, Riolando. *Razões da Fé: o discurso da dominação colonial*. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 38. Frei Vicente do Salvador percebeu a presença do sagrado na flor do maracujá a partir de suas folhas, que para ele lembrava a Santíssima Trindade; os três cravos com os quais Jesus foi crucificado, uma roxa coroa que foi associada à coroa de espinhos que coroou Cristo. AZZI, Riolando, op, cit, p. 38.

erguida causou admiração ao militar Quintiliano Ferreira da Cunha quando ali esteve na noite da guerra. Posteriormente, por ocasião de seu depoimento, declarou que pelo número e grandeza daqueles mocambos, deveriam montar entre *cem ou cento e vinte*.¹⁶⁷ A maior daquelas toscas construções era a que servia de orago, cujo serviço da fé estava a cargo do dito Silvestre e de Antônio Gomes.¹⁶⁸

Apesar das poucas informações de que se dispõe das moradas dos camponeses na Cidade do Paraíso Terreal, as descrições de um tipo de habitação rural que o professor Vilhena fez no Brasil dos princípios dos anos dezenove não fogem muito da realidade das choupanas levantadas pelo povo do Rodeador. Entretanto, as argutas observações do referido professor nos permitem adentrar na intimidade daquele povo - o interior de suas residências, onde a miséria era flagrante:

*Mobília de ordinário com duas ou três esteiras de tábuas segundo as camas de que carece a família, uma cumbuca ou grande cabaço para guardar e levar farinha, um pote, um coco correspondente, trem de cozinha e mesa, três pedras e cinzeiro perpetuo no meio da casa, alguma tosca tripeça, um ou dois cachimbos de barro, um pedaço de rede se é próxima à praia ou rio, duas ou mais facas bem apontadas, uma lança, traste indispensável, assim como o cacete.*¹⁶⁹

Após o desprendimento dos primeiros raios solares, os camponeses do Rodeador iam para o roçado cuidar do amanhã da terra, onde se dedicavam à cultura de alguns gêneros agrícolas, principalmente o feijão e a mandioca. Esta última, de norte a sul do Brasil, percebeu o viajante Koster,¹⁷⁰ era bastante apreciada pelo colono que a beneficiava transformando em farinha de mandioca. Esta, o feijão e a carne seca ou peixe consistiam os principais hábitos alimentares do brasileiro. O arroz era raríssimo, e o uso de vegetais verdes era quase inteiramente desconhecido. Os moradores riam à *idéia de comer qualquer espécie de saladada*. As frutas tropicais e algumas silvestres entravam nos hábitos alimentares dos colonos de todos níveis, entretanto eram desprestigiadas pelos reinóis.¹⁷¹

¹⁶⁶ Cf. GOMES, Plínio Freire. *Um Herege vai ao Paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁶⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 51.

¹⁶⁸ Idem, p. 53.

¹⁶⁹ Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Vida Privada*, pp. 298-209.

¹⁷⁰ KOSTER, Henri. Op, cit, pp. 188 e 213.

¹⁷¹ Era tamanha a resistência dos reinóis a comer essas frutas que um funcionário público português, mormente a nostalgia dos frutos europeus, levou-o a despendar 2\$400 réis o arrátel de uvas e 80 réis a unidade de maçãs pequenas. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Vida Quotidiana*. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império*, p. 516.

Para aqueles camponeses, a Cidade do Paraíso Terreal era, talvez, a primeira grande experiência sedentária numa aglomeração, onde podiam lavrar, colher sem que fossem amofinados. Ademais, segundo as convicções daqueles camponeses, aquele lugar era uma espécie de terra consagrada. Um local ideal e fonte de bem-aventurança acastelada em volta da Virgem do Oratório. Destarte, a imagem da Virgem consistia num dos principais agentes que nutriam a fé, a exemplo de algumas manifestações reveladas em peregrinações, devoções, romarias, ex-votos e festas. A figura de Maria sob suas várias invocações, inclusive Santa da Pedra, é um modelo de obediência e beatitude, objeto de profundo afeto popular. Sublinha Parker¹⁷² que os santos e com maior evidência a Virgem têm um lugar privilegiado no panteão criado pelo povo. E isto é possível não por serem eles sinônimos de uma vida reta, mas sobretudo pela dimensão de intercessores diante do Criador. Pelas palavras dos depoentes, percebemos o zelo do camponês para com a santa e como a figura mariana é tida como mediadora privilegiada, o *consolo dos pobres, o escudo dos débeis, o amparo dos oprimidos. Em síntese, é a mãe dos órfãos.*¹⁷³

O Paraíso Terreal se materializava à medida que seu povo não se sentia desprezado. O camponês percebeu que não era necessário morrer para buscar o tão acalentado paraíso prometido pelos padres.¹⁷⁴ Naquele espaço delineou seu paraíso uma cidade projetada nos seus sonhos. Razão tem Baczko¹⁷⁵ quando escreveu que as cidades não passam de uma projeção dos imaginários sociais no espaço. E é através dessas sombras que uma coletividade projeta sua identidade, elabora certa representação de si, estabelece e distribui posições sociais, impõe crenças e arquiteta códigos. Assim sendo, tudo deixa a crer que conseguiu Silvestre imprimir sua autoridade sem causar ressentimentos, pois pelo que transparece as informações, não se registrou naquela comunidade momentos turbulentos.¹⁷⁶ Acreditamos que essa paz se deva também a produção e distribuição de bens, vigorando à propriedade coletiva da terra, restringindo-se à propriedade particular apenas no que se refere aos objetos de uso.

¹⁷² PARKER, Cristián. *Religião Popular e Modernização Capitalista: outra lógica na América Latina*. Petrópoles: Vozes, 1995, p. 151.

¹⁷³ Idem, p. 152.

¹⁷⁴ Anteriormente tivemos a oportunidade de nos reportar ao mítico paraíso terrestre judaico-cristão, o qual foi posteriormente transformado em paraíso celeste, recebendo uma nova leitura na qual não se via a criatura humana inserida no mundo da natureza e sim num mundo espiritual. Sendo este o paraíso de que falavam os sacerdotes nas missas e nas missões. AZZI, Riolando. Op. cit. p. 75-76.

¹⁷⁵ BRONISLAW, BACZKI. Op.cit. pp. 209 e 313, v.5.

¹⁷⁶ ANRJ. *Devassa*, p. 143.

Foi grande a movimentação de povo que afluía ao referido sítio, que as cabanas foram crescendo com o adensamento da população. Alguns homens que exerciam certas profissões enquadradas entre aquelas com as quais ganhava dinheiro,¹⁷⁷ a exemplo do ferreiro José, não pretendendo abandonar sua profissão ao mudar-se para o Paraíso Terreal, levaram consigo sua tenda, fonte de sua renda. Outros milicianos, obviamente insatisfeitos com a vida na caserna, fizeram o mesmo, abandonavam-na para viver no Rodeador, onde ingressaram nas fileiras de um pequeno exército ali criado, mesmo que não muito organizado.¹⁷⁸ Felizes como o novo tipo de vida, os excluídos conseguiram imprimir um novo *modus vivendi* sem a necessidade de estarem submetidos ao mando dos chefes patriarcais.

Por ocasião da devassa realizada em Bonito para apurar o tipo de gente que se instalou no Rodeador, alguns moradores da redondeza foram chamados para testemunhar sobre o que sabiam sobre aquela gente. O caráter das testemunhas, por serem de cor branca, possuírem residência e empregos definidos dava-lhes total idoneidade. Sobre o campo do sagrado, jurando sobre o livro santo, o interpelado imbuído do medo de pecar evitava o perjúrio. José Manoel Vila Verde, branco, solteiro, de 46 anos de idade, negociante e residente em Bonito, ao responder ao ouvidor do Recife Antero da Maia e Silva sobre o tipo de gente que habitava no Rodeador, adiantava que era gente da plebe e ignorante.¹⁷⁹ Antônio Gomes da Silva, 35 anos, casado, residente também em Bonito, acrescentaria que aqueles camponeses, além de pertencerem à plebe, eram *mulatos e cabras*.¹⁸⁰

Povaréu, plebe e ignorantes são os diversos olhares da elite sobre o contingente excluído do Rodeador. Quanto à cor da pele cabra, este é um termo pejorativo utilizado para designar pessoas entre as cores negra e parda. Aliás, como tentamos explicar alhures, a situação desse contingente no mundo dos brancos era desoladora. Se os homens pobres brancos eram vistos como vagabundos incorrigíveis, o normal para os cabras e os negros alforriados seria se incorporarem ao dilema da massa dos desempregados. No entanto, eram mais discriminados, o que apagava qualquer sonho de um dia virem a se integrar na

¹⁷⁷ Nos centros urbanos as categorias de ferreiro, canteiro, cabouqueiro, pedreiro e torneiro eram bem remuneradas. O trabalho urbano das camadas populares, livres e alforriadas, é conhecido através da documentação municipal. Nelas estão inseridas algumas variedades de atividades, principalmente nos livros de atas das câmaras municipais. SILVA, Maria Nizza da. *Vida Privada*, p. 268.

¹⁷⁸ Idem, p. 71v.

¹⁷⁹ Idem, p. 66v.

¹⁸⁰ Idem, p. 64v.

sociedade. Quase sempre eram associados ao crime ou por suspeitos de serem escravos. Destarte, todo esse povo, vivendo em intensa humilhação, para não ser confundido com os negros, preferia a desclassificação dos sem ofícios ou dos que exerciam trabalhos marginais ao desempenho de funções menores e servis reservadas aos escravos.¹⁸¹

No Nordeste patriarcal do século XIX, muita diferença se fazia entre ser branco, mulato e negro. Entretanto, se todos eram pobres não poderia haver diferença. Koster observou haver grandes desigualdades entre eles. Os mulatos se afinavam mais com os brancos livres, se achavam superiores aos mamelucos e se orgulhavam de nada terem em comum com os indígenas. Mesmo sendo todos pertencentes às massas excluídas pobres ou livres, o que se pode perceber é que entre eles havia sentimentos de preconceitos.¹⁸²

O Paraíso Terreal procurou atender os insatisfeitos. Foi abrigo de sem-terras e de desertores das fileiras militares. Segundo o depoimento do comandante do 12º batalhão de milícias instalado no Povoado do Bonito, por ocasião da devassa instaurada naquele povoado em 1820, em seu regimento havia constantes deserções e os trãnsfugas procuravam abrigo naquela comunidade. Certa feita, ao enviar àquela localidade escolta de dezesseis homens para recuperar um desertor, houve choque entre os soldados e os familiares do prisioneiro que ali viviam, saindo machucado um de seus comandados.¹⁸³

O tenente Antônio Ribeiro Freire, do mesmo batalhão bonitense, introduzido na comunidade do Rodeador no serviço de espionagem, comunicou aos seus superiores haver ali cerca de 30 a 40 fugitivos do recrutamento, homens moços e solteiros, originários de vários rincões da capitania, inclusive do seu batalhão.¹⁸⁴ Via de regra, o terror ante os métodos do recrutamento militar foi uma das causas que facilitaram o sucesso das prédicas ali ventiladas. As confissões do lavrador Antônio Ferreira, de 45 anos, corroboram com essa idéia quando declarou em juízo que *tudo estava muito caro, as milícias se haviam de acabar e tudo se mudar, e quem não tinha dinheiro não podia enterrar-se na igreja*. Ademais, o mencionado depoente concluiu que o povo que morava no Rodeador iria, um dia, sair dali e comandar *o mundo e corrigi-lo*.¹⁸⁵

A carestia, o constrangimento diante dos métodos para o recrutamento além de os pobres forçados pela sua condição de extrema penúria não terem pré-requisito para serem sepultados igualmente aos ricos no solo sagrado dos templos católicos, segundo se

¹⁸¹ ARAÚJO, Emanuel. Op. cit. pp. 153, 154, 168 e 169.

¹⁸² KOSTER, Henri. Op. cit. pp. 278, 279, 280 e 378.

¹⁸³ ANRJ. *Devassa*, pp. 36v e 37.

¹⁸⁴ Idem, pp. 83 e 83v.

percebe das declarações do camponês acima citado, eram alguns entre outros reclamos dos habitantes da Cidade do Paraíso Terreal. E esses reclamos assomados a outros foram quase que uma constante no período em que se avizinhava à Independência. Tudo que se falava naquela comunidade era para seus habitantes uma novidade, e uma inovação ilustrou Michel de Certeau,¹⁸⁶ começa com a transgressão e com o domínio da palavra.

Nos primórdios do século XIX, o que se descortina diante das palavras do citado sertanejo é a força da palavra oral entre eles. Nessa perspectiva, a oralidade foi um estilo de comunicação e ainda hoje isso se constitui numa das permanências mais expressivas dos tempos coloniais.¹⁸⁷ No colóquio do camponês Antônio Ferreira, podemos ainda perceber uma proposta de ruptura, revelando como o contingente não-escravo se encontrava inquieto. Provavelmente, outros grupos que se movimentavam no Brasil dessa mesma época tinham essa e outras aspirações contudo, detectar as ações de insatisfação é tarefa difícil, uma vez que muitos outros comportamentos revolucionários se camuflavam nas várias teias da sociedade tradicional.

Costume medieval, os sepultamentos de ricos no interior dos templos católicos, tão reclamados pelos camponeses do Rodeador, consistiam em um dos ritos de morte que segundo a crença de outrora ajudava a alma a ocupar no além uma posição que não lhe fosse desagradável. Segundo Duby,¹⁸⁸ após a morte o corpo do defunto era objeto de cuidado, ficando exposto por algum tempo quando recebia as devidas homenagens, sendo posteriormente trasladado para o interior da igreja, onde baixava à sepultura. Segundo Lycurgo Santos Filho, tais práticas foram transportadas para o Brasil no momento que as pessoas mais abonadas contribuía pecuniariamente com esmolas e donativos testamentários, reservando para si um lugar no chão sagrado.¹⁸⁹ Ter sepultura nos templos era privilégio a que todos aspiravam. Escreveu João José Reis que no Brasil colonial qualquer um podia ser enterrado nas igrejas, o que havia era uma hierarquia quanto ao local da sepultura. Ilustra ainda o autor que uma primeira divisão se fazia entre o corpo e o adro da igreja; sendo que neste último, enterravam-se os escravos e as pessoas livres

¹⁸⁵ Idem, p. 127

¹⁸⁶ CERTEAU, Michel de. *La Toma de La Palabra y otros escritos políticos*. México: Universidad Iberoamericana, ITESCO, 1995, p.60.

¹⁸⁷ MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit. pp. 80-81.

¹⁸⁸ DUBY, Georges. *Ano 1000 ao 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: fundação Editora da UNESP, 1998, pp. 124-25.

¹⁸⁹ Apud BARBALHO, Nelson. Op. cit. p. 272,v 10.

pobres. A cova situada no adro dos templos era desprestigiada e podia ser obtida gratuitamente, enquanto aquelas localizadas no interior destinavam-se aos abastados.¹⁹⁰

Silvestre, segundo disse o camponês José Fernandes, não sabia ler nem escrever, ditava seus ensinamentos, que eram escritos por Manoel da Paixão.¹⁹¹ Ao que transparece, mesmo sendo analfabeto, o líder dos camponeses do Rodeador falava muito bem e suas prédicas eivadas de simbolismo encantavam seus afilhados. Em uma época tão difícil para aquele povo, ter o poder de falar e de convencer causava impactos dentro de um modelo em que somente as elites tinham acesso às letras. Koster, ao se reportar à falta de cultura dos grupos excluídos, comentou que o fato de ele estar constantemente lendo causava admiração, a ponto de ser confundido com um santo.¹⁹² Segundo Michel de Certeau,¹⁹³ é na convivência que se descortina a relação de forças, uma vez que a inovação amedronta e estremece os alicerces. Diante desse, rumor optou-se pela repressão, a qual no Rodeador foi inclemente.

Habitualmente, como demonstrado, pela manhã ia aquele povo para o roçado e à noite se reunia para rezar, ratificou o depoente Estevão Fernandes Coutinho.¹⁹⁴ Todos viviam do suor do próprio rosto, esclareceu o mascateador Antônio Gomes da Silva,¹⁹⁵ e sendo a terra úbere o trabalho era mútuo e determinado tanto por Silvestre quanto por Manoel Gomes das Virgens.¹⁹⁶ Os homens andavam armados. Segundo se dizia à época, esse era hábito comum a todas as pessoas que moravam nos matos.¹⁹⁷ Além de servirem para a defesa pessoal no meio das brenhas, às armas serviam para o corte de árvores ou plantas daninhas, para o abate de determinadas caças e outros misteres peculiares à vida de quem habitava no campo.

Um dos locais mais representativos para aqueles camponeses era a grande pedra, dita do Rodeador, localizada em uma das fraldas da serra. Em uma de suas vertentes, a de face oeste, há algumas fendas, espécies de abrigos naturais nos quais, segundo se dizia,

¹⁹⁰ REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 171, 175 e 176. Foi costume também se sepultarem senhores e pessoas da família patriarcal praticamente dentro de casa e em capelas, que no Brasil antigo eram verdadeiras puxadas da residência senhorial. Os mortos, dessa maneira, não se separavam dos vivos, despartando desse convívio no segundo reinado, quando então os higienistas fizeram pertinaz perseguição a todos os sepultamentos não realizados em cemitérios. FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 490.

¹⁹¹ ANRJ. *Devassa*, p. 22v.

¹⁹² KOSTER, Henri. Op. cit. p. 399.

¹⁹³ CERTEAU, Michel de. Op. cit. pp. 57 e 60.

¹⁹⁴ ANRJ. *Devassa*, p. 88v.

¹⁹⁵ Idem, p. 64v.

¹⁹⁶ Idem, p. 94.

¹⁹⁷ Idem, p. 76.

ouviam-se vozes humanas, manejos de armas, instrumentos tocando, eis por que era o local conhecido por *Lugar do Encanto*.¹⁹⁸ Segundo as profecias ventiladas um dia, dali sairia Dom Sebastião, comandando um fabuloso exército pronto para defendê-los. A imagem de um imbatível e poderoso exército alimentava os ânimos. Era o fermento capaz de uni-los e torná-los fortes e capazes de enfrentar os desafios das forças adversárias por mais poderosas que fossem.¹⁹⁹



5. Pedra do Rodeador, local do desencanto de Dom Sebastião

A Pedra do Rodeador se constituía para o povo arrebanhado em sua base numa espécie de lugar sagrado. Este fenômeno, como explicou Mircea Eliade,²⁰⁰ ocorreu porque o crente que a via não tinha olhos para vê-la como uma simples pedra. Sua realidade transmuda-se para uma realidade sobrenatural, isto porque a natureza está cheia de valores significativos, sendo isto possível porque o Cosmo é uma criação divina e ao contemplá-lo o crente descortina as múltiplas faces do sagrado. Sugere Eliade²⁰¹ que para o homem ocidental, habituado a determinadas fórmulas do cotidiano religioso sob a ótica da tradição judaico-cristã, é muito difícil entender certas manifestações do sagrado. Quando se fala de

¹⁹⁸ BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 15.

¹⁹⁹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do contestado, 1912-1916*. 3ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1981, p. 120.

²⁰⁰ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 99, 100, 126 e 172.

²⁰¹ Idem, *Tratado de História das Religiões*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 17.

culto das pedras não quer dizer que todas as pedras sejam consideradas sagradas. Esta manifestação ocorre em alguns rochedos que são diferentes dos demais devido a sua forma, proporções ou devido a suas implicações rituais. Em outros tempos elas foram guardiãs contra animais, ladrões e sobretudo contra a morte. Em outras regiões tiveram poder de fecundidade e serviram para proporcionar vigor e boa saúde às crias das aldeias.

Tal fascínio, escreveu o folclorista Câmara Cascudo,²⁰² foi combatido pelo cristianismo, até que a Igreja decretou a abolição dele no século V. Porém, paralelamente se promoveu com suavidade a conservação de antigos vestígios, quando se passaram a aceitar as invocações de Nossa Senhora da Penha, do Pilar, da Lapa, do Monte etc. São Pedro é a pedra angular da Igreja Católica e esta expressão é perceptível em seu nome. Nos altares católicos a pedra d'ara é considerada um sinal da pedra sacrificial, onde a vítima era imolada. Após sua unção e sagração por um bispo, sobre a pedra d'ara se põe o cálice e se depõe a hóstia, oferecendo-se o sacrifício da missa. Destarte, em épocas antigas algumas pedras serviram de altar rústico às religiões. Todo esse simbolismo incorporado às pedras é passível de outras anotações, explica Etienne Bahle,²⁰³ como a solidez e a imobilidade das pedras. Levantando o olhar para o alto o homem bíblico reconhecia sua fragilidade e percebia que só Deus possuía essa solidez. A imutabilidade da rocha, explica o autor, representa de maneira bem expressiva a própria natureza de Deus.

Para assinalar o local do pretense regresso de Dom Sebastião, os fiéis levantaram um cruzeiro de madeira, na abertura da referida fenda. A figura da cruz está revestida de muitas significações. Simboliza a ordem em oposição à desordem, como também é símbolo de iluminação. Dentro da tradição católica é cultivada como ponto de passagem da dor e da morte, superada pelas luzes da ressurreição, que é a esperança da salvação eterna.²⁰⁴ Por outro lado, além de símbolo de vitória, a cruz dentro da cultura popular é vista como instrumento eficaz para afugentar os inimigos.

Muitas faces do cotidiano religioso dos camponeses do Paraíso Terreal chegaram ao Povoado do Bonito nutridas de múltiplas variantes. O negociante Manoel da Silva Bitencourt, branco, 64 anos, disse ter ouvido alguém comentar que no Rodeador se falava em reis, rainhas, cujos conversos haveriam de servir.²⁰⁵ João Francisco Passos, 45 anos, branco, tomou conhecimento de que o sectário Antônio Gomes era príncipe e que a

²⁰² CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. pp. 596 a 598.

²⁰³ BAHLE, Etienne. *Festas e Símbolos*. Aparecida: Editora Santuário, 1999, pp. 143-144.

²⁰⁴ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1986, p. 172.

²⁰⁵ ANRJ. *Devassa*, pp. 77-78.

comunidade em pauta era o local de salvação e de desencantos de reinos.²⁰⁶ Mais grave foi o testemunho prestado pelo pardo Miguel Antônio de Carvalho. Segundo ele, comentava-se, nos lugares pelos quais andava, que além do desencanto de Dom Sebastião, corria a boca pequena que naquela comunidade *Sua Majestade [Dom João VI] então havia de deixar de reinar.*²⁰⁷ O sargento Vicente Alves da Silva, 34 anos, branco, também soube que Dom Sebastião estava para vir e que todo aquele povo que se encontrava no sítio do Rodeador se dizia eleito, devendo marchar para restaurar a *Casa Santa.*²⁰⁸ Segundo as convicções do sargento Alexandre Magno dos Reis, que também negociava, Silvestre não passava de um embusteiro, cujo ofício era enganar o povo em troca de dinheiro.²⁰⁹ Desta forma, quase todo movimento messiânico, o senso comum tende a identificar intrujices nas atitudes do líder. Para Vinhas de Queiroz,²¹⁰ tudo isso se torna inflamado porque o que se verifica em tais movimentos é um comprometimento e identificação quase que total da personagem do líder às posturas e convicções próprias de seu papel.

Para a elite pernambucana da época, o Rodeador era uma manifestação de loucura de fanáticos sem instrução. Segundo esse discurso, percebe-se que por *fanático* se entende todo adepto que não se integra à religião oficial. Luís do Rego Barreto manteve-se cauteloso quando definia esses rasgos supersticiosos, que embora desprezíveis *têm sua seriedade, atendendo às circunstâncias que as acompanham, Estes atos febris produzirem funestos efeitos.* Acreditava o governador que todas as idéias que se processavam no Rodeador pareciam *ministradas por mão astuciosa, que sabe manejar o bronco entendimento destes povos meio bárbaros.*²¹¹ Devido a essas suspeitas, em todo o interrogatório dos prisioneiros a norma era perguntar se eles sabiam de quem partia aquelas idéias. O camponês José Fernandes, coagido ou não pelos questionadores, deixou escapar que *o dito Silvestre tinha sido instruído por outro, mas não sabia quem era.*²¹² Denúncia que de certa forma abria a possibilidade de se saber quem era o verdadeiro mentor das novidades que ali foram incutidas.

As populações marginais mergulhadas em quase completo analfabetismo, espoliadas de direitos, tendem a criar uma religião própria, que passa a servir de bandeira

²⁰⁶ Idem, p. 71.

²⁰⁷ Idem, p. 66.

²⁰⁸ Idem, p. 77.

²⁰⁹ Idem, p. 53.

²¹⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Op. cit. p. 102.

²¹¹ Carta de Luís do Rego Barreto ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal datada de 21 de outubro de 1820. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 161.

²¹² ANRJ. *Devassa*, p. 22v.

de luta pela libertação social, a exemplo do cristianismo, que a este papel se prestou em seus primórdios aos desamparados.²¹³ Movimentos como o do Rodeador são porta-vozes dos excluídos na medida em que protestam contra a miséria e outro estado de coisas ultrapassadas que deveriam desaparecer. Nascendo de uma situação, eles se cristalizam em torno de uma figura desejada, havendo, portanto, o tempo da espera e do apelo. Nesse interregno, o que se vê é a formação e a definição da imagem do salvador, na qual solidificam as expressões coletivas.²¹⁴

O cego Teotônio Virgens do Nascimento, pardo, solteiro, 25 anos, ao tomar conhecimento de que na referida comunidade havia santos milagreiros, imediatamente correu para ali com a finalidade de ser beneficiado com o milagre da cura.²¹⁵ Para o referido deficiente visual, seus objetivos estavam relacionados à solução simbólica dos problemas cotidianos. Em geral a devoção aos santos e a Deus têm essa relação. O suplicante estabelece com as entidades celestes de sua devoção uma espécie de pacto e conseguindo seus objetivos através de um milagre promete cumprir o voto. Neste aspecto, escreveu Parker,²¹⁶ o milagre não é uma intervenção misteriosa do poder divino, mas uma resposta à solicitude dos anseios populares.

O povo concentrado na Cidade do Paraíso Terreal provinha de vários lugares. Do próprio território do Bonito (Bananeira, Gavião, Pau d'Arco, Sítio de Meio, Genjibre), da Ribeira do Una (que corresponde ao território banhado por esse rio no lugar da Água Preta), Freguesia do Capibaribe, Bezerros, Santo Antão, Bom Jardim, Limoeiro, Santo Antônio de Tracunhaém, Goiana e dos Cariris Velhos (sertão do Ceará). Em sua maioria consistiam em pessoas que variavam entre 20 a 60 anos, casadas, analfabetas e mestiças. Constituía um contingente numeroso e móvel. Essa constante mobilidade, escreveu Djacir Menezes,²¹⁷ não obedecia a instintos de nomadismos, mas à miséria em que se encontravam. Era a fome e a posse da terra que os faziam se deslocar constantemente.

Tratando-se por irmãos, os prosélitos se agrupavam em torno de uma irmandade – a do *Bom Jesus da Lapa* – cujas figuras de maior importância eram Silvestre e seu cunhado Manoel Gomes das Virgens, tidos como *Procuradores de Cristo*. Abaixo deles, doze

²¹³ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991, p. 50.

²¹⁴ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

²¹⁵ ANRJ. *Devassa*, p. 102v.

²¹⁶ PARKER, Cristián. Op. cit. pp. 157, 158, 159 e 161.

²¹⁷ MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937, p. 173.

indivíduos denominados *Sabidos*²¹⁸ tinham funções no ritual. O restante do povo era conhecido como *Ensinados*,²¹⁹ que deveriam atingir a mil antes da marcha cruzada que sairia daquele sítio para libertar os lugares santos de Jerusalém²²⁰ com a chegada de Dom Sebastião, realizando-se o paraíso na terra inteira com a instalação do milênio.

Para Delumeau,²²¹ a espera de um reino deste mundo assemelhado ao paraíso terrestre reencontrado nos remete à noção de idade de ouro desvanecida. Milenarismo e messianismo para o autor remetem, ambos, a uma espera. Por sinal, o milenarismo se torna mais latente à medida que a figura do messias vai sendo retardada frustrando os anseios populares. As promessas milenar-messiânicas têm quase sempre um caráter terrestre. Elas prometem uma mudança radical na ordem, uma salvação dos indivíduos, iminente, total. No cristianismo o milenarismo é a crença num reino terrestre futuro de Cristo e de seus eleitos. Para Maria Isaura,²²² a grande maioria dos movimentos ditos messiânicos, em sua natureza, é mais claramente milenarista à medida que procura construir o paraíso terrestre, não se preocupando em delinear a figura do líder como de essência sagrada ou não.

A Cidade do Paraíso Terral poder-se-ia dizer que era um local como tantos outros. E como todos os locais havia de ter os caminhos do sagrado e do profano. E para coibir os desregramentos, as seduções e os prazeres, comportava, ainda, a estrutura social do grupo um corpo de *Procuradores da Honestidade* masculina e feminina, cujos dignitários se distinguiam dos demais por ostentar divisas e rosetas multicores. Suas funções eram velar os vestuários, proibir uniões que maculassem a religião. Tais cautelas se faziam porque sendo o culto à noite poderiam haver transgressões às normas impostas. Aliás, desde os primórdios da colonização, o que se observou foi uma certa resistência ao casamento. O colono, escreveu Gilberto Freyre, *não gostava de casar para toda a vida, mas de unir-se ou de amasiar-se*.²²³ Tais práticas seriam alvo de queixas dos padres, que perceberam

²¹⁸ ANRJ. *Devassa*, p. 104v.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

²²⁰ O dever de libertar Jerusalém, dita cidade santa e centro do mundo, vem do medievo. Esta, entre outras aspirações, alimentou e impulsionou as cruzadas. Era tamanho empenho de libertar aquela cidade, que, em 1212, um cronista dizia que o menino Nicolau arregimentou uma legião de infantes e mulheres, dizendo-se guiar por um anjo, quis chegar à Terra Santa para recuperar o lenho sagrado. O malogro das cruzadas não conseguiu apagar tais desejos. Em 1600, Camparella em seus escritos rogava ao rei da Espanha uma cruzada para deter o avanço turco, que segundo suas convicções seria destruído após a vitória dos espanhóis, cujo rei instauraria uma monarquia universal. Anos mais tarde retomava Camparella com suas idéias, chegando a ver no futuro Luís XIV o conquistador de Jerusalém, o destruidor dos reinos infiéis e o cristianizador das terras africanas. ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. Trad. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, pp. 152 a 155.

²²¹ DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade: uma história do paraíso*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 11, 17-18.

²²² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 115.

²²³ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 364.

haver nos trópicos escassez de matrimônio, *alto índice de bastardos, tudo parece indicar que as relações sexuais ocorriam, predominantemente, na esfera do concubinato.*²²⁴ Via de regra, tais cautelas eram tomadas no Rodeador porque o concubinato era tido como uma variante da fornicção: um agravo ao sexto e ao nono mandamentos, ambos relacionados ao adultério e à fidelidade conjugal.²²⁵

Além de Silvestre e seu cunhado, outras figuras de relevo se distinguiam entre os prosélitos: Estevão Fernandes Coutinho (procurador da honestidade dos homens), Antônio Pereira (encarregado de pôr em vigilância as marchas militares), Gonçalo Correia (revisor de armas), Manoel da Paixão (sacristão), Francisco Gomes (ensinava exercícios militares); entre as mulheres as mais importantes eram aquelas que compunham o corpo de *Procuradoras da Honestidade*: Feliciano Maria da Conceição,²²⁶ Joana Batista,²²⁷ Francisca Maria de Santa Ana.²²⁸ Havendo, no entanto, aquelas como Isabel Maria²²⁹ e a jovem de 15 anos Joana Evangelista,²³⁰ que se destacavam por condecorarem as mulheres com insígnias de fitas.

As mulheres, mesmo se destacando em alguns dos ritos, como ficou demonstrando anteriormente, fato que para Maria Isaura²³¹ não se verificou nem na vida profana nem tampouco na hierarquia eclesiástica, no Rodeador foram mantidas afastadas de outros rituais. Isto porque, como explicaram as procuradoras Francisca Maria de Santa

²²⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos*, p. 79.

²²⁵ Idem, p. 81.

²²⁶ Por ocasião de seu julgamento declarou ter cinquenta e tantos anos de idade, casada com Esteves Fernandes, que se encontrava preso. Naquela comunidade galgou duas divisas, uma encarnada e a outra azul. AN, *Devassa*, p. 226.

²²⁷ Filha de Antônio Ferreira, 15 anos de idade. Por ocasião da guerra perdeu sua família. ANRJ. *Devassa*, p. 128.

²²⁸ Irmã de Silvestre, 25 anos, foi condecorada com duas fitas. Era casada com Antônio Pereira. ANRJ. *Devassa*, pp. 266v-267.

²²⁹ Casada com Antônio Ribeiro, que morreu no cerco. Tinha 28 anos e era possuidora de três fitas: encarnada, azul e verde. ANRJ. *Devassa*, p. 127v.

²³⁰ Filha de Antônio Ferreira, que se encontrava preso. Na comunidade foi agraciada com três fitas. ANRJ. *Devassa*, p. 268.

²³¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 134. Ensina Parker, que é em derredor da imagem da Virgem, que a religião popular consegue elevar a mulher, sendo isso possível porque Maria é vista como modelo popular de mãe, elo de imponência nas relações social e familiar da cultura do povo. Mostra ainda a referida religião que os agentes ligados à saúde são do domínio feminino: curandeiras, parteiras, benzedoras, curiosas etc. Esta afirmação da mulher como gestora da vida contrapõe-se à cultura dominante, marcada desde tempos remotos pela presença patriarcal. PARKER, Cristián. Op. cit. pp. 167-68. O medievo copiaria o modelo aristotélico da superioridade masculina e a submissão da mulher, cujas concepções seriam aproveitadas pelos clérigos, que pretendiam apagar a influência feminina nos rituais campestres. A partir de então se criou a idéia de sua demonização. Apropriando-se o imaginário dessa tese, toda mulher que tivesse poderes especiais vinculados à esfera do sagrado passou a ser encarada como tendo parte com o demônio. AZZI, Riolando. Op. cit. pp. 239, 244-45, 448-49.

Ana e Joana Evangelista, o segredo não lhes dizia respeito.²³² Quase nada conseguimos apurar sobre outras atividades daquelas mulheres. Provavelmente se ocupavam em diversos misteres. Por ocasião em que o arraial em que viviam foi tomado pelas tropas do governo, elas resistiram até o fim.

Finalizadas as rezas noturnas, as mulheres se penitenciavam, quando então Silvestre e seu cunhado Manoel Gomes mandavam-nas retornar à casa delas. Essas práticas são heranças tanto da Reforma protestante quanto da Contra-Reforma católica, que no seu bojo procuraram vigiá-las. Explica Mary Del Priore²³³ que por esse tempo foram elaborados fartos panegíricos que procuraram prender a mulher dentro da redoma do casamento. Comenta a autora que em 1794 um manual de confissão procurou pôr regras ao uso dos adereços e outros *atrativos* que elas utilizavam para atrair o sexo oposto. Neste interregno, o protótipo da mulher pecadora, as evas da vida, serviu para imprimir e aquilatar o modelo oposto: a mulher recatada identificada com a Virgem Maria.

No seio da irmandade do *Bom Jesus da Lapa* foram distribuídas diversas condecorações de fitas coloridas, cada uma possuindo simbologias próprias. A encarnada representava a guerra a quem se opunha às leis do encanto; a azul simbolizava a paz aos que sobre ela viviam; a preta representava o dó, o luto e o sentimento; a verde, a esperança dos bens que Dom Sebastião iria distribuir aos eleitos no momento do seu retorno e *que agora só se lhe dava aqueles distintivos, porém em aparecendo (...) todos haviam de ter melhores prêmios.*²³⁴

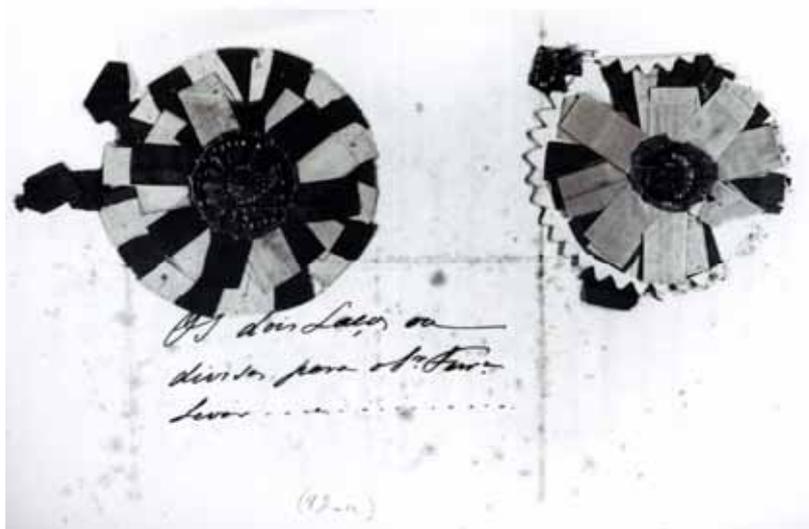
Um conjunto de formalidade marcava a condecoração dos eleitos no seio da irmandade, quando então passavam a ostentar distintivos no braço direito (figura 6). Estevão Fernandes Coutinho em seu depoimento confessou que após dez meses de convívio no referido sítio foi promovido a *procurador*, recebendo pelo seu mérito insígnias de laços de fitas. A encarnada, que foi a primeira, recebeu logo após sua iniciação. Um mês depois, seria destacado com uma segunda divisa. Quinze dias depois, foi distinguido com

²³² Mesmo se apresentando como uma comunidade mais democrática, as mulheres dos homens do Paraíso Terreal eram privadas de certas regalias. Pelo menos é o que transparece nos depoimentos citados. O velho clichê de que as mulheres tinham que saber qual era o seu lugar parece estar ali presente. Evidentemente que o modelo de uma mulher cordata se passava por aqueles ermos. Uma mulher que se identificasse com a quase passiva Virgem Maria, modelo de obediência, retratada em sua Anunciação, ou de sofrimento resignado (a Crucificação). BURKE, Peter. Op. cit. pp. 188-189.

²³³ DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil Colonial; a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade*. São Paulo: 1999, pp. 9, 10, 12 e 24.

²³⁴ ANRJ. *Devassa*, pp. 267-68

a fita de cor preta.²³⁵ O camponês Antônio Pereira, ao se reportar sobre aqueles emblemas, informou que além das cores citadas havia uma outra de cor amarela, porém nada sabia sobre sua significação.²³⁶ Aliás, esses e outros símbolos ali incorporados, não eram explicados ao povo. Segundo diziam os mais graduados, os segredos só seriam revelados no momento oportuno, quando então o próprio tempo se encarregaria de esclarecer-lhes o sentido de tantos mistérios.²³⁷



6. As famosas insígnias incorporadas aos ritos e que era usadas por alguns camponeses prestes a entender a santas argumentações. ANRJ

O número de homens em idade de serem recrutados era bastante expressivo na comunidade, comentou um dos soldados ali metidos no serviço de espionagem. Como também ali se encontravam homiziados muitos desertores das milícias, compondo um exército de cerca de 150 homens sob o comando do sapateiro Gonçalo Correia, que sucumbiu no dia do ataque e que ali ostentava a patente de capitão. Todo esse efetivo dispunha de armas das mais variadas qualidades: faca-de-ponta, pistola, espadas, catanas (tipo de faca comprida), parnaíba (espécie de facão), bacamartes e espingardas, sendo essas duas últimas as mais expressivas.

²³⁵ Idem, p. 86v.

²³⁶ Idem, p. 97v.

²³⁷ Idem, pp. 93 e 97v.



7. bacamarte e espingarda, armas incorporadas ao cotidiano dos camponeses do Rodeador.

As revistas das tropas, ensinamentos sobre o manejo de armas e exercícios militares davam-se à noite após as cerimônias religiosas e eram acompanhadas ao som de uma rebeca, tudo muito bem comandado por Antônio Gomes, que ali ostentava a patente de capitão. Neste momento, ele portava no corpo correias, uma encarnada e outra branca, além de patronas (cartucheiras) pretas.²³⁸ Todas essas evoluções eram assistidas pela comunidade, que cria, segundo se comentava, que aqueles soldados não seriam molestados em caso de um confronto com aqueles que se opunham ao que ali se determinava. Cria-se que a santa do Oratório seria a protetora deles em qualquer incidente. Foi incutido que por ocasião do retorno de Dom Sebastião este ia se ter com Dom João VI para convencê-lo a aderir à seita. Desejando o monarca lusitano acompanhá-lo tudo estava consumado, caso contrário o povo do Rodeador deveria defender *a lei de el rei Dom Sebastião com todas suas forças*.²³⁹

Diante do explicado, fazia-se necessário que as armas ali existentes estivessem bem arrumadas, em bom estado de conservação e as que se encontravam fora de uso deveriam ser consertadas. O povo colaborava nesse serviço inclusive levando munições.²⁴⁰ Os armamentos cresciam à medida que novos sectários eram admitidos no seio daquela comunidade, pois uma entre outras exigências que se fazia para eles era portar sua própria arma. Nunca foram esclarecidas as procedências da pólvora e do chumbo estocado, porém o depoente José Fernandes revelou que tomou conhecimento de que todas aquelas

²³⁸ ANRJ. *Devassa*, pp. 108v e 111v.

²³⁹ *Idem*, p. 91v.

munições provinham da *Aldeia do Gavião* (hoje território dos engenhos Tróia, Jardim e Divina Esperança).

As marchas militares começavam com os soldados enfileirados e perfilados. Após a ordem de comando, todos com o pé direito davam início às evoluções. As manobras, ou *Marchas de Deus*, eram semelhantes às dos soldados das milícias. Após o treinamento, que durava cerca de uma hora, eram aqueles homens postos ao descanso, retornando às atividades logo em seguida. Tais adestramentos estavam a cargo de Antônio Gomes, que *tendo visto os exercícios dos milicianos no Bonito assim os ensinava e comandava*.²⁴¹ Findas as evoluções, os corpos se dispersavam dando vivas a Dom Sebastião, quando então os soldados retornavam aos lares.

O soldado Manoel Pereira Gomes, que atuava no 12º Batalhão de Milícia do Bonito, converso à seita, pela sua condição de militar foi dispensado de participar daqueles treinamentos.²⁴² Por ocasião da arrumação dos corpos para as *Marchas de Deus* alguns homens usavam da palavra: Manoel Gomes das Virgens, Antônio Gomes, Gonçalo Correia, Manoel da Paixão, Estevão Fernandes e seu filho José Fernandes, Valentim Alves, Manoel José, José Tabocas, além do próprio Silvestre.²⁴³ Neste interregno, as armas e as munições eram revistadas. Aliás, um dos líderes, para matar a curiosidade de Manoel José da Silva, ali infiltrado como agente secreto, e que ficou bestializado diante da organização do aparato militar, foi informado de que tudo aquilo era *necessário para o que pudesse acontecer*.²⁴⁴

O governador, ao tomar conhecimento de alguns aspectos do cotidiano dos camponeses do Paraíso Terreal, procurou se acautelar. Diante suas convicções tudo aquilo não passava de ignorância de um povo sem instrução. Entretanto, era da opinião de que certos de tipo de crença poderiam ser perigosos e poderiam produzir *funestos efeitos e me parecem aqui ministradas por mão astuciosa que sabe manejar o bronco entendimento destes povos meio bárbaros*.²⁴⁵ O crescimento de prosélitos e a preleção de idéias foram vistos por Luís do Rego Barreto como negócio que pedia agilidade. Em vista disso, passou

²⁴⁰ Idem, p. 93.

²⁴¹ Idem, p. 118.

²⁴² Idem, p. 93.

²⁴³ Idem, p. 45v.

²⁴⁴ Idem, pp.45v e 46.

²⁴⁵ Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 161.

a acreditar que na província dele *há cabeças vertiginosas e é preciso por imediatamente obstáculos ao progresso do mal.*²⁴⁶

Idéias agitadoras eram vistas como incendiárias, o que de certa forma punha em xeque o sistema. Um dos homens infiltrados como espia denunciou que por ocasião dos exercícios militares, um dos oradores chegou a proclamar que desejava *encontrar com o General desta Capitania [Luís do Rego Barreto] para lhe fazer umas cuias [de sua] cabeça, uma para eles beberem e outra para quem a quisesse.*²⁴⁷ E que tudo aquilo que ele havia presenciado *era determinado por Deus [e] que o General nada tinha que fazer com eles.*²⁴⁸ O governador, diante dessas novidades, achava conveniente se tomar cuidado com a propagação dessas idéias e era de opinião que

*para o interior o espírito público tem recebido algum maligno influxo, e creio ser este, ao menos em parte, vindo de fora, talvez desses papéis venenosos que, apesar de todas as cautelas, se têm introduzido em todo o Reino Unido.*²⁴⁹

Diante das preleções acima declaradas é possível pensar na possibilidade de uma experiência sediciosa estar sendo arquitetada no Rodeador. Esta é também a suspeita da historiadora Jacqueline Hermann.²⁵⁰ As reflexões de István Jancsó²⁵¹ são aqui pertinentes, quando ele nos faz refletir que sendo a sedição *a revolução desejada*, fatos como esse são *muito mais perigosos para o status do que os violentos motins ou revoltas que mobilizavam grandes massas de homens em nome do “viva o rei, morra o mau governo”*, expressões de refutação que, porém, nunca procuraram promover uma total desfiguração da ordem, pelo contrário, buscaram restaurá-las.

Confessou o sacristão Manoel da Paixão que em cerca de quatro ou meses decidiu Silvestre armar o povo, bem como alertou sobre a entrada de novos sectários e as idas e vindas dos irmãos. Neste sentido é provável que a principal liderança do arraial pressentia ou sabia de alguma movimentação de tropas que se deslocavam do Recife para o Bonito para atacá-los. Por outro lado, a história desses homens tidos como profetas revela que eles geralmente preparam o povo arrebanhado em seu derredor para o pior. No Rodeador isto

²⁴⁶ Idem, p.161.

²⁴⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 45v.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*.

²⁴⁹ Carta de Luís do Rego Barreto, datada de 21 de outubro de 1820 ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op, cit, p. 162.

²⁵⁰ HERMANN, Jacqueline. *Sebastianismo e Sedição*, p. 133.

foi pertinente a partir do momento em que se persuadiu o povo de que o arraial poderia ser aniquilado e que, entretanto, o Rei Desejado os protegeria com um fabuloso exército,²⁵² quando então ninguém morreria nas refregas porque a *Senhora [da Pedra] os havia mandar em tudo*.²⁵³ A crença nessas alocações era tamanha que o coxo Antônio Luís, provavelmente não crendo na hipótese de ser atacado, propagava aos quatro ventos que se um dia isso viesse acontecer ele *haveria de dar um salto que imediatamente ficaria são, e tornaria de velho em menino*.²⁵⁴

Segundo se conclui das confissões do camponês José Fernandes Coutinho, um homem vindo do Bonito esteve com Silvestre na noite das refregas, alertando que o arraial seria atacado naquela noite. Neste interregno deliberou aquele líder que após as rezas todos estivessem a postos e atentos aos sinais que haveriam de aparecer.²⁵⁵ Muitos outros depoimentos informam sobre o projeto militar, que foi um dos temperos para a organização da resistência dos camponeses do Rodeador. O sonho de felicidade e a vivência em um lugar ausente de injustiças e a necessidade de um combate armado para o alcance dos objetivos encontraram na Cidade do Paraíso Terreal determinadas motivações além do plano religioso. A recusa daqueles homens em participar das fileiras das milícias ou ordenanças abre a possibilidade de eles se não sentirem súditos de um monarca que ali nada representava.²⁵⁶ As declarações abaixo comprovam o plano sedicioso e a fragilidade da imagem de Dom João VI naqueles ermos:

*Lamentavam a infelicidade dos que estavam fora da mesma [sic] , que quem ali estivesse podia estar seguro, e livre de tudo, e que ninguém governava sobre eles só Deus e el rei Dom Sebastião, e a Senhora, e que não temiam, nem obedeciam a mais ninguém, e que um dia haviam dali saírem e irem, e marcharem, em quantos estivessem em terra firme, e fariam [com] que [sic] todos obedecessem e seguissem aquela Santa Insinuação, e que não haveriam [sic] mais milicianos, nem soldados da primeira linha, e que tudo se havia acabar, em eles saindo daquele sítio, que já aquela sociedade tinha para cima de cento e cinqüenta homens, bem armados.(grifo nossos).*²⁵⁷

²⁵¹ JANCSÓ, István. Op. cit. p. 389.

²⁵² ANRJ. *Devassa*, p. 43v.

²⁵³ Idem, idem.

²⁵⁴ Idem, p. 46.

²⁵⁵ Idem, p. 94v.

²⁵⁶ HERMANN, Jacqueline. *Sebastianismo e Sedição*, p.140.

²⁵⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 40.

Se para muitos o rei português era uma espécie de divindade benévola, um pontífice máximo ungido e escolhido por Deus, na Cidade do Paraíso Terreal tais características eram vistas no imaginado Dom Sebastião. Se dos púlpitos das igrejas vozes se levantavam fazendo apologias e recomendando-se obediência ao rei, dos carrascais da Serra do Rodeador o povo, através das prédicas e dos ritos, ali organizados se preparava para receber um outro rei, a quem devotava confiança, pois este sim seria capaz de resolver os problemas que o soberano português lhes negava. Para a pesquisadora portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva,²⁵⁸ para que a imagem do rei se tornasse uma figura tão sublime entre seus súditos, a monarquia absoluta promovia eventos, entre eles o aniversário do rei, casamentos ou nascimentos de membros da família reinante. Lugarejos, vilas e cidades se arrumavam para assistir a queima de fogos, cavalhadas, desfile de tropas etc. Tudo isso era feito com muita perspicácia e com dúbia finalidade: além de se promover à imagem da realeza, o povo esquecia seus problemas por ocasião desses entretenimentos.

3.2. Vivências Religiosas

Para ser admitido na comunidade exigia-se um ritual particular que marcava a vida dos neófitos. Segundo escreveu Castoriades,²⁵⁹ essas cerimônias, ditas de *iniciação*, são importantes desde as sociedades mais antigas e ainda hoje subsistem. Na prática, o sacramento de entrada não apenas integrava cada componente na comunhão dos fiéis como também era uma afirmação de que todos ali se transformaram, passando a viver sob a égide de novos códigos diferentes das leis terrenas.²⁶⁰

Para o acesso de novos membros no seio da irmandade fundada por Silvestre, exigia-se que o converso se confessasse com os vigários ou capelães, condição *sine qua non* para obtenção do perdão de Deus. Segundo declarou o camponês José Fernandes, ordinariamente o convertido se confessava com os *padres José de Souza e [José Luís da Cunha] Bastos*.²⁶¹ O primeiro, residente no Sítio Riacho Seco o segundo, na Ribeira do

²⁵⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada*, p. 274.

²⁵⁹ CASTORIADES, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 157.

²⁶⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 134.

²⁶¹ Por ocasião da repressão à comunidade do Rodeador esteve o referido sacerdote prisioneiro para prestar esclarecimentos de seu provável envolvimento com a referida comunidade. APEJE, OG, códice 19, 1820-21, fl. 10. Padre José Luís da Cunha Bastos na realidade morava em seu engenho Ilha Grande, do termo de Água Preta. Em 1817 requereu ao governo pernambucano uma légua e três braças de terra, na ribeira do Una, cujo

Una. O camponês, sentindo dificuldade para encontrá-los, a exemplo da maioria dos conversos, confessou-se como mandaram: com a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo.²⁶²

Na realidade, como eram raras as visitas de sacerdotes à capela do Povoado de Bonito, isso porque, não sendo ela sede de paróquia, ou como se diziam na época de freguesia, as visitas sacerdotais dava-se vez outra pelos curas dos Bezerras, a cuja freguesia estava adstrita a mencionada ermida. Talvez, diante dessa e de outras dificuldades, optou-se no Rodeador que os postulantes se confessassem com os santos do oratório e antes de ser dada a penitência final deveriam rezar o ato de contrição. Quando os iniciantes estavam prestes a enfrentar a confissão, eram introduzidos no oratório por dois homens, sendo um deles José Fernandes, que tendo suas espadas desembainhadas conduziam-nos até o altar,

*onde juravam solenemente guardar segredo, e morrer na causa da defesa de Nosso Senhor Jesus Cristo e de el rei Dom Sebastião.*²⁶³

O tenente Antônio Ribeiro Freire, infiltrado naquele sítio como espia, quando da sua pretensa conversão, confessou-se com a santa e viu Silvestre, acolitado por Manoel Gomes, ir rezar, quando então

*postos de joelhos, armados de espada, pistolas e facas, e o José Fernandes, e o filho de [Manoel da] Paixão cada um também armado e com as espadas desembainhadas, um virado para a porta, o outro virado para o altar, e dizia o José Fernandes umas palavras se havia quem se opusesse àquela lei, e que fosse falso ao que ali se determinava e contra o que a Senhora determinava, e depois levantavam-se [sic] os que estavam de joelhos com as espadas na mão e faziam com que ele, testemunha desse duas patacas de entrada.*²⁶⁴

A esse depoimento acrescentou o lavrador Manoel da Paixão (Filho) que testemunhou Silvestre e Manoel Gomes arremessarem a espada deles e em seguida baterem três vezes uma na outra, proferindo algumas palavras em voz baixa, as quais nada

título de confirmação sesmarial só seria liberado em 12 de agosto de 1829. Nessas terras fundou o engenho Liberdade e posteriormente outras unidades açucareiras. APEJE, Documentos avulsos compilados como *Engenhos Centrais*. Em 1853 chamou o referido cura em seu engenho Barra do Camivou um tabelião, a fim de legalizar e perfilhar os filhos que tivera com Francisca de Jesus e com uma mulher não identificada na referida escritura. ACNB. *Livro de Notas n° 3*, fl. 49.

²⁶² ANRJ. *Devassa*, p. 23.

²⁶³ Idem, p. 22v.

entendeu.²⁶⁵ Escreveu Balandier²⁶⁶ que tipos de cerimônias como estas são revestidas de grande mistério e são inerentes aos ritos, que ao apelar para a sensibilidade e a imaginação do fiel explora o simbólico e conjuga linguagens.

As doutrinações de novos membros davam-se nos matos, nas ruas do povoado, nas feiras e em todos os recantos por onde se movia aquela gente, que se sentia atraída pelas promessas e pela beleza dos rituais ali praticados. O cabo Manoel da Silva, 30 anos, também ali infiltrado no serviço de espionagem, conversou com Silvestre, demonstrado convicções de se redimir, obtendo deste a seguinte resposta:

*[Se] confessasse três vezes com um padre, porém que se confessasse a uma imagem que ali lhe mostrou que vinha ser o mesmo, assim era preciso fazer uma petição a Nossa Senhora para ver se consentia que entrasse.*²⁶⁷

Posteriormente, o suplicante seria informado se a santa havia consentido ou não sua entrada no seio daquela comunidade. Caso semelhante aconteceu com o soldado Matias Ramos da Costa, que foi naquele sítio recebido pelos seus principais líderes, os quais lhe impuseram que se confessasse para que se sentisse preparado e limpo de consciência. Ao apontarem as virtudes da comunidade, disseram-lhe que *ali não entrava vento mal e que ninguém seria ofendido.*²⁶⁸ O pardo Manoel Lopes, 28 anos, trabalhador de enxada no Sítio do Meio, em Bonito, disse que estando nas cercanias do Rodeador para caçar e pescar foi abordado por Sebastião e João Batista para ir até o lugar do Paraíso Terreal conhecer as rezas que eram ali realizadas.²⁶⁹ Já o sertanejo dos cariris Bernardo Lopes da Silva disse à comissão processual que entrou naquela comunidade por conta própria, por achá-la *muito boa.*²⁷⁰ O convite ao camponês Antônio Pereira foi feito pelo próprio mentor da comunidade, que ao fazer-lhe a convocação perguntou-lhe se ele tinha ânimo para resistir com pólvora e bala a guerra que lhe viesse. Antônio disse que, se fosse para defender a Lei de Deus, estava pronto. Silvestre respondeu: *assim é que eu quero.*²⁷¹

²⁶⁴ Idem, p. 40.

²⁶⁵ Idem, p. 144.

²⁶⁶ BALANDIER, Georges. Op. cit. p. 31.

²⁶⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 44v.

²⁶⁸ Idem, p. 46v.

²⁶⁹ Idem, p. 99v.

²⁷⁰ Idem, p. 113.

²⁷¹ Idem, p. 95.

Não muito diferente do colóquio acima citado, esclareceu o ferreiro José Fernandes que as bases da religião ali professada consistiam na defesa da *causa da verdadeira fé e religião de Nosso Senhor Jesus Cristo e de el rei Dom Sebastião*. Entretanto, para que fosse concretizada a sedição sebastianista, todos

*deviam estar bem armados para poderem combater contra quem opusesse (...) este fim e que depois quando tivessem maior número devia sair, tomar Pernambuco e dirigirem-se para resgatar os lugares santos de Jerusalém.*²⁷²

Por ocasião da guerra, comentava-se que Dom Sebastião enviaria embaixadores para dialogar com os descrentes, quando então haveria a grande conversão, momento em que as forças do Rodeador seriam dobradas, facilitando a sedição.²⁷³ À primeira vista, para se filiar à referida irmandade o eleito deveria despende duas patacas, para os solteiros e o dobro, para os casados. Os diversos depoimentos dos referidos camponeses esclarecem que muitos dos que ali entraram pagaram muito menos do exigido, como também houve aqueles que nada tinham e nada pagaram.²⁷⁴ Para estes, exigia-se que cumprissem algumas penitências.²⁷⁵ Segundo o depoimento do negociante Bento José do Nascimento, após os referidos ritos, recebiam os neófitos carta de profissão. Perguntando-se sobre o que se faziam com o dinheiro amealhado, responderam que era para *um benefício*.²⁷⁶

Após a confissão os conversos iam ter com Silvestre, que, dizendo dialogar com a santa, ministrava-lhes as devidas penitências, dizendo ao iniciante que todos seriam premiados no momento da quebra do encanto do rei. Entretanto, para que isso fosse concretizado, recomendava-se que aquele povo seguisse as normas ali infundidas. Os prosélitos eram advertidos a manter sigilo de tudo que viam e ouviam e dizer que *ninguém*

²⁷² Idem, pp. 22-23.

²⁷³ Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 161.

²⁷⁴ A prática de se pagar algumas importância para se fazer parte de uma irmandade religiosa não era uma invenção imposta na comunidade em tela. As confrarias coloniais cobravam taxas, as quais variavam de uma para outra. Na confraria de N. S. do Socorro, fundada na Igreja de São Domingos, no Rio de Janeiro, os irmãos pagavam de entrada 960 réis, enquanto a irmandade do Santíssimo Sacramento, organizada na Igreja da Candelária, também no Rio de Janeiro, composta de altos comerciantes ou a Irmandade do Senhor dos Passos à qual integravam membros da família real, as contribuições eram mais elevadas. As irmandades de homens de cor, entre outras funções, serviam para controlar o comportamento da população negra e mulata, mantendo-os dentro da redoma da ortodoxia católica além de vigiá-los para que em seio não houvesse feiticeiros, fujões, ladrões etc. Destarte, as confrarias serviam também para expulsar os intentos rebeldes e ameaçadores da ordem. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada*, pp. 283-84 e 287-88.

²⁷⁵ ANRJ. *Devassa*, p. 24.

²⁷⁶ Idem, pp. 51v e 70.

*fizesse coisa alguma sem a Senhora o mandar pela boca de Silvestre.*²⁷⁷ A prática do segredo é como uma espécie de privilégio de poder e está relacionada diretamente com a traição.²⁷⁸ Ao se incutir a necessidade de se manter tudo em completo silêncio, prevenia-se o futuro desbarate da comunidade.

O fervor religioso era ali aguçado por meio de reza, novena, milagre, revelações e anúncio da comunicação quase que cotidiana entre o líder do grupo com a santa do Oratório. Mesmo afastados da igreja institucionalizada a ela estavam ligados, pois a cada postulante era exigido confessar-se com qualquer padre existente naqueles ermos. Segundo os depoimentos, a idéia de hostilidade ao clero. Aliás, este era reconhecido, entretanto não representava o principal elemento da religiosidade daquele povo. A relação com Deus era intermediada pelo principal líder, que entrava em sintonia com a santa do Oratório. Mesmo divergindo nesse aspecto da religião oficial, não se chegou a constatar *que [eles] praticassem heresias*, declarou o negociante Bento José do Nascimento.²⁷⁹

A semelhança de outros movimentos da mesma natureza, o caso dos sebastianistas da Pedra do Rodeador foi uma resposta às condições sociais pelas quais passava o povo. No entanto, em sua essência, neles estão implícitas as idéias de uma salvação imediata, cujos

*ritos sobrepõem-se aos assuntos laicos; um novo tipo de vida comunal se organiza seguindo novos tipos de estrutura e de orientação de valores.*²⁸⁰

Por ocasião da conversão do sertanejo Antônio Pereira, cunhado de Silvestre, um outro fato ficou esclarecido: embora havendo naquela comunidade preparação simbólica de corpos militares, eles não seriam utilizados na luta contra os incrédulos, pois a conversão dos descrentes se daria voluntariamente. Diante de tantas riquezas prometidas por seu cunhado, ficou desejoso de as possuir e se comprometeu

²⁷⁷ Idem, pp. 92 e 94v.

²⁷⁸ PIERONI, Geraldo. Op. Cit. pp. 238-239.

²⁷⁹ ANRJ. *Devassa*, pp. 67 e 67v.

²⁸⁰ RIBEIRO, René. Op. cit. p. 235.

*a conquistar a Casa Santa de Jerusalém e o Paraíso Terreal e a destruir todos aqueles que se opusessem a tão sagrado fim, pugnando pela lei de Deus, (...) que se deveriam reunir bem armados. (...) Ele, à vista de tantas venturas, aceitou. (...) Então o dito seu cunhado lhe mandou [sic] ensinar por outro um grande número de orações (que ele aceitou e que por serem cheias de superstição não as transcrevemos) e depois continuou a trabalhar com ele a bem do santo, fim a que se tinham proposto.*²⁸¹

O terço, devotado no Rodeador, era rezado há bastante tempo, fazia parte dos ritos chamados *Santos Louvores* ou *Santas Insinuações* e atraía não apenas os crentes sebásticos, mas também uma boa parte da população do Povoado de Bonito e de suas cercanias. A sesmeira Águida Maria dos Santos,²⁸² senhora das terras da Bananeira, distante pouca léguas de Bonito, 40 anos, viúva de Bento Fernandes Pinheiro,²⁸³ foi denunciada por ter ido a um daqueles encontros religiosos. Ao se defender perante o ouvidor Antero José da Maia e Silva, esclareceu que teria ido uma vez àquele lugar, cujas práticas religiosas ao seu ver não eram contra a religião católica. Comentou que foi convidada por Felipe para se associar a uma irmandade ali organizada, o que *recusou por ficar muito longe* de sua herdade.²⁸⁴ A princípio as orações eram realizadas nas próprias residências dos camponeses; diante da concorrência do povo, foram transferidas para um pequeno mocambo, que fazia as vezes de capela. Dado o crescimento demográfico do arraial, foi o culto posteriormente remanejado para um outro mocambo de maiores proporções, construído por aquele povo *junto a uma pedra que ficava em pouca distância no princípio da serra, e para ali mudaram algumas imagens que tinham, o que aconteceu há menos de um ano* (1819), declarou o capitão de cavalaria José Pedro Ferraz de Azevedo, que participou do cerco àquele povo na noite de 26 de outubro de 1820.²⁸⁵

Segundo se persuadiu, uma daquelas imagens, a da Virgem, era milagrosa, fato que se tornou um chamariz de romeiros, os quais constantemente procuravam-na à espera de milagres. No oratório rezavam-se *todas as rezas que se costumam rezar*,²⁸⁶ disse Manoel Pereira Pinto, cunhado de Silvestre, e elas tinham as cores do catolicismo mesclado às características locais. Por ocasião dos *Santos Louvores*, as cerimônias tinham

²⁸¹ ANRJ. *Devassa*, p. 24.

²⁸² Em 24 de julho de 1815 foi contemplada com um quarto de légua de terra no Sítio Bananeira, cujas terras confrontavam com as terras que foram doadas pela Coroa para logradouro da Povoação do Bonito. CABRAL, Flavio José Gomes. Op. cit. p. 36.

²⁸³ ACNB. *Livro nº 1*, fl. 13.

²⁸⁴ ANRJ. *Devassa*, p. 59.

²⁸⁵ Idem, p. 57.

duração de três horas, momento em que se rezavam, além do terço, o ofício de Nossa Senhora e as ladainhas. Nesses encontros noturnos distribuía-se entre os fiéis papéis nos quais figurava o desenho da cruz contendo orações de autoria de Francisco Gomes, que *era metido a poeta*, asseverou o soldado Joaquim José de Vasconcelos. O depoente recebeu uma dessas orações das mãos de Manoel Gomes, que o convidou a ingressar na referida irmandade, convencendo-o, também, a memorizá-las. Uma delas iniciava com o seguinte preâmbulo: *Alto e Poderoso Senhor, el rei Dom João de Deus...*²⁸⁷

Todas as orações eram presididas por Silvestre e seu acólito Manoel Gomes das Virgens, ocasião em que se ouviam da boca do primeiro as revelações de Nossa Senhora. Neste solene momento, alguns homens, de espada em punho, como sentinelas, pronunciavam palavras questionadoras sobre quem se opunha àquela ordem.²⁸⁸ Neste interregno os fiéis veneravam, além das referidas imagens, um pequeno caixão que, segundo se afirmava, continha a coroa de Dom Sebastião.²⁸⁹ O alferes Francisco de Paula Simões, ao comentar o comportamento dos sertanejos do Rodeador, achou que tudo não passava de puro fanatismo, rezas e ritos que, segundo suas convicções eram inerentes aos *rústicos*.²⁹⁰

3.3. O Dia do Milagre

Em uma daquelas reuniões, anunciou Silvestre que na noite de 25 de outubro a santa do Oratório, que sempre permanecia guardada em uma caixa, iria se revelar ao povo. Vaticinou que por ocasião da aparição da Virgem, luzes abririam clarões no meio da noite, anunciando o grande prodígio. O comentário foi tamanho que no dia do pretense milagre acorreram curiosos e piedosos em grande quantidade. Segundo consta, ao arraial sebástico,

²⁸⁶ Idem, p.115.

²⁸⁷ Infelizmente o escrivão não registrou nos altos da devassa o teor total da referida oração. Idem, p. 81

²⁸⁸ Idem, p. 81v.

²⁸⁹ Idem, p. 55v.

²⁹⁰ Maria Isaura Pereira de Queiroz, citando Antônio Cândido de Mello e Sousa, abriu discussão sobre este termo quando o referido autor preferiu a denominação de população *rústica* a *cabocla* ou *caipira*, pois aquele termo na sua origem quer dizer mestiço de branco e índio, e esse uma expressão paulista. Rústica, para Antônio Cândido relaciona-se ao universo das culturas tradicionais do homem do campo resultantes do ajustamento do *colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços de cultura original, seja por transferência e modificação dos traços de cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine*. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit. p. 162. Para Marcos Antônio Villa, o conceito de catolicismo rústico não seria o mais apropriado às formas de religiosidade do sertanejo, pois segundo suas convicções, rústico *pressupõe a existência de um catolicismo mais elaborado*, então adotado pela elite, e o outro, de qualidade inferior, seria o produto da *falta de conhecimento religiosos*. VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 37.

apinharam-se cerca de 400 pessoas entre homens, mulheres e crianças. Rita Simplícia, branca, solteira, 25 anos, residente em Bonito, foi uma dessas devotas que crendo ou não na aparição da Virgem se dirigiu ao Rodeador na prometida noite do milagre. Ao ser inquirida pelo ouvidor Antero José da Maia e Silva afirmou que foi ali *levada pela devoção e curiosidade por se ter dito que ali havia uma Senhora em um oratório, que havia de falar.*²⁹¹

Durante os dias que antecederam ao prometido dia em que a santa se manifestaria, registrou-se intenso rebuliço de peregrinos que abandonavam seus roçados e outros misteres em busca do prodígio. Algumas outras figuras da sociedade bonitense, levadas pela curiosidade ou pela religiosidade, também se mobilizaram e foram ao encontro de algum milagre. Para Mircea Eliade,²⁹² este tipo de peregrinação corresponde a uma incontida nostalgia do paraíso. O espírito latente de viver em um lugar sagrado que remonte e reviva o estado primordial da humanidade na sua intimidade com Deus induz o homem a manifestar seus sentimentos religiosos de fé, de penitência e busca de lugares que se dizem prodigiosos. Por outro lado, convictos de seu estado irregular com Deus, muitos se dão às meditações, às rezas, às romarias e até às flagelações como meio de superar suas faltas.

Chegando o dia prometido, como de hábito, o povo se reuniu em derredor do oratório, rezando e cantando os cânticos costumeiros. Nesse interregno, quando se falava dos sinais do céu e das promessas da santa, testemunharam-se no meio da escuridão, contornando as abas das serras, dezenas de luzes. Como dias antes havia-se falado em sinais que apareceriam no céu,²⁹³ os quais antecipariam a aparição de Nossa Senhora, o povo dando graça, desejou ir ao encontro do fantástico fenômeno. Naquele momento, confessou o camponês Serafim José de Oliveira, 25 anos, trabalhador de enxada no Sítio Gengibre, que olhando Silvestre para aquelas luzes, esbravejou, apontando para o misterioso fenômeno: *lá estava o sinal que ele não enganava.*²⁹⁴ Posteriormente, informou o referido camponês, findas as rezas, tiveram início as *Santas marchas* e ao término desta pôs-se o ferreiro José Fernandes a *ler um livro.*²⁹⁵ Na ocasião, escutaram-se sons de

²⁹¹ ANRJ. *Devassa*. P. 73.

²⁹² Apud PIAZZA, Waldomiro. *Introdução à Fenomenologia Religiosa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983, pp. 120-21.

²⁹³ ANRJ. *Devassa*, p. 11v.

²⁹⁴ *Idem*, p. 109.

²⁹⁵ *Idem*, p. 109.

cornetas, que quebravam o silêncio da noite.²⁹⁶ Na realidade o arraial estava sendo cercado pelas tropas destinadas a destruí-lo. Percebendo o que estava para acontecer, Manoel Gomes das Virgens rogava para aquelas pessoas que não fossem ao encontro das luzes.²⁹⁷

Neste ínterim presenciou o coxo Antônio Luís Rodrigues quando Silvestre se ausentou do local, dizendo ir rezar e obter da santa, informações e logo em seguida apoderou-se de uma caixa na qual estava encerrada a imagem de Nossa Senhora e a do Bom Jesus, e desaparecendo na escuridão.²⁹⁸ O trabalhador Serafim José de Oliveira testemunhou que na ocasião em que as cornetas ecoavam, Silvestre dizia: *estamos cercados de tropas* e quando alguns iam evadir, os *que estavam há muito tempo na sociedade, pegando todos em armas* disseram que *dali ninguém se deveria sair e que todos deveriam defender el rei Dom Sebastião*.²⁹⁹

Induzidos a lutar em nome de Dom Sebastião e na defesa da fé, os soldados do arraial sebastianista e alguns camponeses ali reunidos foram à luta, crentes que estavam invisíveis. O depoente José Fernandes Coutinho afirmou que dias ou momentos antes do cerco, um homem vindo do Povoado de Bonito foi àquele sítio, conversou demoradamente com Silvestre, pondo sobre aviso que tropas se deslocaram do Recife para intimidá-los. Posteriormente os moradores do arraial souberam que deveriam se reunir, cada qual portando suas armas, pois haveria de aparecer naquele dia o *senal que a Senhora mandava*.³⁰⁰ Quando o ouvidor do Recife esteve em Bonito, ouviu alguns dos habitantes, entre eles Gonçalo Nunes da Fonseca, pessoa de prestígio na localidade, casado, 43 anos, que sob juramento informou que no Rodeador foi encontrado, após o cerco,

um pequeno realejo de corda com que fingia a fala de uma imagem sendo o autor desta impostura um Silvestre de Tal, um seu cunhado apelidado Paixão e um Antônio Gomes, sapateiro.³⁰¹

²⁹⁶ Idem, p. 11v.

²⁹⁷ Idem, p. 110v.

²⁹⁸ Idem, p. 106v.

²⁹⁹ Idem, p. 109v.

³⁰⁰ Idem, p. 94v.

³⁰¹ Idem, p. 59.

CAPÍTULO 4

A EXPULSÃO DO PARAÍSO

*E hoje sem terra e sem moradia
vive na periferia solitário e sem
razão.
Agora nem João, nem Maria, só
revoltas todo dia na procura do seu
chão.
Xavantinho³⁰²*

4.1. Desconfianças e Denúncias

O adensamento de pessoas no arraial do paraíso Terreal começou a despertar receio aos habitantes e às autoridades do Povoamento do Bonito. Segundo Benício das Chagas³⁰³ e posteriormente reiterado por Pereira da Costa,³⁰⁴ não podendo os líderes receio aos habitantes e às autoridades de Bonito. Segundo Benício das Chagas³⁰⁵ e posteriormente reiterado por Pereira da Costa,³⁰⁶ não podendo os líderes daquele lugar atender a todos que ali habitavam passaram a fingir, vez outra, os bonitenses. Estes, amedrontados diante do desconhecido, viram-se obrigados a atendê-los em suas reivindicações ora com dinheiro, gado e fazendas, ora com outros artigos necessários à vida daquele povo. Por causa dessas intimidações e temendo um ataque inesperado, reclamaram os moradores do Povoado de Bonito providências ao comandante militar do distrito, pedindo que ele coibisse aqueles abusos promovendo a varredura do Rodeador.

Acreditamos que o afluxo de gente, principalmente desempregada, que procurava a Cidade do Paraíso Terreal certamente inquietou os bonitenses. Imbuídos dos velhos preconceitos sobre o pobre, assomados ao medo diante do desconhecido, certamente estes aspectos fizeram aflorar receios sobre aquela gente. Em momentos como estes é comum vir à tona o medo do outro, manifestado em certos clichês: são *cruéis e sanguinários*,

³⁰² Apud VOESE, Ingo. *O Movimento dos sem-terras na Imprensa: um exercício de análise de discurso*. Injuí: Ed. Injuí, 1977, p. 73.

³⁰³ CHAGAS, Francisco Benício das. Op. cit. pp. 71-72.

³⁰⁴ COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 91, vol. 8.

³⁰⁵ CHAGAS, Francisco Benício das. Op. cit. pp. 71-72.

³⁰⁶ COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 91, vol. 8.

grosseiros, maus católicos, pecadores, mal vestidos, gente que tudo se enfurece etc.³⁰⁷ Se estes medos e preconceitos se fizeram presentes não se sabe, pois não consta que os sebastianistas promoveram pilhagens a fazendeiros e aos moradores do Bonito. No rol das testemunhas ouvidas pelo ouvidor Antero José da Maia e Silva, ouvidor da Comarca do Recife, nenhum dos ouvidos confirmaram terem sido fintados por aquele povo.

João Francisco da Silva, senhor do Rodeador, esclareceu que o referido povo era *temível, se bem que não furtavam nem fazia mal a ninguém*.³⁰⁸ Manoel Gomes Cabral, branco, casado, 60 anos, capitão de ordenanças, proprietário das terras do Riacho Seco desde fins do século XVIII, comentou que não era de seu conhecimento que os referidos camponeses *furtassem coisa alguma da vizinhança*, ao contrário, pelo que sabia ninguém arredava o pé da comunidade.³⁰⁹ Semelhantes testemunhos foram prestados pelo negociante de gado José Manoel de Lima, casado, 60 anos³¹⁰ e outros e por outros elementos da classe dominante local.

Diante desses receios, alguns fantasmas começaram a assombrar as autoridades locais, que diante aos quadros de insatisfações vividos nos momentos antes e após 1817, passaram a desconfiar de que no Rodeador algo muito estranho se passava. Dentro desta ótica o capitão Manoel Bezerra de Melo, que no momento assumia provisoriamente a chefia das ordenanças locais, denunciava, através de ofício exarado em 3 de setembro de 1820 ao capitão-mor José Luís da Rocha,³¹¹ de Santo Antão, que

*neste lugar do Bonito, no sítio denominando Rodeador, achava-se um coito com pé de 50 para 80 homens e mulheres de diferentes cores (armados seduzindo outros, lhes prometendo a felicidade e haveres celestes).*³¹²

Informado o governador pelo capitão-mor santantense das ocorrências do distrito do Bonito, logo o monarca seria cientificado daquelas ocorrências. Achava prudente Luís do Rego Barreto que o arraial sebástico fosse merecedor de toda deferência. Em carta enviada para a corte no dia 21 de outubro de 1820, tecia o governador alguns comentários

³⁰⁷ DELUMEAU, Jean. *História do Medo*, p. 54.

³⁰⁸ ANRJ. *Devassa*, p. 60v.

³⁰⁹ Idem, p. 61v.

³¹⁰ Idem, pp. 62 e 63v.

³¹¹ Foi confirmado no referido posto em 5 de agosto de 1812. APEJE. P.r. Códice 5, 1778-1821. fl. 40. Como o distrito do Bonito estava na jurisdição da Vila de Santo Antão, a esta autoridade competia a segurança do referido povoado.

³¹² ANRJ. *Devassa*, p. 120.

ainda não muito cristalinos sobre o comportamento dos habitantes da Cidade do Paraíso Terreal:

Os homens que o compõe passam de duzentos, mas também porque estes atraem a si muita gente com as armas da persuasão. O autor desta infernal quadrilha, cujo nome é fulano Paixão, serviu-se (talvez por indução de pessoa mais astuta) de formar um sistema de superstição fundado em coisas d'el rei Dom Sebastião, que há de (dizem) combater com eles no dia em que forem acometidos.(...) Fazem iniciar muitos crédulos no bando milagroso, e têm mesmo iludido famílias: contam milagres, e dizem que há na serra aonde se vêem esgrimar espadas (creio que por mão invisível) e debaixo desta pedra, esperam eles que sairá Dom Sebastião e o seu exército no dia da batalha. No momento da iniciação, obrigam os candidatos ou adeptos a confessar-se e fazer penitência, e porque um clérigo (cujo nome ignoro), que os confessava, o recusou fazer, sabendo qual era o motivo da confissão, hoje se confessam a uma imagem da Virgem, e quem os absolve e lhes impõe penitência é uma filha do tal Paixão.

³¹³

À proporção que novas notícias vinham de Bonito, o governo ia deixando o rei informado dos acontecimentos. Em 30 de outubro, o ofício que partiu do Recife com destino à corte identificava os objetivos daquela comunidade; propiciar *um cisma religioso e político ao qual era preciso o quanto antes pôr obstáculos*.³¹⁴ O medo de um complô se infiltrava entre as autoridades pernambucanas. E tudo isso se fundamentava à medida que boatos inquietantes e maldosos circulavam. Jean Delumeau³¹⁵ explica que quase sempre esses boatos têm fundamentos. Muitas vezes o grito dos excluídos vem amadurecendo numa espera nervosa, bastando qualquer faísca para incendiar a pólvora. Na França do século XVII, era tamanha a ansiedade dos camponeses diante do fisco que bastava lançar um boato de novo imposto e explodia uma arruaça popular. Como nos reportamos alhures, o momento da fundação do arraial sebástico era propício a se pensar que algo de novo se passava naqueles sertões para além de pequenas insatisfações. Mais uma vez vale citar as balizadas palavras de Delumeau quando entende que *quanto mais intenso for o medo coletivo, mais se terá tendência de acreditar em vastas conjurações apoiadas em ramificações diversas*.³¹⁶

³¹³ Carta de Luís do Rego Barreto ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 21 de outubro de 1820. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 160.

³¹⁴ ANRJ. *Devassa*, p. 25v.

³¹⁵ DELUNEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*, p. 182.

³¹⁶ *Idem*, p. 184.

Analisando parte do teor das correspondências do governador anteriormente transcritas, nota-se a preocupação do missivista em rotular o povo do Paraíso Terreal de cismáticos e de maquinarem contra el rei. Essas suspeitas se concretizam ao se descobrir que a comissão inquisitorial, entre os vários questionamentos feitos aos camponeses detidos em Recife, quis saber dos prisioneiros se conheciam o motivo de sua reclusão. O camponês Antônio Pereira, por exemplo, explicou que segundo ouviu dizer ele e outros companheiros de infortúnio se encontravam reclusos pelo fato de estarem *levantados contra o nosso rei [Dom João VI]*.³¹⁷ Na realidade, o que transparece é que a autoridade do monarca parecia estar associada à obrigatoriedade de seus súditos comungarem do mesmo credo religioso de seu rei.

Em outros tempos o enfraquecimento da religião do rei era assunto de Estado.³¹⁸ A apuração desse tipo de dolo estava a cargo de um tribunal eclesiástico, sendo o mais importante o do Santo Ofício, criado em Portugal em 1536 e abolido com a Revolução de 1820. No Brasil, em virtude aos acordos assinados com a Inglaterra em 1810, antecipou-se a extinção do referido tribunal.³¹⁹ Esta associação do governador em querer vincular a religiosidade dos camponeses do Rodeador a crime de Estado seria negada pelo ouvidor do Recife em seu libelo, fato que custaria muita discórdia entre aquelas autoridades.

O governador, homem de larga experiência nos campos napoleônicos, praticamente foi escolhido a dedo para chefiar uma província de fama de rebeldia como a de Pernambuco. De imediato, se bateu no desbarato de alguns intentos indóceis das comoções de 1817, contra grupos de bandoleiros e toda sorte de aglomerações ou reuniões tidas como clandestinas. Provavelmente não queria ser acusado de indolente como seu antecessor, que nos cárceres do Rio de Janeiro era repudiado pela falta de punho e de não ter a perspicácia para debelar a crise de 1817 antes de ela ter chegado às ruas.³²⁰ Neste interregno, desconfiado de que elementos que se envolveram nas comoções que infernizaram a Província três anos antes estavam metidos no meio dos sebastianistas, resolveu cortar o mal pela raiz. Desse modo, elementos das milícias locais passando por

³¹⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 95v.

³¹⁸ CAVALCANTI, Carlos André Macedo. *O Imaginário da Inquisição. Desmitologização de valores no tribunal do santo ofício, no direito inquisitorial e nas narrativas do medo de bruxa (Portugal e Brasil, 1536-1821)*. Recife, 2001. f. 117 (Doutorado em História) – UFPE.

³¹⁹ Lara, Sílvia Hunold. Op. cit. p. 55.

³²⁰ Cópia do traslado do auto de perguntas feitas a Caetano Pinto de Miranda Montenegro que se acha à fl. 82, vol. 3º da *Devassa da Rebelião de Pernambuco em 1817*, existente no Arquivo do Império. In *RIAHPG*. Recife, nº 40, pp. 90-97, 1891.

conversos são infiltrados no Rodeador na visão de apurar os movimentos diários daquele povo.

4.2. Planos de Operações

Sabendo o governo das movimentações cotidianas dos camponeses do Sítio do Rodeador deliberou de imediato sua repressão, pois temia, ante as tensões que abalavam a capitania, que ali se fomentavam tropas revolucionárias. As diversas correspondências do governador para o Ministério do Reino praticamente demonstram esse medo. Ademais, o fantasma de uma sedição não foi descartado, porque o caso do Rodeador não podia ser desvinculado das ocorrências de 1817, que o antecederam.³²¹ Em face da capacidade que era peculiar ao homem livre de vencer distâncias, achou prudente mobilizar várias tropas para invadir de assalto e à noite quando todos estivessem entretidos em suas orações à espera de milagres. Desse modo, se evitariam evasões, pois todas as estradas estariam vigiadas e, assim, evadidos não poderiam *fundar nova fábrica de milagres*.³²²

Diante do exposto, resolveu o governador comandar *in loco* as colunas militares que se mobilizavam no Recife para a guerra. Como de hábito, quando se ausentava da governança, deixava em seu lugar o marechal-de-campo Luís Antônio Salazar Moscoso,³²³ que tomou conhecimento de sua nova responsabilidade por ofício datado de 21 de outubro.³²⁴ Entretanto, desde as últimas horas do dia 20, partiram com direção a Bonito dois batalhões de caçadores e as provisões necessárias para a estada das tropas no interior. Quando estava prestes a partir, foi o governador apanhado de assalto com a chegada do pacote inglês Cresterfiel portador das primeiras notícias advindas de Portugal sobre a rebelião deflagrada na cidade do Porto, em 24 de agosto de 1820.³²⁵ Por causa disso, permaneceu no Recife, objetivando frear os possíveis ventos liberais por aqui, confiando ao marechal-de-campo Moscoso a tarefa de substituí-lo na chefia das tropas.³²⁶

³²¹ AMARAL, Francisco Pacífico do. Op. cit. pp. 221-222. HERMANN, Jacqueline. *Sebastianismo*, p. 136.

³²² ANRJ. *Devassa*, pp. 181 e 182.

³²³ Moscoso era brigadeiro efetivo de infantaria e foi promovido a marechal-de-campo pelo rei em 20 de dezembro de 1819. APEJE. P.r, códice 8, 1818-19, fls. 127-28.

³²⁴ APEJE. O.G, códice 1820, fl. 3v.

³²⁵ ANRJ. *Devassa*, pp. 26v, 27, 185v e 186.

³²⁶ APEJE. O.G, códice 19, 1820, fl. 3v. A carta de 21 de outubro de 1820 que o governador escreveu para a Corte do Rio de Janeiro dava ciência de sua partida para Bonito a fim de desmanchar a Cidade do Paraíso Terreal. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. 161.

Em Bonito, a falta de prudência no manejo das operações de guerra concorreu para que houvesse perdas de vidas entre os camponeses e os soldados. Tais atitudes foram alvo de críticas, inclusive do próprio D. João VI, que por carta régia datada de 12 de janeiro de 1821 lamentou os acontecimentos.³²⁷ Entretanto, Luís do Rego Barreto, ao redigir sua famosa *Memória Justificativa*, tentou esclarecer aquele contratempo pondo a culpa nos comandantes militares. Na *Memória*, sublinhou que sua ausência no campo de ação causou falta e se ali estivesse nada daquilo teria ocorrido.³²⁸

Os dois batalhões de caçadores que partiram para Bonito estavam cada qual sob os comandos do tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira e do major José de Moraes Madureira Lobo, respectivamente chefe do primeiro e do segundo batalhões. Nessa empreitada também seguiu viagem um pequeno esquadrão de cavalaria de linha sob a chefia do capitão Resende. No meio do caminho, juntaram-se ao grupo os batalhões de milícias de Limoeiro e Bezerros, que no Povoado de Bonito se juntariam com o batalhão de milícias deste povoado, e um batalhão da meia-brigada de cavalaria.

O marechal-de-campo Salazar Moscoso, que deveria comandar as operações de guerra, diante dos contratempos em Recife, deixou esta vila com bastante retardo, não conseguindo alcançar as colunas que tinham partido havia bastante tempo. No momento em que se deslocava para o interior, teve que enfrentar alguns atropelos na viagem ocasionados pelas fortes chuvas que o impediram de avançar. Isso porque os caminhos se tornaram intransponíveis, os rios avançaram sobre as estradas e outros trechos se transformaram em um verdadeiro mar de lama. Vencida a distância e os obstáculos, só chegariam a seu destino quando tudo estava consumado.³²⁹

Antes da partida das tropas recifenses, deliberou o governador que a tesouraria militar fizesse o adiantamento do soldo do mês de novembro aos oficiais do 2º Regimento de Infantaria do Exército de Portugal e ao destacamento dos batalhões que marchariam para o interior da capitania, alegando que eles não tinham prazo previsto para deixar o Povoado de Bonito.³³⁰ Do Recife as tropas fizeram um pequeno pouso para o descanso dos animais na Vila de Santo Antônio.³³¹ Nesta localidade despense o almotacé³³² a favor

³²⁷ APEJE. OR, códice 41, 1820, fl. 87.

³²⁸ BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p.18. ANRJ. *Devassa*, pp. 26v e 27.

³²⁹ Idem, p. 18. ANRJ. *Devassa*, pp. 26v e 27

³³⁰ APEJE. R. Pro, 7/4, 1819-21, fl. 245.

³³¹ COSTA, Pereira da. Op. cit. pp. 93-94, vol. 8.

³³² Funcionário nomeado pela câmara municipal cuja atribuição era fiscalizar o abastecimento dos gêneros bem como observar as obras públicas. SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 71.

daqueles soldados a importância de 166\$460 em farinha e carne verde para manutenção das tropas.³³³

Marchando até alcançar a Vila de Limoeiro o major José de Moraes Madureira Lobo, comandante da 1ª linha e da 2ª brigada, naquela vila, após ter recebido informações de elementos infiltrados na Serra do Rodeador, escreveu em 20 de outubro de 1820 extensa missiva ao governador relatando com detalhes o itinerário e estratégias para intimidar a referida comunidade rural. Segundo suas convicções, tanto a primeira e segunda linhas deveriam marchar no mesmo dia, de modo que esta última tomasse os rumos do sul, leste e oeste isso daria margem para que a primeira linha caminhasse até alcançar a madrugada de 27 de outubro, quando se esperaria o alvorecer do dia para intimidar e invadir a referida comunidade. Achava conveniente que todos os pontos estratégicos da serra fossem postos sob vigilância, evitando-se a evasão do povo no momento do cerco.³³⁴

Sabendo-se que o arraial sebastico se encontrava armado e com homens mais ou menos treinados, o fato pôs em desconfiança Madureira Lobo. Este marchando com 1.200 cartuchos de balas e não tendo conhecimento prévio de quanto dispunha a Cidade do Paraíso Terreal de munições de guerra propôs a Luís do Rego Barreto que lhe remetesse até o dia 22, maior quantidade de material bélico *o qual pode Vossa Excelência mandar entregar uma porção ao Batalhão de Sirinhaém*,³³⁵ que naquele momento se preparava para deslocar-se também para Bonito.

No momento em que a referida correspondência estava prestes a ser expedida, um pombeiro informante dos oficiais infiltrados no Rodeador punha em evidência que o povo de Silvestre tinha conhecimento de que tropas do governo se deslocavam para atacá-los. Diante das novidades o major sentiu receio e refez o pedido, solicitando do governador 4.000 provimentos de chumbo, os quais deveriam ser conduzidos em três cargas para serem fracionadas entre os corpos de milícias.³³⁶ O experimentado capitão-general tinha a convicção de que tudo passava de artimanhas dos rurícolas e que estavam ganhando tempo para prepararem a resistência com o motivo de apresentarem novos milagres.³³⁷

Da Vila de Limoeiro marchou Madureira Lobo para o Povoado de São José dos Bezerros, na ribeira do rio Ipojuca, quando então arquitetou novo plano de ataque. Achou conveniente antecipar o cerco da noite do dia 25 para 26 de outubro de 1820, quando teve

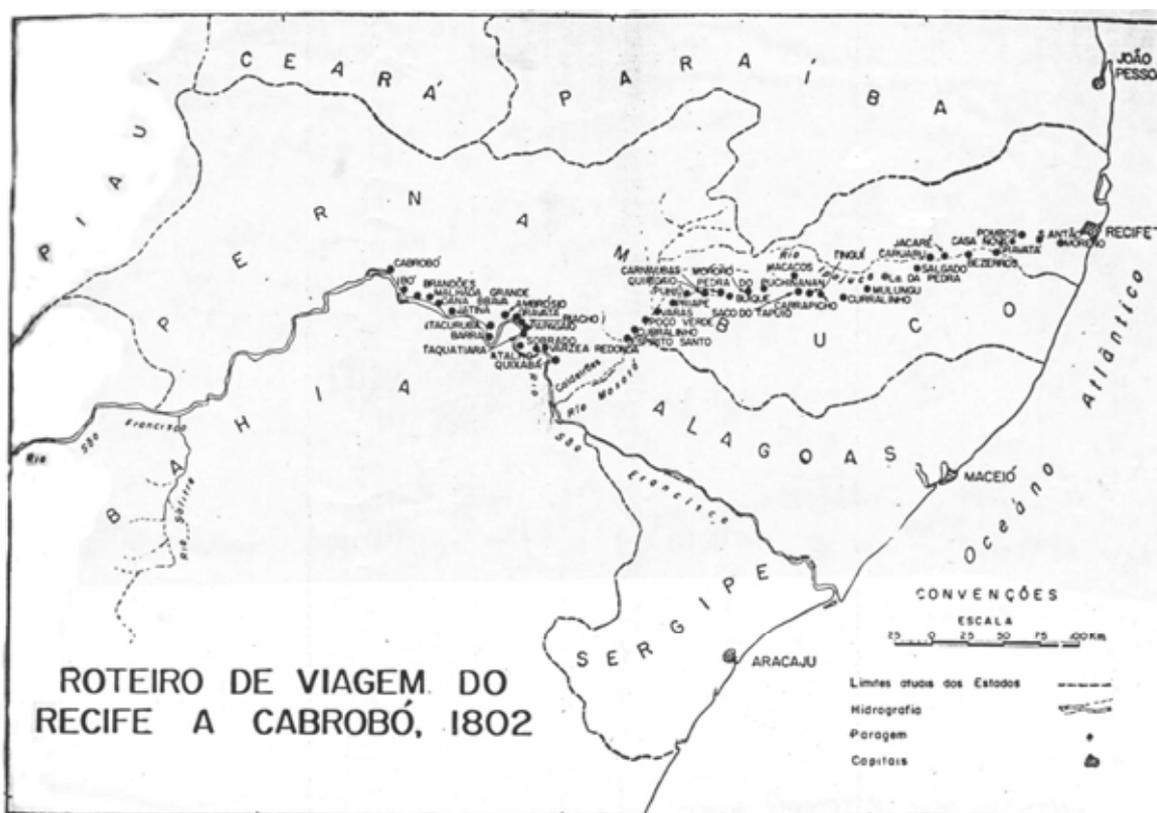
³³³ APEJE. R.Pro, 7/4, 1819-21, fl. 240v.

³³⁴ ANRJ. *Devassa*, pp. 6 e 6v.

³³⁵ Idem, p. 6v.

³³⁶ Idem, pp. 8 e 9.

conhecimento de que os camponeses se reuniriam na noite do dia 25 para esperar a aparição de Nossa Senhora. Destarte, achava aquela ocasião prudente, porque poderia agarrar não apenas os moradores do Paraíso Terreal como também todo crédulo que para ali iria convergir atraído pelas prédicas de Silvestre. Ciente dessas últimas notícias, Luís do Rego Barreto, ao se corresponder com o Ministério do Reino, por carta passada em 21 de outubro do referido ano, dizia que gostaria de ver se essas profecias se concretizariam *dentro de quatro dias*.³³⁸ Por essas palavras, não restam dúvidas de que tudo estava planejado para a noite de 25 de outubro.



8. Roteiro de viagem do Recife aos sertões pernambucanos (1802). A estrada central, o velho Caminho das Boiadas, por onde marcharam as tropas recifenses até o lugar dos Bezerros e daí seguiram estrada ao sul, do referido povoado até o Bonito.

³³⁷ Idem, pp. 181 e 181v.

³³⁸ Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 160.

Caminhando pela estrada do sertão³³⁹ (figura 8) a soldadesca era sempre informada que aquelas expedições se dirigiam a Pajeú de Flores. Ocultavam-se os fatos e o verdadeiro itinerário talvez para despistar curiosos e informantes de Silvestre. Por todos os lugares em que passavam ou faziam pequenos pousos os habitantes daqueles ermos comentavam que a expedição se deslocava para a Serra do Rodeador e estas observações deixavam em sobressalto os comandantes.³⁴⁰ Diante do exposto, podemos ter idéia do quanto as agitações do Rodeador tomaram forma, constituindo-se num evento significativo e bastante veiculado naqueles sertões.

Segundo os novos planos traçados por Madureira Lobo, a primeira linha, que era mais forte, continuava seguindo pela estrada do sertão tomando o rumo Bezerros-Garanhuns e em algum ponto desviaria o sentido para alcançar o Sítio Rajada, situado nas cercanias bonitenses, onde daí se deslocaria para a Serra da Boa Vista, ponto de convergência de todas as tropas. A segunda divisão continuou seguindo a primeira marchando em direção a Bezerros e desse lugar, como previsto, procurou seu ponto mais elevado, que presumimos ser a Serra do Retiro, onde se reuniu com as tropas da terceira linha e juntas rumaram até a Serra da Boa Vista. Neste ponto, os comandantes encontraram à sua disposição experimentados guias que os aguardavam para conduzi-los até o Povoado de Bonito, que se encontrava logo abaixo daquela serra.³⁴¹

Quando a primeira linha, comandada por Madureira Lobo, chegou ao Sítio Rajada, recebeu a visita do capitão Manoel Bezerra de Melo e dos informantes que estavam introduzidos no Rodeador, o alferes Antônio Bezerra de Melo (filho do referido capitão) e o tenente do 12º Batalhão de Milícias Antônio Ribeiro Freire, os quais confirmaram que os camponeses iam se reunir na noite do dia 25 de outubro. Diante dessa confirmação, emissários foram enviados a fim de encontrarem com os demais comandantes para que apressassem os passos.³⁴²

³³⁹ Esta estrada era um dos roteiros de penetração no colonial Pernambuco. O caminho ligava a praça de Olinda, capital da capitania, ao sertão do São Francisco. No tempo do bispo Azeredo Coutinho, quando esteve à frente do governo pernambucano, foram empreendidos alguns melhoramentos, aproveitando o velho traçado do caminho do Ipojuca de 1738. Converteu-se em estrada real a qual chegava a contornar o agreste no sentido leste-oeste. Na realidade quase nada se acrescentou ao velho trajeto do Ipojuca ou caminho das boiadas, como era conhecido. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1737 e 1802)*. Recife, Editora da UFPE, 1966, p. 10.

³⁴⁰ ANRJ. *Devassa*, p. 4.

³⁴¹ Idem, pp. 4 e 4v.

³⁴² Carta de Madureira Lobo ao Governador datada do Quartel de Rajada em 24 de outubro de 1820. ANRJ. *Devassa*, p. 5.

Por volta da meia-noite do dia 25 de outubro de 1820, chegava ao Bonito o tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira, vindo do sertão,³⁴³ comandando ofegantes soldados, indo de imediato ao encontro do major Madureira Lobo, que se encontrava dando instruções a seus comandados. Nesse momento, apresentou-lhe o referido major uma portaria do governador que deixava sob sua responsabilidade todas as tropas, inclusive as que se encontravam sob a chefia de Carneiro Pereira. Este, ao ler a decisão do governador, se sentiu diminuído, pois seu posto era superior ao de Madureira Lobo. Esse descontentamento se deixou transparecer na carta dirigida por ele a Luís do Rego Barreto em 26 de outubro, logo após a extinção do arraial sebástico:

*(ainda que o dito major com toda apolítica me consultasse e muitas vezes acendesse ao meu parecer) bastante chocou o meu amor próprio e dignidade do meu posto.*³⁴⁴

Na noite do dia 25, na sede da povoação de Bonito, foram os corpos organizados para a guerra. A cavalaria foi seccionada em dois grupos: um, de menor porte, recebeu o compromisso de bloquear as saídas da montanha, o outro, de maior número, no qual se infiltraram corpos do 1º Batalhão, dirigiu-se para a direita da serra. Para um melhor êxito seguiu rumo oposto o 2º Batalhão de Caçadores. Nesta empreitada, o 8º Batalhão de Milícia e uma outra fração da cavalaria ficaram em reserva, pondo em vigilância as desembocaduras e as veredas da montanha. Em advertência, aguardando os acontecimentos, ficaram o 11º Batalhão e o 1º e 2º batalhões de caçadores.³⁴⁵



9. Vale do Rodeador, observando-se a famosa pedra por outro anglo. As várias escarpas das serras que convergem ao vale onde ficava localizado o arraial sebástico foram tomadas pela várias colunas militares que invadiram o lugar na noite de 26 de outubro de 1820.

³⁴³ O referido major tinha da província e que para sua p. 26.

³⁴⁴ ANRJ. *Devassa*, p. 10.

³⁴⁵ Idem, p. 11.

que atuava nos confins stinos. ANRJ. *Devassa*,

4.3. O Cerco

Perspicazmente os militares avançaram sobre a grande montanha. Nesse instante, Madureira Lobo percebeu que um ponto importante não havia sido sitiado pelas tropas que deveriam vir de Sirinhaém, a Pedra do Rodeador (veja figura 9). Para essa empreitada foi ordenado ao 11º Batalhão de Milícia, que estava em reserva, que realizasse a tarefa, quando então se ouviu um estampido. Para uns a detonação proveio do arraial, porque seus habitantes haviam se apercebido daquela invasão ou por serem hostilizados, ou até mesmo proveniente das tropas que ao entrarem no arraial foram logo combatendo o povo ali reunido.



10. Detalhe do mapa topográfico da parte das províncias de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, no qual se observa a configuração da área do conflito. ANRJ.

Luís do Rego Barreto, ao tomar conhecimento de como caminhou a guerra, escreveu um relatório no qual demonstrou surpresa quanto à coragem e a *resistência que fizeram os rebeldes, a destreza admirável das tropas deles, a constância de seis horas de porfiado combate, a espantosa mortandade de uma e outra parte e a maneira, como ao sentirem as tropas [do rei], romperem em palmas e vivas.*³⁴⁶ Os homens do Rodeador movidos pela fé lutaram com armas em quantidade e qualidade inferior aos dos exércitos do rei. A resistência daquele povo pode ser verificada quando da abertura dos inquéritos. Neste momento os inquiridos se calavam diante de perguntas comprometedoras. O trabalhador de enxada João Jorge Cavalcanti, residente no sítio do Gavião, a exemplo de outros companheiros, quando perguntaram-lhe sobre o comportamento da comunidade em que viveu, assegurou ter entrado na irmandade por pura devoção e por ser ali novato nada sabia por ser *muito besta.*³⁴⁷

4.4. Em Torno do Primeiro Tiro

A versão oficial concluiu que no momento que os oficiais militares se moviam para pôr em cerco o reduto sebastianista, estes foram percebidos pelos

*rebeldes [que] deram logo um tiro de bacamarte que [era] o seu sinal de alarme imediatamente se viu entre eles grandes gritos e vivas [a D. Sebastião vindo da] ponta da pedra [desafiando a seguir] os nossos soldados.*³⁴⁸

Escrevendo à Corte no dia 12 de dezembro de 1820, Luís do Rego dizia que todo o caso do Rodeador se encontrava consumado e incriminava os camponeses por terem sido os primeiros a dispararem contra seus homens, advindo-se daí as origens *das desgraças que eu lamento com tanta sinceridade.*³⁴⁹ Em todo o processo sumário dos camponeses se

³⁴⁶ ANRJ. *Devassa*, pp. 27v e 28. BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 18.

³⁴⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 117.

³⁴⁸ Idem, fl. 10v.

³⁴⁹ Idem, fl. 185.

percebe a preocupação das autoridades em procurar arrancar deles confissão de que foram eles os responsáveis pelo início da guerra. O trabalhador José Fernandes Coutinho, quando interrogado, esclareceu que

*Estando tudo cercado pela tropa o capitão Antônio Gomes Correa com outros mais sem esperar as ordens do Silvestre e dando um tiro que parecia de bacamarte pelo grande estrondo logo romperam fogo.*³⁵⁰

Do auto do interrogatório do citado José Fernandes Coutinho se percebe o interesse dos interrogantes em saber se eles tinham conhecimento do deslocamento das tropas recifenses para o Bonito e que ordens tiveram para romper fogo contra os soldados.³⁵¹ Diante das perguntas, o que se pretendeu foi fazer-se um jogo de inversão de quadros. Os do Rodeador que foram premeditadamente atacados e tiveram seu reduto invadido em plena madrugada, diante do que se pretendeu, passaram de vítimas a opressores. Nesta teia de palavras Bakhtin alerta para a construção das formas lingüísticas. A palavra, para o referido autor, está sempre inebriada de sentidos múltiplos e somente reagimos àquelas que nos despertam *ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida*.³⁵² Neste sentido Foucault, escreveu que o *discurso é o caminho de uma contradição à outra*, esmiuçá-lo é fazer com que venham à tona essas contradições.³⁵³

Opondo-se ao olhar e ao discurso que foram construídos, o ouvidor do Recife, nomeado pelo governador para devassar em Bonito sobre o comportamento dos referidos camponeses, ao concluir suas investigações declarava:

*se fosse da minha competência advogar a causa destes réus mostraria que quem conceber atacar uma feira, ou outro semelhante particularmente à noite, irá sempre exposto a desafiar a resistência de que não se conhecerão os autores nem mesmo a origem.*³⁵⁴

O ouvidor, ao se manifestar dessa maneira, comprava uma quizila com o governador. Aliás, mesmo se posicionando a favor dos camponeses, o ouvidor Antero era um homem de sua época e justamente por ser um homem saído das elites não via

³⁵⁰ Idem, pp. 94 e 95.

³⁵¹ Idem, idem, fls. 98 e 98v.

³⁵² Apud VOESE, Ingo. Op cit. p. 100.

³⁵³ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, pp. 173-174.

claramente aqueles excluídos, que chegou a classificar de *supersticiosos* e *dados à ignorância*. Tão logo seu trabalho foi concluído, fez questão de a ele dar publicidade, esclarecendo ao público as atrocidades praticadas em Bonito. Tais atitudes não deixaram de melindrar a Luís do Rego, que ao se confidenciar com o ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, em 19 de dezembro de 1820, desabonava o ato do ouvidor, afirmando que tudo aquilo foi armado para que o magistrado ganhasse boa fama *às minhas custas*.³⁵⁵

Tão logo se tornaram públicas as cenas da derrota dos camponeses do Rodeador, alguns pernambucanos, entre eles os opositores do governador, aproveitaram o momento para acusá-lo de tirano. Em suas *Memória Justificativa*, Luís do Rego Barreto escreveu que seu nome passou a ser detestado, enquanto seus inimigos *passaram por filantropos e generosos defensores da humanidade*.³⁵⁶ Por outro lado, o governador se justificou perante o rei, dizendo que após o desmonte do arraial sebástico, muitas famílias que antes haviam abandonado o Povoado do Bonito estavam voltando aos seus antigos lares.³⁵⁷ Ademais, estava convicto de seu dever cumprido e que a destruição do Rodeador significou para *Sua Majestade a segurança da sua Província de Pernambuco e talvez do Reino do Brasil*.³⁵⁸

Entre os mais aguerridos opositores do governador pernambucano se posicionaram os ouvidores de Olinda e de Recife. O primeiro publicamente se posicionou contra a instalação de um sistema de milícias e escrevia quase que constantemente à Intendência da Corte criticando a administração da Província.³⁵⁹ Sobre essas autoridades, desabafava Luís do Rego ao Ministro Vila Nova Portugal ser praticamente impossível haver lugar em Pernambuco que o acomodasse juntamente com aquelas duas autoridades,³⁶⁰ e que

Isto é chegar as coisas ao último estado. Nem Vossa Excelência cuida que esgoto aqui todo cálice da amargura, que estes dois magistrados me têm dado de beber; fica muito por narrar e nem mesmo pretendo agora chamar a atenção de Vossa Excelência à aliciação que ambos quiseram fazer ao Juiz de Fora o chamando a

³⁵⁴ Parecer do ouvidor, datado de 4 de dezembro de 1820. ANRJ. *Devassa*, p. 134v.

³⁵⁵ ANRJ. *Devassa*, p. 174.

³⁵⁶ BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 20.

³⁵⁷ ANRJ. *Devassa*, p. 28.

³⁵⁸ Idem, p. 28.

³⁵⁹ Idem, p. 28v.

³⁶⁰ Carta ao Ministério do Reino datada de 26 de outubro de 1820. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 131.

*si, e persuadindo-o [a] assinar calúnias contra a minha pessoa e governo.*³⁶¹

4.5. O Corpo-a-Corpo

Quando as tropas se esforçaram para descer à ponta da pedra com o objetivo de mobilizar o pequeno arraial, que se encontrava um pouco abaixo dali, certa resistência foi operada. Na verdade a escuridão da noite, assomada à falta de conhecimento do terreno, serviu para embaralhar as tropas. Os homens do arraial procuraram resistir fingindo-se entregar quanto *os nossos iam tomar posse lhe davam uma descarga de metralha à queima-roupa.*³⁶²

A luta em defesa de seus bens e de suas convicções por parte dos do Rodeador proporcionou aos soldados certo pânico e este receio se tornou visível no momento que em pleno combate suas munições de pólvora acabaram, obrigando-os a lutar com as baionetas em punho até que tudo voltou à normalidade, quando o alferes Sousa, do 1º Batalhão de Caçadores, reabasteceu as tropas. Neste interregno, conseguiram os soldados avançar sobre o arraial, passando a intimidar o povo ali reunido, que lutou como pôde, pois tinha a convicção de que Dom Sebastião seria seu guia. O coxo Antônio Luís, que tudo viu, declarou que seus irmãos de fé resistiram sem medo de nada.³⁶³

À medida que os soldados iam dominando o lugar, seus habitantes eram arrancados de suas casas e de outros esconderijos. Temendo-se uma contra-ofensiva alguns lugares suspeitos foram queimados e fuzilados. Em meio ao pânico, muitos camponeses, habituados à vida nos matos e conhecendo a topografia da região sitiada, evadiram-se, conseguindo guarita nas florestas e recantos inóspitos. Em uma dessas perseguições ao povo ali reunido, foi o alferes Antônio José de Sousa alvejado, causando revolta em seus companheiros de farda. Movidos pela cólera, promoveram os militares pertinaz perseguição a um suspeito, conseguindo a captura dele, o qual só escapou do linchamento porque era conveniente deixá-lo vivo para inquiri-lo posteriormente.³⁶⁴

A astúcia de Madureira Lobo em seccionar as forças em dois corpos muito favoreceu o ataque. Entretanto, como todos os combates, este deu-se ainda na escuridão.

³⁶¹ ANRJ. *Devassa*, p. 29v.

³⁶² Idem, p. 10.

³⁶³ Idem, p. 48.

Tremenda confusão se estabeleceu. Combatendo sem a devida orientação, os soldados lutaram entre si, de sorte que só ao desprender das primeiras luzes solares desfez-se o engano, quando era grande o número de mortos e feridos no campo de ação. Mesmo elogiando as operações, o rei lamentou aquelas precipitações, dizendo que,

*em vez de [o comandante] esperar pela luz da manhã cercar e intimidar aquela gente que se rendesse, principiou por atacá-los imediatamente na escuridão e confusão da noite, donde resultaram, principalmente entre os da mesma tropa.*³⁶⁵

Segundo Pereira da Costa,³⁶⁶ Madureira Lobo ficou furioso com aquele contratempo. Então, alcoolizado, mandou incendiar as casas do arraial. Muita gente pereceu. Isto porque, como as casas eram de taipa com cobertura de palha, as chamas se desenvolveram com velocidade e devoraram tudo. As queimadas do Rodeador não foram apenas uma representação de um ato colérico, mas era hábito de guerra os vencedores apagar os vestígios culturais dos vencidos. Foram tão fortes essas cenas que, quando o General J. I. de Abreu e Lima escreveu artigo sobre o referido episódio, sublinhou que o quadro dos cadáveres carbonizados continuava vivo até então na lembrança de alguns bonitenses coevos dos fatos.³⁶⁷ Foi tamanho o conceito construído sobre o impetuoso Madureira Lobo que o povo pernambucano cantarolava pelas ruas quadras alusivas ao seu comportamento:

*Gente que é de Madureira?
Madureira está de pancão,
Madureira não vem à revista
Estamos livres desse ladrão.*³⁶⁸

A imagem do arraial abrasado juntamente com alguns de seus habitantes inspirou o príncipe Dom Pedro, futuro Dom Pedro I, ao enfatizá-lo em um manifesto datado de 1º de agosto de 1822 dirigido aos brasileiros contra as atitudes hostilizadoras das cortes

³⁶⁴ Idem, p. 48.

³⁶⁵ APEJE. Ordem Régia de 12 de janeiro de 1821. OR, códice 41, 1820, fl. 87.

³⁶⁶ COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 95, vol. 8.

³⁶⁷ LIMA, General J. I. de Abreu e. Op. cit. p. 254.

³⁶⁸ AMARAL, Francisco Pacífico do. Op. cit. p. 111.

portuguesas que promoviam a recolonização do Brasil.³⁶⁹ Ao se dirigir aos habitantes de Pernambuco, conclamou o príncipe:

*(...) Intrépidos pernambucanos, difusores da liberdade brasílica, voais em socorro dos nossos vizinhos irmãos; não é a causa do Brasil que se defende na primogênita de Cabral? Extingui esse viveiro de fardados lobos, que ainda sustentam os sanguinários do partido faccioso, recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras do Bonito e das cenas do Recife. Poupai, porém, e amai como irmãos a todos portugueses pacíficos, que respeitem nossos direitos e desejam a nossa verdadeira felicidade.*³⁷⁰

Com a invasão das tropas, ficou o reduto sebastianista praticamente desguarnecido de suas lideranças, restando apenas algumas pessoas que foram feitas prisioneiras. Nesta fileira, põe-se em evidência grande número de feridos, mulheres e crianças, além de idosos impossibilitados de se locomoverem. Não satisfeito, ordenou Madureira Lobo que se passassem a fio de espada algumas daquelas pessoas, embora já havendo deposto as poucas armas que possuíam, rendidos, não ofereciam mais nenhuma resistência. Após o desmonte do arraial, os soldados arrastaram suas presas até o Povoado do Bonito ficando de posse de seus poucos pertences. O comerciante e proprietário Manoel José Ribeiro Castro, branco, 49 anos, casado, testemunhou a entrada daquela pobre gente em Bonito. Alguns exibiam laços de fita atado no braço, distintivos que marcavam, como registramos alhures, sua posição na irmandade.³⁷¹ Em 30 de outubro, o governador dava ciência ao monarca do desbaratamento da comunidade sebastianista:

*Está tudo concluído; espero aqui brevemente as tropas, presos e feridos. Um ministro irá tirar a devassa competente, o povo está admirado da maldade e do perigo que lhe estava sobranceiro; e gostoso de ver que nada mais tem que recear. Todas as providências para o bom tratamento dos feridos estão dadas. Nada nos falta.*³⁷²

4.6. As Perseguições

³⁶⁹ Segundo Emília Viotti, este manifesto é atribuído a Gonçalves Ledo e vale como declaração de independência, apesar de nele estar visível o desejo de salvar a unidade do Império e o reconhecimento de D. João VI. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 52.

³⁷⁰ COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 276, vol. 8.

³⁷¹ ANRJ. *Devassa*, p. 65.

³⁷² Idem, p. 30.

Por alguns dias consecutivos, batidas pelas matas foram organizadas no intuito de apanhar suspeitos que porventura se homiziavam pelos matos. Choças e roçados foram queimados à medida que iam sendo encontrados, contribuindo para agravar a situação de muita gente pobre que por ali morava e labutava. Pessoas eram arrastadas de suas cabanas, até aqueles que se encontravam em seus roçados ou trafegando pelos caminhos.³⁷³ Todos eram conduzidos prisioneiros para um quartel improvisado no Povoado de Bonito, onde prestavam esclarecimentos às autoridades. O passaporte para o reconhecimento do suspeito era a pobreza, portanto os deserdados eram o alvo de preferência. Não obtendo o sucesso esperado, opinou o marechal-de-campo Salazar Moscoso que o capitão-general nomeasse um representante da Justiça para devassar aqueles infelizes, pois a seu ver resistiam em falar por comungarem com as idéias ventiladas no Rodeador.³⁷⁴

Se todo homem ou mulher de porte rústico era suspeito incondicional, logo o número de prisioneiros crescia a olhos vistos. O trabalhador de enxada José Francisco da Rocha, de 35 anos de idade, morador em Garanhuns, foi preso às oito horas da manhã do dia 26 de outubro caminhando pela estrada que partindo de Bonito chegava àquela localidade do agreste meridional. Arrastado para a prisão, confessou nada saber e ignorava o motivo de sua reclusão, apenas adiantou que cinco dias antes das ocorrências esteve no Rodeador à procura de Francisco Borges, que ali assistia, no intuito de cobrar-lhe uma dívida. Não conseguindo resgatar o que lhe era devido e não podendo esperar pelo novo prazo solicitado pelo seu devedor, pegou a estrada rumo sua casa quando foi preso.³⁷⁵

Os capitães-mores das várias regiões da província foram postos em alerta para pôr atrás das grades suspeitos que trafegassem por seus domínios. Em Garanhuns, seria preso no dia 3 de dezembro de 1820 pelas ordenações locais o sacristão Manoel da Paixão e seu filho de igual nome, que também era um dos acólitos de Silvestre.³⁷⁶ Quanto a este, alvo de preferência dos comandantes militares, tudo foi promovido para apanhá-lo. Quanto em 29 de outubro Salazar Moscoso se correspondia com o capitão-general, dizia que naquelas paragens não havia encontrado *um fiel vassalo que se obriga a trazer-me vivo* o tal Silvestre, ordenando para isso que as buscas promovidas pelas tropas estivessem bem

³⁷³ Idem, p. 19v.

³⁷⁴ Idem, 19v.

³⁷⁵ Idem, p. 19.

³⁷⁶ Idem, pp. 141 e 143.

atentas sobre esta finalidade.³⁷⁷ Em Bonito, todos os prisioneiros foram mantidos sob rígida vigilância, permanecendo incomunicáveis.³⁷⁸ O rei mostrou-se preocupado quando tomou conhecimento da evasão de Silvestre e de outras lideranças. Por isso, ordenou que as buscas deveriam continuar no firme propósito de os apanharem.³⁷⁹

Em atendimento ao monarca, resolveu Luís do Rego Barreto pedir ajuda a outros colegas de governança, principalmente ao de Alagoas, cuja fronteira não ficava muito distante do local da guerra. Desconfiado que elementos se homiziavam nas matas alagoanas, pediu o governador pernambucano ao de Alagoas, Sebastião Francisco de Melo Povoas, por ofício exarado em 2 de dezembro de 1820, que o secundasse na difícil tarefa de prender suspeitos que *se acharem nesta capitania [de Alagoas] (...) que muito convém prenderem-se*.³⁸⁰ Solícito ao colega pernambucano, Melo Povoas, através de ofício datado de 14 de dezembro de 1820, comunicava a Luís do Rego Barreto que se encontrava à sua disposição a bordo da Escuna Real o prisioneiro Francisco Gomes, que havia sido preso na Vila de Atalaia por suspeita *de ter se envolvido na desordem acontecida aproximadamente em Bonito*.³⁸¹

4.7. Entre Mortos e Feridos

O número de óbitos ocorridos nas refregas é bastante impreciso. A guerra mobilizou um efetivo estimado em 950 homens recrutados entre as milícias de Limoeiro e Santo Antão, que formavam um esquadrão de 122 soldados; a 5ª meia-brigada, que contribuiu com 59 homens; o 8º Batalhão de Infantaria de Milícias que se deslocou para a área do *front* com um contingente de 362 oficiais; o 10º Batalhão de Infantaria, que colaborou com 208 milicianos; e o 11º Batalhão, com 200 homens. Estes foram os números apresentados pelos comandantes ao governo pernambucano. Neste rol, não está incluído o efetivo do corpo de milícias bonitenses, cuja participação foi de grande presteza para o desbarate do arraial sebástico.³⁸²

³⁷⁷ Idem, p. 21.

³⁷⁸ APEJE. OG, códice 19, 1820, fl. 7v.

³⁷⁹ APEJE. OR, códice 41, 1820, fl. 87.

³⁸⁰ APEJE. OR, códice 19, 1820, fl. 14.

³⁸¹ APEJE. P.P, códice 4, 1820-21, fl. 205.

³⁸² ANRJ. Devassa, fl. 17.

Quando em 27 de outubro Madureira Lobo relatava ao governador a tragédia ocorrida um dia antes na Serra do Rodeador, esclarecia que no confronto foram mortos 79 camponeses.³⁸³ Este montante seria endossado por Luís do Rego Barreto, ao se corresponder com uma autoridade nordestina em carta passada em 7 de novembro. Entretanto, deixava o governador transparecer que àquele número não estavam incluídas as mulheres.³⁸⁴ A imprecisão dos números é maior quando se fala dos camponeses; 78 homens e 187 mulheres, somando-se, portanto 265 pessoas.³⁸⁵ Posteriormente a essas informações, acrescentaria o marechal-de-campo Salazar Moscoso, em 29 de outubro de 1820, que havia na prisão bonitense 38 homens e 139 mulheres, totalizando em 177 o número de prisioneiros. A esse número acrescentou o referido marechal haver 111 crianças, que se encontravam na prisão com sujas mães; dessas 15 perderam os pais e apenas uma se encontrava órfã de mãe.³⁸⁶

Diante das constantes correspondências, percebemos que a comunidade em tela havia elevado número de crianças. Oficialmente 300 delas acompanharam os soldados, sendo feitas prisioneiras de guerra e metidas nas prisões do Recife.³⁸⁷ Observamos também que em nenhum momento as confissões e as observações dos espiões reportam-se ao cotidiano pueril na Cidade do Paraíso Terreal, nem tampouco em que condições essas crianças passaram a viver no cárcere com ou sem os pais. Na realidade, o trabalho de espionagem não estava interessado em colher informações sobre o comportamento infantil. Este trabalho se destinou a registrar aquilo que punha em ameaça a segurança do Estado. De um modo generalizado, no Brasil, as questões mais corriqueiras do dia-a-dia só podem ser percebidas nas entrelinhas. Estudando sobre as crianças do nosso período colonial, Julita Scarano³⁸⁸ esclareceu que a falta de informações sobre elas não denota necessariamente que a população pueril tenha sido desvalorizada em si. Por serem vistas como a continuação da família, elas eram valorizadas e gozavam de afeto dos pais e da parentela. Luís do Rego, escrevendo em 30 de outubro de 1820 ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, comentou que no Rodeador havia

³⁸³ Idem, fls. 16 e 16v.

³⁸⁴ APEJE. OG, códice 19, 1820-1821, fl. 11v.

³⁸⁵ Idem, pp 16 e 16v.

³⁸⁶ Idem, p. 21v.

³⁸⁷ APEJE. OG, códice 19, 1820-21, fl. 11v.

³⁸⁸ Scarano, Julita. Crianças esquecidas nas Minas Gerais. In: Del Priore, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 107 a 109.

*(...) um número extraordinário de mulheres e meninos: exceto os pertencentes aos cabeças, e aos que mais criminosos fossem, mandando que os restantes e seus filhos escolham domicílio: e que tomada a lista de seus nomes sejam recomendados aos comandantes militares e autoridades civis, para que vigiem o seu procedimento e por eles respondam. Os meninos sem pais, ordeno que venham para esta [vila do Recife] os machos e de idade capaz os colocarei em um estabelecimento, que tem feito no trem, onde aprendem ofício 40 meninos infelizes, os quais muito progridem, e tem já muitos que serão em breve bons artesãos; e as fêmeas ou machos muito pequenos serão distribuídos por famílias, aos quais eu dou exemplo tomando um ou dois.*³⁸⁹

As correspondências e outros tipos de informações consultadas demonstram um grande desencontro de números quando se fala sobre os mortos ou prisioneiros. Quiçá esse fenômeno pode ser atribuído como forma para desconstruir um discurso que se opõe ao hegemônico. As cifras dão uma idéia de verdade absoluta, isto porque, como explica Voese, o *discurso matemático ostenta uma linguagem de credibilidade, de verdade e de inquestionabilidade*.³⁹⁰ A divergência dos números que aparecem nas diversas correspondências e mapas oficiais sobre o povo do Rodeador é sem dúvida um espetacular recurso que se prestou a atender os jogos de interesses dos poderosos. Se porventura eles aparecessem em termos reais, poderia comover ainda mais a população que se encontrava revoltada diante os fatos ocorridos em Bonito.

Se pelo menos há uma certa preocupação em se demonstrar o número de homens que morreram ou saíram feridos da guerra, o mesmo não ocorre com o contingente feminino. Há uma ocultação neste sentido. Para Orlandi,³⁹¹ as palavras são cheias de sentido, o não-dizer muitas vezes não é uma simples omissão, mas um silenciamento que equivale a muitas palavras. Para se ter idéia, eram tantas prisioneiras que o marechal-de-campo Salazar Moscoso dizia-se embaraçado e pediu ao governador soluções emergenciais sobre o que fazer com tantas mulheres. Pois segundo se lembrava, por ocasião das comoções de 1817, elas não foram presas por seu envolvimento na insurreição.³⁹²

³⁸⁹ ANRJ. *Devassa*, p. 30.

³⁹⁰ VOESE, Ingo. Op. cit. pp. 115, 121 e 122.

³⁹¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 14.

³⁹² ANRJ. *Devassa*, p. 19.

Talvez tanto descaso sobre a mulher deva-se ao fato de elas terem sido consideradas agentes passivos. Teólogos da época viam-nas desprovidas de coragem de luta e propensas a visões ilusórias.³⁹³ Na realidade, pela falta de oportunidade, foram as mulheres interdidas de se manifestarem, ficarem reclusas e silenciosas. Tudo isso, observou Foucault,³⁹⁴ constitui-se em mecanismos de exclusão. Na prática, o que se temia era a invasão das mulheres no universo masculino. Michelle Perrot adverte que as mulheres têm o poder de investir no privado, no familiar, no social e de reinar no imaginário do sexo oposto, preencher as noites dele e arrancar-lhe os sonhos. São elas que puxam os fios dos bastidores, sublinha Perrot, enquanto os homens mexem-se na cena pública.³⁹⁵ Na história dos motins, elas desempenharam papéis de grande importância. Levantaram-se em momentos provocados pela carestia e pela escassez de alimentos. Movidas por uma espécie de reflexo biológico, registrou Delumeau,³⁹⁶ defenderam a vida de suas crias e a existência do lar. Lançaram-se na frente dos tumultos abrindo caminho para as rebeliões fiscais.

O poeta Manoel Caetano de Almeida Albuquerque,³⁹⁷ autor do poema *O Horrroso Massacre do Bonito*, procurou, através do diálogo entre as irmãs camponesas Mileta e Aurila, recriar o infortúnio das mulheres do Rodeador, que desenraizadas da terra que sonharam conquistar para si e os seus, salvas da guerra sem nenhuma esperança de melhoria, preferiam morrer a viverem num mundo sem nenhuma ventura:

*Mas de que presta a vida? Onde é que vamos?
Não temos a esperar jeito, nem traças,
Que em poder de malvados não caíamos.
Morrer uma só vez é melhor sorte,
Qual teve a nossa ventura gente
Se habita o Elísio, é bela morte.
Oh! Ventura durável, permanente,
Tirai-me esta existência de um só corte
Sede comigo assim pia, e clemente.*

³⁹³ Pieroni, Geraldo. Op. cit.pP. 199.

³⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.9.

³⁹⁵ PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 167-68.

³⁹⁶ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*, p. 189.

³⁹⁷ Apud AMARAL, Francisco Pacífico do. Op. cit. p. 113-115.

Procurou ainda Manoel Caetano de Almeida Albuquerque no colóquio entre as referidas camponesas denunciar toda a sorte de miséria reservada àquelas pobres mulheres, que órfãs de suas famílias seriam presas fáceis a sevícias e seduções sexuais:

Sem pai, nem mãe, e irmãos onde é que vamos?...
Nosso sexo, Mileta, estado, idade,
Sem abrigo! ...ah! ... da sorte o que
esperamos?

A barbárie praticada pelos soldados ao entrarem na Cidade do Paraíso Terreal matando, saqueando e cometendo toda sorte de crime contra os desventurados camponeses serviria de pano-de-fundo para que o referido poeta denunciasse tantas atrocidades:

Rios de sangue, fera crueldade,
Aos nossos pés correr sem ter clemência
Da pobreza e pudica honestidade.
Ah! Como o crime abusa da inocência!
Soldados dissolutos sem castigo
Os frutos gozaram desta insolência?
Matar, roubar a fracos sem abrigo
Num pacífico bosque, onde o crime
Armada tropa é só que o traz consigo!

Sobre a perda dos soldados no campo de batalha, as correspondências demonstram constantes lamentações e sempre os colocando no panteão dos heróis que perderam a vida em favor do soberano. Entretanto, ao lado daqueles que pereceram, houve aqueles que aproveitaram o momento para livrar-se das amarras da farda desertando do serviço, embrenhando-se pelos matos à procura da liberdade. Salazar Moscoso observou que no seu comando, no momento das refregas, apenas *um sargento e um soldado do 2º batalhão* haviam evadido.³⁹⁸ Sobre as baixas e outros acontecimentos, do 2º Batalhão de caçadores vem a notícia de que dois soldados morreram em combate, sete saíram foram gravemente feridos e dezessete acometidos de lesões de pouca gravidade.³⁹⁹ Do esquadrão de Limoeiro e de Santo Antão apenas saiu ferido um segundo-sargento. Do 8º Batalhão,

³⁹⁸ ANRJ. Devassa, p. 21v.

³⁹⁹ Relação dos mortos e feridos do 2º Batalhão de Caçadores. ANRJ. Devassa, pp. 18 e 18v.

onze foram mortos, vinte e cinco saíram feridos gravemente, trinta e um com lesões leves e treze contundidos.⁴⁰⁰

Em socorro aos feridos, resolveu o governador deliberar em 5 de novembro de 1820, que o Hospital Militar do Recife sem perda de tempo remetesse para o Povoado de Bonito medicamentos e instrumentos cirúrgicos para socorrer as vítimas da guerra.⁴⁰¹ Confirmado o desaparecimento de alguns militares nos campos de batalha, comprometeu-se o capitão-general de apresentar às famílias dos mortos as devidas condolências em seu nome e no do rei não deixando de lastimar a falta que iam fazer ao real serviço de sua Majestade.⁴⁰² Em 16 de janeiro de 1821, D. João VI resolvia amparar as viúvas e as famílias que ficaram órfãs de seus chefes:

*Conceder-lhes os soldos das suas respectivas patentes e praças os soldados que tinham (...) e para que se possam expedir para este efeito os competentes decretos, faz-se necessário que V. Sa. [governador] remeta a esta Secretaria de Estado relações específicas não só das praças que morrerão, postos que tinham, e soldo que venciam, mas também dos nomes das viúvas e respectivas famílias que devem receber aquela graça.*⁴⁰³

Posteriormente, pedidos de aumento de soldo e promoções de patentes e outros benefícios foram solicitados ao rei pelos soldados ou parentes das vítimas que foram combater no Rodeador. Em 30 de outubro 1820, o tenente Josué Antônio Ferreira, alegando ter participado do combate, e por ser um oficial que não estava sujeito a promoções por antiguidade, dizendo-se honrado, probo e capaz, além de ser *fiel aos seus deveres*, apresentou a el rei um requerimento que pedia ser promovido ao posto de capitão.⁴⁰⁴

Em 1821, o marechal-de-campo Luís Antônio Salazar Moscoso requeria ao rei uma pensão de *600 réis para sua mulher com sobrevivência para suas filhas*.⁴⁰⁵ João Alexandre de Almeida, que comandou o 11º Batalhão de milícias, pedia ao monarca que o promovesse ao posto de capitão e justificava ter sido homem experimentado por ocasião

⁴⁰⁰ Mapas dos mortos e feridos apresentados pelos diversos comandantes que operaram no Rodeador. ANRJ. *Devassa*, p. 17.

⁴⁰¹ Os medicamentos que foram enviados para Bonito consistiam em casca de quina, quina alcanforada, flor de sabugo, valentina, ataduras, emplastos adesivos, serpentária, cevadas, raízes medicinais, garrafas de água inglesa, calomelanos e cânforas. Entre os instrumentos cirúrgicos foram remetidos alguns torniquetes. APEJE. R. Pr, códice 7/4, 1819-21, p. 234.

⁴⁰² APEJE. DG, códice 19, 1820-21, fl. 7v.

⁴⁰³ APEJE. OR, códice 40, 1826-21, página sem numeração.

⁴⁰⁴ APEJE. C.C, códice 27, 1820-21, fl. 173.

⁴⁰⁵ Idem, fl. 186v.

das comoções sociais de 1817, quando cumpriu à risca as determinações do governador e em Bonito chegou a ficar nas mãos dos camponeses.⁴⁰⁶ E assim muito outros combatentes requeriam e quase sempre eram atendidos pelo soberano, demonstrando que a guerra do Rodeador foi um ato se não inteiramente aprovado pelo monarca, pelo menos reconhecido como ameaça à ordem absolutista.

4.8. A Retirada das Tropas

Antes de as colunas compostas pelo 11º Batalhão, o mais atingido pela guerra, e a companhia de Cavalaria de Sirinhaém se retirarem do Bonito na manhã do dia 29 de outubro de 1820 conduzindo, em números oficiais, 60 prisioneiros que os cirurgiões julgaram em estado de marchar até o Recife para serem investigados, um rígido policiamento de 100 soldados que deveriam ser revezados por número igual do Batalhão do Algarves⁴⁰⁷ ficou em Bonito não só pondo em vigia a povoação, mas também espantando possíveis descontentes que poderiam se manifestar após a partida das tropas. Ademais, as guarnições tornavam-se necessárias para porem em vigilância os feridos de ambos os lados e os objetos que foram recolhidos nas batidas pelos matos.

Antes de deixarem o povoado, fizeram-se interrogatórios a alguns prisioneiros, pondo-se em soltura algumas mulheres, por não se verificar nenhuma participação delas no movimento. Outras, entretanto, por terem vida ativa naquela comunidade, acompanharam as tropas até o Recife, onde juntamente com seus companheiros e outros camponeses deveriam ser inquiridas.⁴⁰⁸ Do Povoado do Bonito, municidados de provisões para cinco dias,⁴⁰⁹ escoltavam os soldados seus troféus de guerra. Neste momento tiveram que transpor o rio Capema, a Serra da Boa Vista, o riacho Tanque de Piabas, a Serra do Retiro e logo abaixo era atingida a Povoação de São José dos Bezerros, localizada praticamente às margens da famosa estrada do sertão. Em seguida, após passarem pela povoação de

⁴⁰⁶ APEJE. C.C. código 29, 1821, fl. 16v.

⁴⁰⁷ Este batalhão chegou ao Recife com a comitiva de Luís do Rego, que além de servir-lhe de escudo se tornou também fonte repressora contra os implicados na Revolução de 1817. Quando o referido governador foi expulso de Pernambuco em 1821 o referido batalhão ali permaneceu, se envolvendo em arruaças e outros conflitos até que com a instalação da Junta Provisória, presidida por Gervásio Pires, foi banido da Província. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998, pp. 30-31.

⁴⁰⁸ APEJE. OG, código 19, 1820, fl. 9v, AN, Devassa, fl. 21.

⁴⁰⁹ ANRJ. *Devassa*, p. 21.

Gravatá, logo adiante teria que ser vencida a enfadonha cordilheira das Russas, quando então apeou a comitiva na Vila de Santo Antão, como havia recomendado o governador.



11. Vila de Santo Antão (século XIX). Desenho de Sclappriz.

Nesta localidade, o almotacé dali forneceu às prisioneiras nove alqueires, de farinha que foram fracionados em 432 porções. Fração igual se procedeu com as 11 arrobas de carne fresca. A quantidade, que agora parece ser exata, oferece novos dados, talvez mais precisos, sobre o número de prisioneiras que se dirigiram para o Recife: 432, o que equivale ao número de porções de alimentos distribuídas. Todos esses gastos, que importaram em 37\$380 réis, foram em 17 de novembro de 1820 resgatados pelo referido almotacé na Intendência da Marinha.⁴¹⁰ Além dessa importância, foi a Câmara de Santo Antão, através do referido funcionário, ressarcida da importância de 25\$770, referente a outras despesas realizadas em favor da condução dos prisioneiros.⁴¹¹

Da Vila Santo Antão, sem fazer nenhum pouso, o séqüito retomou a estrada, dita do Sertão, caminhando por alguns melhoramentos naquele trecho realizado por Luís do Rego Barreto. Atravessaram rios, matas e os engenhos Tamatuá-Mirim,⁴¹² Morenos, Bulhões, Vila de Jaboatão às margens do rio de homônima denominação, engenho Socorro, Passagem de Tejipió, engenho Jiquiá, e finalmente no dia 5 de novembro de 1820

⁴¹⁰ APEJE. R. Pro, códice 7/4, 1819-21, fls. 240 e 240v.

⁴¹¹ Idem, idem.

⁴¹² O Imperador D. Pedro II ao excursionar por Pernambuco em 1859 refez esse mesmo trajeto cujos melhoramentos na referida estrada ainda eram praticamente os mesmos realizados no tempo de Luís do Rego em 1819. PEDRO II, Dom. *Viagem a Pernambuco em 1859*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1952, pp. 137 a 141. APEJE, OG, códice 18, 1819-20. 42v. A 43.

era alcançada a Povoação de Afogados, localizada em um aterro a quase uma légua do Recife.

A povoação de Afogados, segundo as observações de Tonellare,⁴¹³ constituía-se de um lugar muito pobre assentado em terreno pantanoso repleto de manguezais que servia de refúgio a miríades de caranguejos (veja mapa 12, legenda 58, estrada de Afogados para o Recife). Ali habitando em toscas cabanas, em sua maioria cobertas de ramagens, moravam alguns mulatos e negros livres que viviam da pesca e pequenos misteres. Daquela povoação, seguindo as determinações do executivo, as tropas estacionaram, quando então um emissário foi enviado para o Recife a fim de comunicar ao governador a chegada dos prisioneiros. O general se deslocou até aquela povoação, onde se juntou ao corpo militar entrando no Recife com seus lauréis de guerra. Toda aquela gente cansada da exaustiva jornada, humilhada, seminua e imunda causou grande comoção aos recifenses, que no momento oportuno tiraram uma subscrição para vestir aquele povo.⁴¹⁴

Chegando ao seu destino, foram os camponeses atirados na prisão, situada de um lado à beira do rio (veja mapa 12, legenda 30) e a outra face na Rua de São Francisco (mapa 12, legenda 29), que, não tendo espaço para acomodar tanta gente, teve improvisado em seu derredor precárias instalações. As prisioneiras, por exemplo, foram alojadas ali em ranchos para cuja manutenção mandou o governo entregar-lhes utensílios e outros materiais para suas sobrevivências. Por outro lado, para o sustento daquelas mulheres, ordenou o capitão-general que fossem despendidos 100 mil réis diários por prisioneira e a metade para as crianças em fase de lactação.⁴¹⁵ Após o término das investigações, foram os prisioneiros postos em soltura com exceção daqueles que tinham vida ativa na comunidade, conforme determinou o rei. Todo aquele povo para não morrer de inanição passou a implorar a caridade pública pelas ruas, calçadas e adros das igrejas. Pacífico do Amaral,⁴¹⁶ que colheu informações de recifenses coevos aos fatos e de outros que tomaram conhecimento destes através dos pais e avós, revela que todos foram unânimes em dizer que Luís do Rego Barreto não gastou um só vintém em benefício dos camponeses do Rodeador. Porém, contrariando as pesquisas do referido autor, saiu-se o governador em própria defesa, quando escreveu que:

⁴¹³ TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 22.

⁴¹⁴ COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 96, vol. 8.

⁴¹⁵ APEJE. Pro, 7/4, 1819-21, pp. 236 e 237v.

*as mulheres e filhos destes desgraçados as mandei o mais breve que me foi possível para seus lares, ministrando-lhes todos os socorros possíveis; e os homens, enquanto esperavam a Régia resolução, foram caritativamente tratados.*⁴¹⁷



12. Planta Genográfica da Vila de Santo Antônio do Recife (século XVIII). Por alguns daqueles espaços, transitaram os prisioneiros do Rodeador.

Após o desbarate da comunidade do Paraíso Terreal, procurou o governo, que suspeitava de que elementos estranhos estivessem interessados na derrocada da ordem e que naquela comunidade estivessem infiltrado e servindo de mentor, detectar através dos vários depoimentos dos camponeses o nome dos responsáveis. Nessa empreitada, alguns elementos da classe dominante do Povoado do Bonito foram objetos de suspeição. Neste rol foi ouvido o capitão-mor reformado João Paes de Lira, cuja ação não ficou devidamente elucidada. Entretanto, recomendou Luís do Rego Barreto que os comandantes militares pesquisassem com perspicácia seu comportamento e em caso de dúvida,

remeta preso a esta vila [do Recife] do mesmo modo devem vir preso todos aqueles a quem com alguma probabilidade se possam atribuir

⁴¹⁶ AMARAL, Francisco Pacífico do. Op. cit. p. 113.

⁴¹⁷ BARRETO, Luís do Rego. Op. cit. p. 20.

*correspondências com tais homens ou que lhe tenham dado ajuda ou conselho.*⁴¹⁸

Não sabemos como se deu a elucidação desse fato, entretanto as fontes pesquisadas nos mostram que outras pessoas, pelas mesmas suspeitas, tiveram sua vida devassada. O capitão das ordenanças locais Manoel Bezerra de Melo foi acusado pelo camponês Antônio Pereira de protegê-los. Por isso foi obrigado a acompanhar os militares até o Recife, de onde foi conduzido ao Palácio do Governo⁴¹⁹ e daí recambiado para a cadeia, na qual permaneceu aguardando julgamento. Bezerra de Melo, para livrar-se das acusações, juntou aos autos papéis que comprovavam seu empenho para debelar o movimento,⁴²⁰ e acreditamos que nada foi comprovado sobre sua possível ligação com Silvestre.

O receio de Luís do Rego Barreto diante da rebeldia e uso livre de armas pelos camponeses do Rodeador motivou a publicação de um bando, assinado no dia 1º de dezembro de 1820 e enviado aos vários destacamentos policiais da Província, inclusive ao comandante do Bonito, José Roberto Botelho. Este mandou observar o uso de armas durante os três primeiros meses de sua publicação. Segundo as novas disposições, durante a vigência da referida proclamação, os portadores de armas não seriam presos. Só as armas seriam apreendidas. Entretanto, passado este prazo, seriam postas em prática as velhas normas.⁴²¹

4.9. Qual o Crime dos Prisioneiros?

⁴¹⁸ APEJE. OG, códice 19, 1820-21, fl. 9. Em 30 de agosto de 1819, o referido capitão pedia ao governo sua aposentadoria do referido cargo, alegando idade avançada e seu trabalho a serviço da Coroa, principalmente na debelação do levante de 1817. APEJE. CC, códice 27, 1819-1820, fl. 9v.

⁴¹⁹ Observou Tollenare que esta edificação estava localizada na ilha de Santo Antônio, onde também havia outros importantes edifícios. À direita de uma ponte ficava o Erário que aproveitava antigas instalações do palácio nassoviano. Não muito distante estava a cadeia e mais adiante se encontrava o Palácio do Governo, instalado no antigo colégio dos jesuítas. TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit. p. 22. Maria Graham, que conviveu com a família de Luís do Rego Barreto, escreveu que o governador passou a residir neste palácio depois de certo tempo, pois até então habitava no Mondego, subúrbio recifense. GRAHAM, Maria. *Diário de uma Virgem ao Brasil*. In: VALENTE, Waldemar. *Antecipação de Pernambuco no Movimento da Independência: testemunho de uma inglesa*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, de Pesquisa Social, Conselho Federal de Cultura, 1974, p. 118.

⁴²⁰ ANRJ. *Devassa*, pp. 119 e 119v.

⁴²¹ APEJE. OG, códice 19, 1820-21, p. 18.

Para auscultar os prisioneiros, criou o governo um conselho de investigação sob a presidência do chefe de divisão João Félix Pereira de Campos, que recebeu de Luís do Rego Barreto as coordenadas de como deveria questionar os camponeses. Entre as indagações, deveria ser dada ênfase aos novos costumes adotados por aquele povo, seus princípios religiosos e com quem se comunicavam.⁴²² Em uma das salas da Intendência da Marinha, se reuniu no dia 11 de novembro de 1820 o conselho de investigação, composto pelo major Inácio Campos (interrogante) e dos vogais Tomé Fernandes, José de Moraes Madureira de Campos.

Enquanto no Recife se investigavam os prisioneiros, ordenava o governador ao ouvidor do Recife Antero José da Maia e Silva que se deslocasse para a povoação do Bonito a fim de devassar *a qualidade de gente que se ajuntou na Serra do Rodeador*.⁴²³ Em seu trabalho, deveria procurar investigar também se naqueles sertões ainda tinha voga certos termos, entre eles a palavra *patriota*.⁴²⁴ Esta por sinal foi uma das inovações advindas da Revolução de 1817, juntamente com a forma de tratamento *vós*.⁴²⁵ Na realidade, o governador tinha receio de que o arraial sebástico pudesse ter tido conotações políticas e que elementos provenientes daquela revolução estivessem infiltrados naquele sítio.

Estando o ouvidor em correição na Vila de Santo Antão, tomou conhecimento de sua nova atribuição e imediatamente mandou notificar através dos oficiais de justiça a vários habitantes de Bonito, para que, perante ele, fornecessem informações sobre os implicados. O trabalho do ouvidor Antero teve início ainda naquela vila no dia 7 de novembro de 1820, quando ouviu quatro oficiais que participaram da guerra. No dia imediato, quando apeou na povoação de Gravatá, escutou dois soldados que, a exemplo dos anteriores, também estiveram no sítio do Rodeador no momento das refregas. Ao aportar na povoação do Bonito no dia 9, logo de imediato inquiriu algumas pessoas. Seu trabalho seria naquele lugar concluído no dia 12 de novembro, quando retornou a Santo Antão, finalizando no dia 18 suas investigações.

⁴²² Ofício do Governador datado de 5.11.1820. APEJE, OG, códice 19, 1820-21, fl.11.

⁴²³ ANRJ. *Devassa*, p. 49v. APEJE, OG, códice 19. 1820-21, fl.10.

⁴²⁴ ANRJ. *Devassa*, pp. 49v e 50. Este termo e o de marinheiro, denominação dada pelos brasileiros aos portugueses, tiveram seu uso proibidos pelo referido ouvidor segundo edital lavrado em 13 de abril de 1818 cabendo aos transgressores severas punições. ABNRJ, p. 463. Melhores esclarecimentos, consultar a seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, I- 3, 13, 25.

⁴²⁵ LEITE, Glacyra Lazzari. Op. cit. p. 194.

Enquanto os membros do conselho de investigação por unanimidade concluíam que a comunidade do Rodeador era um ajuntamento perigoso que formava uma *confederação contra el rei e contra o Estado*,⁴²⁶ devendo, cada membro, ser castigado segundo o grau de sua culpa, o ouvidor em seu juízo perguntava que crime os pobres camponeses do Rodeador haviam cometido. Observava que se estivessem em uso as Ordenações Filipinas, o que não era o caso, o que se poderia fazer para punir aquela gente era açoitá-la ou promover seu expatriamento. Como isso não poderia ser aplicado, ficou esse caso a cargo da polícia, que costumava aplicar como corretivas penas *proporcionadas às circunstâncias e imbustes*.⁴²⁷

Observou o ouvidor Antero José da Maia e Silva que no Rodeador não ficou evidenciada a existência de pregações *sinistras, perigosas ao Estado*, tampouco ficou comprovado que as reuniões ali incorporadas ao cotidiano daquele povo tivessem caracteres de sociedade secreta, quando então se poderiam aplicar penas mais severas. Para isso, escreveu o magistrado, era importante refletir com o célebre Montesquieu, sendo o qual para homens daquela natureza todo governo é bom e que suas idéias

*chegam ao santuário do soberano e só para admiração e respeito. Eles o mostraram assim na última crise desta Capitania [em 1817], em que deixando voluntariamente suas habitações desceram armados com [o] estandarte real na mão a defender a causa da fidelidade.*⁴²⁸

Em seu libelo, Antero José da Maia e Silva chamava a atenção para o fato das crenças em prestígios, milagres e encantamentos que tanto atraíram os camponeses. Para ele não passavam de um ato de ignorância e por isso afirmava que *a superstição [é] filha somente do erro e da ignorância, não [podendo] ser encarada como crime*,⁴²⁹ salvo em outros tempos, alertava o magistrado, quando poderiam ser indiciados por prática de feitiçaria. Quanto ao porte de arma, que tanto chamou a atenção de Luís do Rego Barreto, não viu mal algum: elas estavam incorporadas ao *modus vivendi* da *gente do mato como os floretes e espadinhas são na corte*.⁴³⁰ Acreditava o magistrado que, quanto à questão da

⁴²⁶ Juízo de Opinião do Conselho de Investigação, datado de 24 de novembro de 1820. ANRJ. *Devassa*, p. 127.

⁴²⁷ *Idem*, p. 133v

⁴²⁸ *Idem*, p. 133v.

⁴²⁹ *Idem*, p. 134.

⁴³⁰ *Idem*, p. 134. Neste caso entendeu o ouvidor Antero que as armas encontradas no Rodeador estavam incorporadas ao cotidiano daquela gente, servindo de aparelho para caça de animais e para a própria segurança dos homens que viviam do trabalho campestre. Entretanto, certos tipos de armas que eram

resistência empreendida pelo povo do Rodeador, era necessário se promover outra devassa e que arquitetava seu juízo fundamentado em provas e circunstâncias que lhes pareciam perceptíveis.

Concluído seu juízo, em 4 de dezembro de 1820, enviou o ouvidor Antero José da Maia e Silva seu parecer para o conhecimento de Luís do Rego Barreto, cuja peça, como ficou evidenciado anteriormente, muito a este desagradou. Servindo-se de uma extensa missiva datada de 12 de dezembro de 1820, o governador mostrou-se indignado com as observações do Dr. Antero. Por isso teceu várias críticas sobre o comportamento do ouvidor Maia e Silva ao Ministro Vila Nova Portugal, afirmando que o criminoso ajuntamento do Rodeador teve na figura do referido ouvidor um protetor que olhou o fato *por um lado diferente daquele por que eu o olho*.⁴³¹

Não acreditava o governador que fosse hábito do homem dos matos viverem armados, *como gente bárbara*, cercada de desertores, e assassinos. Tinha a convicção de não ser este tipo de gente a que se reportou o famoso autor do *Espírito das Leis*, pois não encontrava semelhança entre os camponeses do Rodeador, dados a superstições, com os simples e tranqüilos habitantes que vivem com tanto sossego, como nos sonhados tempos patriarcais.⁴³²

Quando tudo estava concluído, delegou Luís do Rego Barreto ao presidente do Conselho de Investigação que embarcasse na escuna Maria Zeferina com destino ao Rio de Janeiro, portando ofícios e os dois processos *que teve por objeto conhecer do crime dos homens do Rodeado*.⁴³³ O dito funcionário seguiu à risca a ordem, principalmente porque

poderá melhor que ninguém e, com a mais vigorosa verdade, informar a Vossa Excelência e a Sua Majestade do quanto tem havido e das providências que tenho dado para remediar os desastres que o gênio do mal nos faz surgir de baixo dos pés.⁴³⁴

O ministro Vila Nova Portugal em 12 de janeiro de 1821, em nome do rei, comunicava ao governador ter recebido as correspondências e as devassas sobre os

utilizadas na corte na realidade tinham certo poder simbólico. Era comum, na corte, o cavalheiro usar espadins; outras personagens do paço exibiam suas archas. Armas que na realidade serviam para demonstrar a posição social de seus donos. Cf. ARMAS QUE NÃO VÃO À GUERRA. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1988.

⁴³¹ Idem, p.180.

⁴³² Idem, p. 183v.

⁴³³ Carta de Luís do Rego Barreto ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal datada de 12 de dezembro de 1820. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 172.

referidos réus e justificava-lhe que o monarca aprovou todas as providências por ele tomadas para desfazer aquela associação que não podia deixar *de ser perigosa* por ser homizio de desertores e facinorosos.⁴³⁵ Reconhecia Dom João VI nos cabeças do movimento fundadores de imposturas e que por ser o povo dado à ignorância não percebeu os embustes. Pediu que as diligências não parassem enquanto não capturassem Silvestre José dos Santos, que

*sendo preso vá para Angola por toda [a] vida. Que seja remetido também para a mesma cidade, mas por tempo somente de cinco anos, todos que ensinavam marchas e revisão de armas que os mais que estiverem em termos de ser soldado, V. S^a lhes mande assentar praça, para servirem fora dessa Capitania [de Pernambuco], sendo remetidos como recrutas para essa Corte [do Rio de Janeiro] ou para Santa Catarina, pondo-se em liberdade todos mais dando V.Sa pela Real Fazenda as esmolas que por este sucesso ficaram viúvas e órfãs.*⁴³⁶

Sendo a deserção um crime passível de várias punições, o fato de D. João VI decidir enviar para a Corte do Rio de Janeiro e Santa Catarina homens que estavam em idade de se alistar bem como todos que ensinavam exercícios militares no Rodeador indicava que o rei optava pelo degredo útil. Dessa forma, o deslocamento de homens para as citadas localidades além de servir de instrumento punitivo pelos atos rebeldes, também servia para engrossar as fileiras dos exércitos reais em localidades necessitadas. Esse tipo de degredo foi bastante utilizado em Portugal em diferentes épocas.

Todo o empenho foi depositado para agarrar Silvestre, entretanto este conseguiu se ocultar de forma que pelo menos, naquele momento conseguiu sair ileso. Em 1821, quando a Vila de Goiana se insurgiu contra Luís do Rego Barreto, correu à boca pequena que o antigo líder dos camponeses do Rodeador havia se infiltrado nas colunas rebeldes formadas naquela vila.⁴³⁷ O governador, dando procedimento às ordens emanadas da corte, ordenou que o juiz de fora do Recife, Dr. João Manoel Teixeira, fosse à cadeia daquela vila fazer a triagem dos prisioneiros, separando os que ensinavam exercícios militares e os que estavam em idade de servir ao rei como soldado dos que não se encontravam enquadrados nessas categorias. Estes foram logo postos em soltura e aqueles se incorporaram ao

⁴³⁴ Idem, ibidem.

⁴³⁵ APEJE. OR, códice 41, 1820, fl. 87.

⁴³⁶ Idem, idem, fl. 87.

⁴³⁷ MACHADO, Teobaldo José. *As Insurreições Liberais em Goiana*. Recife: FUNDARPE, 1990, pp. 141-142.

exército real.⁴³⁸ Dessa forma finalizava-se o infortúnio dos camponeses do Rodeador e seus sonhos de um dia ser proprietário de um quinhão de terra.

⁴³⁸ APEJE. OG, códice 19, 1820-21, fls. 29v e 30.

24 Novembro
1870

85

Provincia de Pernambuco - Anno de 1870

Processo sumario venturogulos
nos feitos aos presos que se acham
na doçaria do Rodeador, em outros
diferentes lugares pertencentes a
esta Provincia de Pernambuco.

Acto de prouatas -

Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jesus Christo de mil oitocentos
e setenta e nove dias do mez
de Novembro do dito anno, no
Salto da Intendencia da
Cidade de Pernambuco, e Provin-
cia de Pernambuco, com eu
doutor abrego nomeado sem valle
pelo Chefe de Divisao José
Luiz Pereira de Campos em fun-
das arrelaxas dos Vozas da
Comissão de Investigação em que
me nomeado Presidente, a quem
como a Ordem au Officio, mais
na presenca do Governador e Agente
General desta Provincia Luiz de
Oliveira Barreto, que determino que
este Conselho proceda a interroga-
torias aos presos que se acham

CONCLUSÃO

*Quanto melhor é quando há bruma.
Esperar por D. Sebastião,
Quer venha ou não!*

Fernando Pessoa⁴³⁹

Tentar observar alguns dos anseios dos homens livres no período que antecede a Independência foi sem dúvida um dos nossos objetivos. O caso do Rodeador representou um desses estampidos. A idéia de uma sociedade renovada diferente do modelo vigente, foi um dos temperos que uniram os sertanejos nordestinos em derredor da figura do líder Silvestre. A própria figura do paraíso perdido e procurado ali incorporado remete a uma idéia de um mundo novo. Lembra Ginzburg,⁴⁴⁰ quando ele afirma que por ocasião das grandes ebulições sociais vem à tona a imagem, em geral mítica, de um passado maravilhoso e melhor, portanto, perfeito. Segundo o citado autor, a luta para transformar a ordem social vigente é uma tentativa consciente de retorno aos velhos tempos.

Através da realidade dos habitantes da Cidade do Paraíso Terreal se percebe que, embora a utilização da mão-de-obra escrava fosse básica em Pernambuco dos princípios do século XIX, não era a única forma de exploração do trabalho. Esta exploração se estendia às populações livres: índios, brancos, negros e mestiços. Aliás, a alta proporção de braços livres no período em estudo era bastante significativa. Segundo dados gerais da população livre e escrava em Pernambuco em 1819, os escravos representavam 65,42% contra 34,58% da população livre.⁴⁴¹

Mesmo livres, homens e mulheres, a exemplo dos que habitavam no Rodeador, eram cativos do preconceito. E quase sempre podiam ser confundidos com escravos. A pobreza também os excluía na medida em que esta condição afastava a oportunidade de ser proprietário de uma parcela de terra. Nesta empreitada, eles se viam obrigados a pedir proteção aos senhores patriarcais, nascendo um relacionamento entre desiguais. Os proprietários, imbuídos de interesses pessoais, arrendavam-lhes a terra em troca de certos favores. Os *afilhados*, além de se sujeitar ao mandonismo de seus *padrinhos*, expressavam

⁴³⁹ PESSOA, Fernando. <http://www.Isi.usp.br/art/pessoa/cancioneiro/195.html>

⁴⁴⁰ GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes, p. 157.

⁴⁴¹ LEITE, Glacyra. Op. cit. p. 38.

sua submissão através de algumas formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes).⁴⁴²

Todas essas lamúrias fomentaram o desejo de libertação através do ensaio sedicioso, tipo de movimentação que despertou estudo do historiador István Jancsó.⁴⁴³ Ensaios que desde o final do século XVIII anunciavam o desgaste do Antigo Regime, apontava novas vicissitudes de ordenamento da vida social. O ensaio sedicioso, lembra o autor, prenunciava o desgaste de um modo de vida. A crise do *Ancien Régime* se percebia em várias teias, apontando que se fazia necessário novo alternativo de arranjos da vida social. O cotidiano da Cidade do Paraíso Terreal revela uma dessas faces do viver na Colônia, a *transgressão*. A negação ao sistema que os excluía.

Sebastianismo e credulidade foram alguns dos tons que coloriram o universo mental do nordestino das primeiras décadas do século XIX. Segundo as argutas observações de Koster, a credulidade daquele povo se aplainou em todas as esferas da sociedade de então: entre os homens do povo e entre os indivíduos da alta sociedade.⁴⁴⁴ O sebastianismo infiltrado no seio da comunidade em tela parece ter tido características próprias. O rei desejado dos portugueses em Pernambuco se apresentou envolvido de uma nova aura. Dom Sebastião foi aguardado como sendo aquele que iria distribuir venturas a seus eleitos e inaugurar uma era plena de felicidade.

Quanto à religiosidade do povo do Rodeador, podemos observar que os ensinamentos da Igreja foram ali reinterpretados e coloridos com tintas próprias: uma adaptação que procurou atender às necessidades dos habitantes que de mãos postas viam na Virgem da Pedra uma mãe extremosa e identificada com eles. Não precisaram de padres, apesar de os respeitar. A relação com Deus foi intermediada através de Silvestre, que entrava em sintonia com Nossa Senhora. Nesta expectativa, o mito foi uma espécie de bálsamo que animou miseráveis vidas. Fortaleceu os sonhos e construiu um reino, o do Paraíso Terreal.

⁴⁴² BURKE, Peter. História e Teoria Social. Trad. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 104.

⁴⁴³ JANCSÓ, István. Op. cit. pp. 388-437.

FONTES

I. MANUSCRITAS

ACNB

Livro de Notas nº 3, 1849-1858.

ANJR

Secção de Manuscritos

Devassa acerca do ajuntamento da Serra do Rodeador. Série Interior, Correspondência dos Presidentes da Província (1820-1821). IJJA, 245, vol. 9.

APEJE

Secção de Manuscritos

P.r, códice 5, 1778-1821.

P.r, códice 8, 1818-1819.

OC, códice 1, 1819-1821.

OC, códice 4, 1815-1818.

O.E, códice 1, 1816-1820.

J.F, códice 2, 1817-1834.

JO, códice 1, 1818-1822.

Ord, códice 2, 1819-1822.

R.Pro, 7/4, 1819-1821.

OG, códice 18, 1819-1820.

OG, códice 19, 1820-1821.

C.C, códice 27, 1819-1821.

C.C, códice 29, 1821.

OR, códice 40, 1820-1821.

OR, códice 41, 1820.

P.P, códice 4, 1820-1821.

Engenhos Centrais.

⁴⁴⁴ KOSTER, Henri. Op. cit. p. 303.

BNRJ

Divisão de obras raras e publicações – Secção de Manuscritos.

Narrativa referente a um ataque contra Bonito onde havia um ajuntamento suspeito ao tempo de Luiz do Rego Barreto. Autoria suposta de José de Mello Moraes. Data (?). II – 33, 5, 35.

IAHGP

Cópia autêntica de manuscrito existente no Arquivo Nacional sob a elevação do Recife a cidade (1820). Estante A, Gaveta 10, 1818-1820

II . IMPRESSOS

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (1529-1881). S.n.t., vol. 71.

BARRETO, Luiz do Rego. *Memória Justificativa sobre a conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma Província.* Lisboa, Typografia de Desiderio Marques Leão, 1822 (reedição fac-símile do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, 1971).

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA, SESMARIA. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Biblioteca pública, 1954, vol. 1.

LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas, Livro V.* São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto.* In: *RIAHGP.* Recife, vol. 52, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I . OBRAS DE REFERÊNCIA

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6^a ed. Belo Horizonte: São Paulo, Editora Itatiaia Ltda, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

GALVÃO, Sebastião Vasconcellos. *Dicionário Chorographico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, vol. 2.

SCHUMACHER, Schuma, VITAL BRAZIL, Érico. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

II . LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE, Marcos, VALEDA, Lucena. *Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando o futuro*. Recife: Facepe, CNPq, 1997.

AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações; fato da história de Pernambuco*. 2^a ed. Recife: Edição do Arquivo Público Estadual, 1974.

AMEAL, João. *História de Portugal: das origens até 1840*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1962.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6^a ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARAGÃO, José. *História da Vitória de Santo Antão: da “cidade de Braga” à cidade da Vitória (1626-1843)*. 2ª ed. Recife: FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1983 (Biblioteca Pernambucana de História Municipal).

ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios: transgressões e transigência na sociedade urbana colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ARMAS QUE NÃO VÃO À GUERRA. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1988.

ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

AZZI, Riolando. *Razões da Fé: o discurso da dominação colonial*. São Paulo: Paulinas, 2001.

BALANDIER, Georges. *A Desordem: elogio do movimento*. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977.

BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana: subsídios para a história do agreste e do sertão (1818-1821)*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, FIAM, 1983.

BESSONE, Tânia Maria Tavares, QUEIROZ, Tereza Aline P. (orgs.). *América Latina: imagens, imaginações e imaginário*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e Liberdade*. Trad. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOXER, C.R. *O Império Colonial Português: textos de cultura portuguesa*. Trad. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRADO AOS PORTUGUESES OPUSCULO PATRIÓTICO CONTRA AS IDÉIAS DA UNIÃO DE PORTUGAL COM A HESPANHA. Lisboa: Editor Thomaz Quintino Antunes, 1860.

BRAGA, Pedro. *O Touro Encantado da Ilha dos Lençóis: o sebastianismo no Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *História e Teoria Social*. Trad. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Bonito: das caçadas às indústrias*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, FIAM, Prefeitura Municipal do Bonito, 1988. (Coleção Biblioteca Municipal, nº 20).

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998. (Série Bom Livro).

CASTORIADES, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 4ª ed. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema do brasileiro, pão ou aço*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, Carlos André Macedo. *O Imaginário da Inquisição: desmitologização de valores no tribunal do santo ofício, no direito inquisitorial e nas narrativas do medo de bruxa (Portugal e Brasil, 1536-1821)*. Recife, 2001. Tese (doutorado em História) – UFPE.

CERTEAU, Michel de. *La Toma de La Palabra y otros Escritos políticos*. México: Universidad Iberoamericana, Iteso, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, F.A. Pereira da. *Folk-Lore Pernambucano: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974.

_____. *Anais Pernambucanos*. 2ª ed. Recife: Fundarpe, 1984, vol. 7 e 8.

CHAGAS, Francisco Benício das. Descrição do Município do Bonito no anno de 1881. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 37, 1890.

CRUZ, Frei Bernardo da. *Chronica de El Rei D. Sebastião*. Lisboa: Impressão de Galhardo e Irmão, 1837.

DAHLER, Etienne. *Festas e Símbolos*. Trad. Aparecida: Editora Santuário, 1999.

DUBY, Georges. *Ano 1000, Ano 2000: na pista de nossos medos*. Trad. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade: uma história do paraíso*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Mulheres no Brasil Colonial; a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____.(org). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIAS, Carlos Malheiro. *O “Piedoso” e o “Desejado”*. Lisboa: Sociedade Portugal-Brasil, 1925.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. Trad. 5^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *Tratado de História das Religiões*. Trad. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *O Sagrado e o Profano*. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. 9^a ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

ESPIN, Orlando O. *A Fé do Povo: reflexões teológicas sobre o catolicismo popular*. Trad. São Paulo: Paulinas, 2000.

FONSECA, Faustino. *A Restauração de Portugal*. Lisboa: José Bastos Livreiro Editor, 1902, vol. 1.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad. 5^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Trad. 5^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 42^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. 10^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Plínio Freire. *Um Herege vai ao Paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XV e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *1580-1600: o sonho da salvação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Sebastianismo e Sedição: os rebeldes do Rodeador na cidade do paraíso terrestre, Pernambuco – 1817-1820. *Tempo*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, vol. 6, n^o 11, 2001.

_____. A Cidade do Paraíso Terrestre – o movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, LIMA, Eli Napoleão de. *De Sertões e Espaços Incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. *Os Anjos de Canudos: uma visão histórica*. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscência de Viagens e Permanências no Brasil (Província do Norte)*. Trad. São Paulo: Martins Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. São Paulo: Companhia Editora Brasileira, 1942.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANTERNARI, Vittorio. *As Religiões dos Oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos*. Trad. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. Trad. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Antônio Attico de Souza. Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, Província de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. XI, 1903.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1998.

LIMA, General J.I. de Abreu e. Combate do Rodeador ou da Pedra (1820). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 57, 1903.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da independência à confederação do Equador*. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

MACHADO, Teobaldo José. *As Insurreições Liberais em Goiana*. Recife: FUNDARPE, 1990.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1964.

MELO, Mário Lacerda de. *Pernambuco: traços de sua geografia humana*. Recife: Jornal do Commercio, 1940.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738-1802)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste: formação social do nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1955.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PARKER, Cristián. *Religião popular e Modernização Capitalista: outra lógica na América Latina*. Trad. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEDRO II, dom. *Viagem a Pernambuco em 1859*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1952.

PERES, Damião. *História de Portugal (1557-1640)*. Barcelos: Portugalense Editora Ltda, 1933, vol. 5.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIAZZA, Waldomiro O. *Introdução à Fenomenologia religiosa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredado para o Brasil Colônia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, René. *Antropologia da Religião e outros Estudos*. Recife: Editora Massangana, FJN, 1982.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo*. Lisboa: Livros Horizontes, 1983.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *O Império Luso-Brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, vol. VIII.

_____. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. 2ª ed. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

SPIX, G.B., MARTIUS, C. F. P. *Viagens pelo Brasil (1819-1820)*. Trad. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [19--?], vol. 2.

STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa, Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do sangue que vai-e-volta*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Trad. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Trad. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978 (Coleção Pernambucana).

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Trópico dos Pecados: moral e inquisição no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VALENTE, Waldemar. *Antecipação de Pernambuco no Movimento da Independência. Testemunho de uma inglesa*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Conselho Federal de Cultura, 1974.

_____. *Misticismo e Região*. 2ª ed. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953, vol. 5.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. 2^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

VOESE, Ingo. *O Movimento dos sem-terras na Imprensa: um exercício de análise de discurso*. Injuí: Editora Injuí, 1977.

QUATTROCHI, Ângelo, NAIRN, Tom. *O Começo do Fim: França, maio de 68*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2^a ed. São Paulo: Alfaômega, 1976.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social (1912-1916)*. 3^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1981.

SITES

<http://www.isi.usp.br/art/pessoa/cancioneiro/195.html>

<http://www.insite.com.br/art/pessoa/mensagem3.html>

<http://www.cliquesites.com.br/muhp/gavioes.htm>

http://www.citi.pt/cultura/historia/personalidades/d_sebastiao/corpo.html

http://www.geocites.com/armas_brasil/seculoXIX/Nova_nacao/bacamarte.htm

http://www.geocites.com/armas_brasil/seculoXIX/Nova_nacao/espingarda.htm

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES, FONTES E BIBLIOGRAFIA DA ICONOGRAFIA

1. Frontispício da “Memória Justificativa” de Luís do Rego Barreto (Lisboa, 1822). Fac-simile do acervo do pesquisador Napoleão Barroso Braga (Recife), p. 14
2. “Narrativa Referente a um ataque contra Bonito” (c.1860). Autoria suposta de José de Melo Moraes. BNRJ, (II-33,5,35), p. 15
3. Os Sertões. Detalhe do “Mapa Topográfico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, compreendida pelo Rio Paraíba ao norte” (1823). ANRJ, (OG/MAP.5, 5/1), p. 22
4. Dom Sebastião. Óleo sobre tela atribuído a Cristóvão de Moraes. Museu Naval de Arte Antiga (Lisboa). Site: http://www.citi.pt/cultura/historia/personalidades/d_Sebastiao/corpo.html, p.35
5. Pedra do Rodeador, fotografia, 2000. Coleção do autor, p. 54
6. Laços ou insígnias de fita usada pelos camponeses do Rodeador. In *Devassa*, p. 92a, ANRJ, p. 61
7. Bacamarte e espingarda. Sites: http://geocities.com/armas_brasil/seculoXIX/Nova_nacao/bacamarte.htm, p.62
8. Roteiro de viagem do Recife aos sertões pernambucanos. José Antônio Gonsalves de Mello, “Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1737-1802), p. 82
9. Vale do Rodeador, fotografia 2000. Coleção do autor, p. 84
10. Sítio do Rodeador e cercanias. Detalhe do mapa Topográfico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Paraíba (1823). ANRJ, (OG/MAP. 5, 5/1), p. 85
11. Vila de Santo Antão (século XIX). Desenho de Schlappriz. História da Vitória de Santo Antão, José Aragão (p.208), p. 99
12. Planta Genográfica da Vila de Santo Antônio do Recife (século XVIII). Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), cópia do acervo da Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFPE, publicada nos “Anais Pernambucanos”, Pereira da Costa (p.82,v.6), p. 102

13. Processo sumário de interrogatório feito aos prisioneiros do Rodeador, 6 de novembro de 1820. *Devassa*, p. 85, ANRJ, p. 108